

1

ATA DEGRAVADA 215ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

2 Aos dezesseis dias do mês de Setembro de dois mil dezesseis, às nove horas, na plenária
3 do 3º andar da Casa de Direitos – MG, realizou-se a Ducentésima Décima quinta Plenária
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela Vice-Presidenta Simone Aparecida Albuquerque, na
5 presença dos seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane
6 Lima - Cáritas, Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa, Volney Costa – PSIND,
7 Silvana Campos-SEE, Soyla R. S. Pereira - CMAS de Paracatu, Rosilene Aparecida Tavares
8 – CRESS, Isac dos Santos Lopes – ASQUIS (na condição de titular), Cristiane Isabel Felipe
9 – IMSNS, Maira Colares – SEDESE, Josiany Vieira de Souza – ACONESQUISTAC, Rodrigo
10 França – ASSPROM, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes – SEAPA (na condição de titular) Maria
11 Pascoa Andrade – COGEMAS (na condição de titular), Dayana Cristina Lourenço de Assis -
12 CMAS/JF. Dos conselheiros suplentes: Érica Andrade – CRP, Isabela de V. Teixeira –
13 SEDESE, William Santos Franca - CMAS de BH, Marta Maria V. Castro da Silva – SEDESE,
14 Roseane Cristina dos Santos – FENEIS e Sandra Regina Ferreira Barbosa- SINTIBREF.
15 Helder Augusto Diniz Silva-CMAS/ Pedro Leopoldo. E dos membros da Secretaria Executiva:
16 Consolação Cifani da Conceição; Nilce Araújo, Claudia Alexandre, Adelmira Cerqueira,
17 Regina Caldeira, Vera Lucia, Rosalice Tassar, Leonardo Lobato, Raquel Trindade, Ângelo
18 Machado e Rosângela. A plenária teve início com a fala da Vice-Presidente Simone.
19 **SIMONE:** Bom dia, gente. Bom dia, conselheiros (as). Eu quero cumprimentar a nossa
20 secretária executiva, Consolação, e toda a equipe da secretaria executiva. Eu vou passar
21 para a nossa secretária executiva, para que ela possa verificar o quórum para nós.
22 **CONSOLAÇÃO:** Estamos com quinze conselheiros. Então temos quórum, inclusive
23 qualificado. **SIMONE:** Vamos dar posse aos novos conselheiros: Fabrícia Ferraz Mateus
24 Lopes, suplente, representante da SEAPA; William de Souza Franco, 2º suplente,
25 representante da Associação Quilombola Marques; Helder Augusto Diniz Silva, 2º
26 suplente0representante o CMAS de Pedro Leopoldo; Dayana Cristina Lourenço de Assis, 1º
27 Titular, representando o CMAS de Juiz de Fora. Sejam bem-vindos! E considerem-se
28 empossados. (APLAUSOS) Quero cumprimentar, Marta faria de Contagem, Jane Terezinha,
29 de Ouro Branco da secretaria de desenvolvimento Social; Bruno Alves, Assessor do
30 deputado André Quintão; Jamil Amin, Superintendente Interiorização da SEDESE; Jaime
31 Adriano Superintendente de Monitoramento e Vigilância da SEDESE. Quero justificar a
32 ausência da conselheira Lucia Elena - COGEMAS, por motivo de trabalho; Walter Figueiredo
33 - APAE, por motivo de trabalho; Raquel Francisca - CMAS/São Francisca, por motivo curso;
34 Marta Elizabete - SES, por motivo viagem; Magda - SES, por motivo licença; Wilson – SEF,
35 por motivo de saúde, Leonardo - SEF, por motivo trabalho. Maria Alves - FETAEMG, por
36 licença maternidade, Leonardo Ladeira - SEPLAG e Gabriela – SEPLAG, por motivo
37 trabalho, Sandra - SINTIBREF, reunião Regional do CNAS. Vamos para aprovação das
38 duas atas 25ª e 214ª Então, em discussão as duas atas, Não havendo quem queira discutir,
39 consideram-se então aprovadas as atas da 25ª e 214ª plenárias do Conselho Estadual.
40 Informes. (CD entregue pelo responsável pela gravação iniciou nessa parte) Só para
41 informar aos conselheiros. São uma série histórica, nós em 2015, pagamos duas parcelas
42 para três municípios, três parcelas para onze municípios, cinco parcelas para treze
43 municípios e seis parcelas pra um município, de acordo com esses serviços que estão
44 elencados aqui. Porque a série histórica, como os senhores sabem, é diversificada e tem
45 pagamentos diferenciados para alguns municípios. A diferença de parcelas tem a ver com a
46 resolução que nós aplicamos no ano passado para municípios com saldos em conta (isso do
47 ano passado). No lançamento de 2016, tem uma previsão orçamentária de Cem Milhões,
48 trezentos e sessenta e nove mil e setecentos e quarenta e um Reais (R\$100.369.741,00). O
49 orçamento total é da fonte 71 e nós tivemos um decreto de contingenciamento no ano de
50 2016 e o decreto decontingenciamento, ele contingenciou Sessenta e quatro milhões, cinco
51 mil e duzentos e dezoito Reais. Da série histórica, além do contingenciamento financeiro, nós,
52 então, não pagamos nenhuma parcela ainda este ano da série histórica. Então esta é a

53 situação dos repasses do Fundo Estadual para o Fundo Municipal, nós na, a SEDESE, nós
54 estamos empenhando todo mês, todo mês no estamos empenhando, porque nós temos um
55 orçamento pra empenhar e estamos aguardando, então, a disponibilidade financeira para
56 pagar os municípios, não é? Até hoje, como a Páscoa já falou aqui, até hoje nós não temos,
57 ainda, condições de informar ao Conselho quando nós conseguiremos pagar o que devemos
58 aos municípios. Pode falar. Temos inscrições para as falas, agora. O Rodrigo, por favor.
59 **RODRIGO DA ASPROM:** eu queria falar pra Simone, pra Marta, pra Isabele e pra Maíra, do
60 SEDESE, não é? Que, diante até da possibilidade da calamidade financeira, e aí eu queria
61 pegar... eu não gosto de fazer esse tipo de defesa, mas eu represento entidade, mas diante
62 de tudo de ruim que a gente escutou, das possibilidades de recursos, que a gente sabe que
63 não depende de vocês, a gente sabe que a gente vive num sistema de capital; tem um
64 assunto muito bacana, muito positivo, que já é esse reconhecimento de uma teleconferência
65 pra rede sócio assistencial, diminui a tensão da gente, viu Simone? Que fica parecendo
66 assim, que o governo que “tava” e o governo que “tá” era contra a gente, então, quando a
67 gente tá reunido lá, a gente sempre tem essas discussões, às vezes essas discussões, elas
68 se tornam um pouco mais profundas, porque tem outros profissionais de outras áreas que
69 apontam, até pessoas, persegue, é isto, não querem, aquilo, assim, que traz um alento pra
70 gente, que é bem bacana, é deliberação de conferência, então, assim, falta um ano pra
71 próxima conferência e já vai diminuindo a minha tensão, pelo menos no fórum das entidades
72 é, assim, um momento difícil mesmo, mas a gente... pra gente só espera que continue
73 também. Acho que a gente, se tiver alguma questão de humildade, sabe da dificuldade, mas
74 se quiser bater na porta da gente e pedir, não sei se a gente pode (ajudar) com dinheiro, mas
75 um tipo de tecnologia, que a gente possa ajudar, depende, é claro, não só dos técnicos, mas
76 dos dirigentes... a gente está de porta aberta. Mas, é um aceno muito bacana para gente que
77 tá vivendo esse momento horroroso de governo federal, de pouco recurso aqui no estado, de
78 possível calamidade financeira, disso tudo aí é muito legal o trabalho de vocês a gente
79 espera que vocês continuem assim, a gente sabe que não é o que a gente gostaria, não é?
80 Mas já é um início de reconhecimento e vai diminuindo a tensão para gente lá, porque a
81 cobrança é muito grande, então, às vezes, os representantes, eles querem tirar a gente
82 daqui, querem mandar um outro técnico, um contador, um advogado, para ver se pressiona,
83 mas é legal o que vocês estão fazendo aí. Parabéns, viu? Obrigado. **WILLIAM, DO CMAS-**
84 **BH.** Bom dia a todos e a todas, cumprimentar os novos conselheiros, também, sejam bem-
85 vindos. Meu nome é William, do Conselho Municipal de Belo Horizonte. Eu queria fazer coro
86 ao Rodrigo, porque realmente a situação é calamitosa, e já trazendo a informação que Belo
87 Horizonte já está quase chegando ao fundo do poço. Os repasses já estão bem escassos,
88 mesmo, a gente teve uma reunião, agora, nesta semana, do Conselho, de prestação de
89 contas do governo, e demonstrou que a gente está meio, numa situação meio caótica. E aí é
90 o seguinte: é claro que a gente sabe que a SEDESE também está enfrentando esse
91 processo, mais do que ninguém, também, e até falando, acrescentando o que Rodrigo falou,
92 não é? Eu achei interessante na reunião extraordinária passada, em que foi apresentada a
93 proposta orçamentária para o ano que vem, ela é até uma ousadia desse conselho propor
94 um valor a mais do que o governo delimitou, que a Secretaria de governo delimitou, que
95 parece que é de cinquenta por cento (50%), não é isso? ... Então, eu acho que é uma
96 iniciativa que é plausível, muito interessante, é um comportamento atípico porque a gente
97 não vê isso em lugar nenhum, inclusive, no meu conselho a gente não vê isso. O próprio
98 governo dando apoio a uma contraproposta superior. Então, isso é muito atípico. Isso é uma
99 diferença que eu percebi. E uma outra coisa que eu queria falar em relação a isso é que,
100 nessa mesma Assembleia que a gente teve, nessa mesma plenária que a gente teve no
101 conselho, agora, de Belo Horizonte, os Conselheiros solicitaram de a gente discutir aqui, até
102 ver o que que pode ser feito em relação a esses repasses de recursos, tentar, sei lá, de
103 alguma forma, a gente discutir um pouco mais, inclusive, tem um recurso aqui de Um milhão
104 e quarenta e seis mil (R\$1.046.000,00), que o governo devolveu para o Estado, que é um
105 convênio com a AMAS, que foi encerrado e, talvez, poderia trazer um esclarecimento, a

106 SEDESE trazer um esclarecimento pra gente, sobre esse convênio, pra ver se existe a
107 possibilidade de a gente tentar reposicionar, pra ver se esse recurso vai para outro gasto...

108 **SIMONE** Ai, ai... não gente, olha, primeiro, dizer que esse assunto nós estamos discutindo
109 com bastante seriedade, não é? Mas, também, com bastante compromisso. Essa discussão
110 do financiamento, nós tiramos uma câmara técnica na CIB, talvez, isso passou pela minha
111 cabeça, agora, talvez a gente pudesse incluir também aí, dois membros do financiamento
112 que todo mundo, todo, mundo viu, William? Nós estamos muito implicados. porque a gente
113 vai ter que aprofundar o debate sobre financiamento, de fato, e nós elencamos algumas
114 questões na Câmara técnica pra debater; a primeira questão é que, normalmente, os
115 conselhos municipais, estaduais e o Conselho Nacional, discutem muito o financiamento que
116 vem pra gestão e pros serviços; a gente não discute a importância da transferência de renda
117 do BPC e do Bolsa Família na economia local, então, o impacto que vai ter se, por exemplo,
118 desvincular o BPC do salário mínimo, o impacto na economia local dos cortes no Bolsa
119 Família. Os prefeitos precisam ter mais clareza do Impacto que tem a diminuição do
120 financiamento, ou o impacto que tem, e nós sabemos disso, de não ser regular e automático
121 os repasses dos recursos pros serviços. Isto é uma consequência pesadíssima, que vai
122 desde os secretários não terem condições de planejamento, mas também vai apertando e
123 dificultando muito os serviços nos municípios. A outra questão que a Câmara Técnica
124 também ficou de discutir é esse debate da devolução dos recursos, ou deixar de passar o
125 dinheiro, porque tem saldo. É o debate dos recursos denominados obrigatórios e legais. Se
126 as ofertas são continuadas, nós temos que arrumar uma outra forma de culpabilizar ou de
127 responsabilizar o gestor que não seja o de deixar de passar os recursos, porque os recursos
128 são importantes para os usuários. Nós temos que discutir uma outra forma, essa dívida com
129 os municípios, porque são os municípios os maiores prejudicados, não é? E isso, sem dúvida
130 nenhuma, nós temos que deixar isso muito claro, que quem está sendo absolutamente
131 prejudicados são os municípios e, conseqüentemente, os usuários. Então, tem um debate
132 que tem que ser feito com o Ministério Público, que é esse debate dos serviços obrigatórios.
133 E é claro que tá muito fragmentado o debate. E isso nós temos que ter clareza, também,
134 porque o problema não está na área de assistência social. Não tá recebendo o dinheiro é a
135 Saúde, Educação e nós estamos com problema do repasse de recursos. E a nossa
136 discussão está muito fragmentada. É o que nós discutimos com a Dra. Paola, que estava na
137 reunião da CIB com a gente. Porque o MP da Saúde entrou contra o Gov do Estado e fez o
138 Termo de Ajuste de Conduta. O Estado teve que pegar todo o atrasado, parece que tinha
139 dois anos de atraso na área da saúde, teve que pagar todos os municípios de uma vez. E aí
140 descobriu a outra asa. É o que a gente discutiu com a Dra. Paola. Se cada fatia do Ministério
141 Público entrar e fizer termo de ajuste de conduta, não sei como vai ser. Então, nós também
142 vamos ter que mudar as estratégias, não só o movimento é muito fragmentado, mas o
143 Estado também é. O ministério público da área da assistência mais fragmentado, ainda, é
144 área da criança, do idoso, da pessoa com deficiência... tudo fragmentado. Então, nós também
145 discutimos o financiamento estadual. O financiamento estadual, vocês também, todos sabem,
146 nós temos uma preocupação enorme, porque, primeiro, o Estado gasta 0,04% do seu
147 orçamento com assistência social... a gente vem aumentando, mas aumentar menos, menos,
148 (13:30 inaudível, alguém do plenário)... exatamente, historicamente, infelizmente. E, além
149 disso, é um recurso que vem do Fundo de Erradicação da Miséria... eh... nós temos que
150 discutir isso também com seriedade. Nós temos que ter um projeto pro financiamento do
151 Estado. Não também dá pra gente não ter um projeto de financiamento pro Estado. Então,
152 acho que esta Câmara Técnica, ela vai aprofundar este debate que está na pauta, não é,
153 gente, Nacional? Da discussão e também é importante, porque o Colegiado de Gestores e o
154 FONSEAS, a gente vai ter que estar muito subsidiados tecnicamente e politicamente fortes,
155 pra não permitir que a gente tenha retrocessos, de onde a gente chegou. Então, fica aqui a
156 minha sugestão: se vocês concordarem, pra gente também tem a participação de dois
157 membros da comissão de financiamento do GT da CIT, que é um GT que é muito mais de
158 pactuação, é um GT muito mais de debate e de estudos e proposições. E, quero agradecer,

159 Rodrigo, e dizer que eu tô cada dia mais convicta de que, se a gente não tiver um projeto pra
160 rede privada, que em algumas áreas ela não é complementar, e quem é complementar é o
161 Estado, principalmente, se a gente tiver falando aqui de ofertas da alta complexidade. Então,
162 nós temos que ter uma atenção muito especial pra rede privada. Eu lembrei aqui agora, que
163 eu esqueci de informar, que a gente tá ... nós estamos marcando com a Loteria Mineira, pra
164 discussão, que também foi uma sugestão aqui do Conselho, nós vamos levar o debate do
165 financiamento da rede privada. Foi uma sugestão até da Cristiane, na nossa última plenária, e
166 eu acho que a gente vai construir um caminho aí, de reconhecimento. Mas, também, de
167 propostas de reestruturação e de refinanciamento mais adequado para rede privada. Então,
168 assim, do fundo do meu coração, eu quero mais uma vez agradecer ao Conselho Estadual,
169 não é? O respeito que vocês têm, o respeito e a aposta de vocês, também, é muito
170 importante para nos animar, porque se a gente for pensar no cotidiano, eh... acho que vem
171 sendo bastante difícil não só pra nós, mas pra todos nós, vivenciar os desafios que a
172 conjuntura tem nos colocado. Eu espero que no próximo pleno a gente traga notícias mais,
173 mais animadoras, de verdade eu espero isso, mas eu quero muito agradecer a confiança de
174 todos vocês. Espero que a gente continue merecendo a confiança de vocês. Bem, eh... as
175 comissões estão preparadas aí, gente? Máira eu esqueci. **MAÍRA, SEDESE.** Bom dia, os
176 conselheiros e conselheiras, primeiro, eu também queria agradecer ao Rodrigo pelo
177 reconhecimento. Simone já falou, mas eh... a gente tem trabalhado pra atender mais
178 expectativas, outras a gente não consegue atender, mas, enfim, a gente continua com a
179 direção, aí. A Simone apresentou aí as notícias das teleconferências, a gente já
180 encaminhou... a comunicação já encaminhou para o e-mail do CEAS a relação completa das
181 teleconferência e das retransmissões e assim como dos polos, podem ser... onde as
182 pessoas podem assistir, tanto ao vivo, aí vai ter um canal de participação por e-mail pelo
183 WhatsApp, quanto às retransmissões, a maioria das transmissões a gente tentou, também,
184 prever a retransmissão no turno da noite, porque foi uma demanda que apareceu na última
185 vez, porque, às vezes, as pessoas, até os conselheiros mesmo, enfim, tentavam assistir
186 a estas, mas era num horário e dia útil, horário útil, que não conseguiam assistir, então, a
187 gente também tá prevendo retransmissão no turno da noite para algumas delas. A gente
188 dividiu em dois grandes blocos as teleconferências. O primeiro bloco vai discutir a rede sócio
189 assistencial privada e o marco regulatório, e o segundo bloco vai discutir temas que estão na
190 pauta do SUAS, mas de forma mais específica. Na discussão da rede sócio-assistencial, a
191 gente tentou garantir a discussão do marco regulatório, porque o conselho tinha até colocado
192 isto pra gente, e algumas outras entidades, e alguns conselheiros municipais, também, de
193 que havia muitas dúvidas nos municípios sobre como fazer a aplicação da Mirosc, da Lei do
194 Marco Regulatório, no Sistema Único de Assistência-social. Algumas entidades estão
195 falando que os municípios não estavam renovando o convite estava falando que ia extinguir
196 o convênio. Então, a gente fez uma programação sobre a discussão do marco regulatório.
197 Essa teleconferência vai ser no dia 5 de outubro de 13:30 às 17:30, então serão, 4:00
198 horas... ela vai ter um tempo um pouco maior e vai ser esse dia da gravação ao vivo. Depois
199 a gente vai ter uma retransmissão no dia 6 e na outra semana uma retransmissão no turno
200 da noite, sobre essa discussão porque acaso alguns não consigo ir durante o turno do dia
201 podem assistir à noite mas a gente também resolveu discutir outros temas que tinha um sim
202 apresentados pelo ou por outras entidades sobre o marco regulatório, na semana que vem,
203 no dia 20, na terça-feira à tarde, a gente vai discutir a rede sócio-assistencial e vai ser uma
204 conversa bem Inicial, sobre a organização da rede, enfim, uma conversa mais específica e,
205 depois, uma discussão sobre o vínculo do SUAS. Inclusive, o CEAS está convidado pra fazer
206 uma participação nessa teleconferência, pra falar sobre as inscrições nos conselhos
207 municipais de assistência social, então, nós convidamos o CEAS pra fazer uma abordagem
208 deste conteúdo. Mas nós vamos discutir também a questão do SERVAS, a questão do
209 censo SUAS, que são temas de dúvidas de forma recorrente das entidades. Depois, no dia
210 5, nós vamos discutir essa do marco regulatório. Vão ser esses três temas, relacionados à
211 entidade, sendo que é essa do marco regulatório vai ter numa carga horária um pouco maior.

212 O segundo bloco, a gente colocou o SUAS em debate e aspectos para qualificação da oferta
213 de serviço sócio assistenciais. Terão quatro temas, primeiro a discussão sobre
214 atendimento a povos e comunidades tradicionais no SUAS, porque essa também foi uma
215 demanda que apareceu aqui no conselho, o programa, a estratégias de combate à pobreza
216 Rural, não é? ... Tem feito uma oferta para os municípios e os municípios têm voltado isso
217 pra gente, inclusive a correlação com as equipes volantes, a busca ativa, a inserção no CAD
218 único, a oferta de serviços... Então, a gente vai fazer uma discussão específica sobre povos
219 e comunidades tradicionais, não é? ... e comunidades rurais no SUAS. Essa é primeira
220 discussão, depois, nós vamos discutir a questão do atendimento à população em situação de
221 rua, porque nós fomos, também, procurados. Inclusive, essa discussão já veio aqui pro
222 CEAS, que já se posicionou com relação a isso e os movimentos sociais, tanto Movimento
223 Nacional da População em Situação de Rua, quanto a Pastoral da Pessoa em Situação de
224 Rua, a gente teve com diálogo com eles. Eles apresentaram que tem um diagnóstico da
225 situação de atendimento, que eles enquanto o movimento e usuários gostariam de dialogar
226 com os profissionais do SUAS, então, é uma novidade, assim, porque a gente vai ultrapassar
227 aquela coisa de ultrapassar a recomendação técnica, mas de tentar um diálogo com esses
228 movimentos sociais e como os usuários do serviço do SUAS. Então, essa também vai ser
229 mais outra discussão. A terceira, nós vamos discutir acolhimento institucional para criança e
230 adolescente, mas aí também estamos saindo das orientações técnicas mais gerais, entrando
231 na discussão do cotidiano da oferta de serviços, discutindo, assim, os processos de
232 acompanhamento, articulação com a rede, então, também é uma discussão mais específica.
233 E, por último, também aliando aí a discussão que a gente tem feito lá na SEDESE, na
234 Assessoria de Projetos Especiais, do Programa de Atendimento à Juventude em situação de
235 Vulnerabilidade, o programa foi apresentado aqui no Conselho, não é? ... e o Conselho tinha
236 pautado essa questão, também, dos adolescentes e jovens em envolvimento com a
237 criminalidade, em situação de violência e como que o SUAS oferece uma retaguarda com
238 esse atendimento. Então, a gente vai ter a participação de um membro da CUFA - da Central
239 Única das Favelas, pra fazer essa discussão e, também, chegar no ponto que é a discussão
240 sobre a criminalidade e sobre o atendimento à Juventude. Como que os equipamentos
241 podem criar estratégias para conseguir chegar no público jovem, inclusive no jovem
242 envolvido com a criminalidade. Enfim, então, são esses outros quatro temas que a gente vai
243 discutir em relação ao SUAS. O material já foi enviado pro CEAS, e o CEAS já repassou pra
244 vocês a grade completa da programação, das retransmissões e a relação completa dos
245 polos, dos 64 polos. Se alguém tiver alguma dúvida estou à disposição. (Pequeno intervalo)
246 Nós... só as pessoas que quiserem assistir (as teleconferências), é só ir aos locais, não
247 precisa fazer inscrição antes. Nós vamos passar a lista de presença no local, tá? Então,
248 agora, nós podemos ir para as comissões... Quem vai começar? Comissão de
249 Orçamento... Qual a comissão que está preparada? Gente, por favor, Rodrigo, Comissão de
250 Normas. Vai ser a comissão de apoio? Oi, gente, quem vai fazer não é comissão de normas
251 nem a comissão de orçamento. É a comissão de apoio, quem vai relatar e a conceder a
252 Páscoa. **PÁSCOA**. Então, gente, devido ausência do nosso coordenador e ausência
253 justificada do senhor Valter, eu vou fazer aqui os nossos pronunciamentos. Primeiro tema,
254 capacitação do Conselho Municipal de Pedro Leopoldo. Era verificar a viabilidade de realizar
255 a captação de Pedro Leopoldo, tendo em vista o atual contexto de limitações pelo período
256 eleitoral, não obstante visando otimizar o processo de fortalecimento para a superação das
257 superintendências municipais, então a gente abriu o que discutir esse tema. A gente recebeu
258 uma ótima notícia que o CEAS recebeu do CNAS uma carta elogiando trabalho do CEAS em
259 relação ao município de Pedro Leopoldo. Recebemos, ontem, também, na nossa comissão o
260 Hélder Augusto Diniz Silva, psicólogo, que está compondo a nossa comissão, não é, e a
261 Fabrícia Ferraz Mateus, que vem completar a nossa comissão, que ela sempre esteve
262 faltando alguém. Nós estamos muito felizes, são profissionais, assim, que na primeira
263 reunião já se mostrou participativo é muito bom Foi muito bom recebê-los, viu? Então, nós
264 decidimos, então, aguardar o encaminhamento geral da deliberação, será agendada

265 posteriormente em parceria com a SEDESE, que está assessorando o município, na
266 superação das irregularidades referentes à gestão ao longo do ano. Nós, realmente, a gente
267 deixou essa questão para discutir depois. O segundo tema, que a gente discutiu é a questão
268 de um questionário de perguntas e respostas, que será disponibilizados no site do CEAS,
269 que a gente vai estar tentando fazer na próxima reunião. Então, fazer o uso dos meios
270 virtuais para centralizar as ações simultâneas de informações, propiciando o alcance dos
271 municípios, de forma proativa, investir na criação de um manual de perguntas e respostas, e
272 disponibilizar no site do CEAS, para prazo até próximo plenário, o nosso colaborador
273 técnico do CEAS, o Leo, deu essa ideia de a gente fazer um trabalho de criar esse
274 dispositivo na internet, até a próxima reunião. Como que chama o arquivo? “Nuvem” e ele
275 falou, então, a gente vai estar inserindo ali as nossas contribuições e, depois, nós vamos
276 fazer este questionário de perguntas e respostas para disponibilizar para os municípios...Não
277 entendeu? Deixa eu explicar de novo. Nós vamos fazer uso de um meio virtual, a gente quer
278 criar esse questionário de arquivos e respostas que os CEAS, depois de pronto, vai
279 disponibilizar para os municípios. No início, agora, ele vai criar pra gente este arquivo na
280 “nuvem” que é um arquivo aberto para todos nós da comissão de apoio, e a gente vai estar
281 colocando lá todas as nossas contribuições, simultaneamente, pra gente estar criando este
282 questionário de perguntas e respostas. Ontem, nós já começamos a fazer alguns
283 questionamentos. A gente trouxe aqui também, apesar que a Simone já apresentou o
284 cronograma de abertura do centro SUAS, que a Paula já está encaminhando para os
285 municípios, e eu queria pedir À Paula pra gente ver se pode solicitar aos municípios o
286 recebimento desses e-mails lá, que é a questão que o Wolney colocou. Então eu acredito
287 Simone que não preciso passar se você já passou isso. Então, os nossos informes são só
288 esses por hoje, obrigada. Em discussão, Rose, **ROSILENE DO CRESS:** os conselhos
289 municipais precisam atualizar o CAD SUAS, pra preencher o Censo SUAS. **PÁSCOA.** Eu
290 recebi no município uma solicitação da SEDESE que façam a atualização do CAD SUAS,
291 porque se não tiver atualizado, não tem como preencher. Os municípios já receberam isso.
292 **SIMONE:** Mais alguém? Então, não havendo mais quem queira discutir, eu quero colocar em
293 votação o relato da Comissão de Acompanhamento de Conselhos. Aprovado pela maioria.
294 Qual a comissão? Então vamos pra comissão de normas, Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO**
295 **ASSPROM:** comissão de normas se reuniu no dia de ontem é o primeiro ponto de pauta foi o
296 encontro que nós tivemos com os representantes da PCH Antônio Dias no dia primeiro de
297 setembro de 2016 os presentes eram Rodrigo, o Volnei o Leonardo, Leonardo Coury com
298 mais a assistente social do Empreendedor, e o gerente deles de Engenharia. Então eles
299 trouxeram pra gente a seguinte situação: que diante do não início da PCH por questões
300 deles de licenciamento e outras questões, foi solicitado pela PCH, desculpa, pelo
301 empreendedor, uma reunião conosco, solicitando mais esclarecimentos sobre a resolução
302 498 e as possíveis ações de desmobilização do posto de assistência social. Eu quero
303 lembrar a todos que isso foi trazido a esta plenária, especificamente, lá não existe o posto. Só
304 existe uma profissional de assistência social que utiliza de uma área em comum da
305 prefeitura. Então, essa comissão solicitou a estes representantes um relatório final das
306 atividades das ações da assistente social lá, em Antônio Dias, também reuni com profissional
307 das PAS barragem, para conhecer, por meio de relato presencial, das equipes, suas
308 atividades, e possibilidade ou não de encerramento rápido das atividades do posto sem o
309 processo de desmobilização, levando em consideração o que a assistente social estava, lá
310 em Antônio Dias, estava apenas fazendo ações de pré-obra, como cadastrar currículo e
311 visitas domiciliares, uma vez que a obra ainda não tinha iniciado. A comissão tá trazendo pro
312 Plenon esse ponto um o seguinte encaminhamento: que é aprovar a Resolução que altera a
313 Resolução dessa PCH 341/2010, que aprovou o PAS, vinculado ao início das atividades do
314 posto de assistência social, ao recebimento do alvará da prefeitura, para implementação do
315 empreendimento. Na hora que começar a obra, eles procuram agente novamente, já levando
316 em consideração a resolução 498. O ponto um é isso, está aberto para discussão. Rodrigo,
317 passa por favor o relato todo, depois a gente volta ponto por ponto. Rodrigo: ponto dois -

318 mais uma vez, a gente volta com mais um pedido de uma PCH. No processo de
319 licenciamento ambiental da PCH Quartel Um, Quartel Dois e Quartel Três, são
320 Empreendimentos entre os municípios de Conceição do Mato Dentro, Santa do Pirapamae
321 Gouveia. A situação é parecida à situação passada (anterior).A obra não está em
322 funcionamento e o empreendedor vem pedir a revogação da Resolução, nesse exemplo que
323 eles não tiveram conosco, no dia primeiro de setembro de 2016, a informação chegou via
324 correspondência.A comissão faz o seguinte encaminhamento para o pleno:aprovar a
325 resolução que dispõe sobre a revogaçãodas três resoluções que aprovam as barragens,
326 informar SUFRAM Jequitinhonha da revogação das três resoluções e ao CNAS dos três
327 municípios, levando em consideração que não aconteceu ainda o empreendimento. Então o
328 encaminhamento os dois encaminhamentos são eles 1.3 1.3 1.3 é uma solicitação da
329 Câmara Municipal de Laranjal, referente a UEH de Barra de Braúnas, eles solicitaram, via
330 correspondência, o encontro conosco da comissão, para discutir a reativação econômica da
331 UEH Barra de Braúnas, levando em consideração o encaminhamento gerado para o pleno,
332 levando em consideração o momento em que a gente vive, pré-eleitoral, considerando que
333 houve uma solicitação à comissão de conciliação, formada por eles e pelos
334 empreendedores, e de um relatório atual das ações de reativação econômica implantada no
335 município, a comissão sugere aguardar o envio do documento, para avaliação, para
336 possíveis encaminhamentos. Esse é o ponto três. O Ponto quatro, no dia de ontem, a
337 comissão se debruçou na resolução 318\2010, é aquela resolução dos procedimentos dos
338 planos de assistência social para as populações de áreas inundadas para reservatórios. A
339 Comissão já faz o seguinte encaminhamento: A Comissão de Normas fez a revisão da
340 Minuta, por inteiro, que altera a resolução 318\210, queestará encaminhando para todos os
341 Conselheiros, visando apresentá-la na reunião de Outubro. Isso quer dizer que já passou
342 pelo crivo do nosso Jurídico da Secretaria Executiva, no caso nosso, o Leonardo, a
343 Comissão passou item por item ontem e a gente espera que os conselheiros queiram fazer
344 algum destaque, sugestão de complementariedade, se puder fazer, por gentileza, vai
345 enriquecer essa resolução que a gente pretende aprovar na próxima plenária de outubro. O
346 Ponto cinco é a revisão da Lei Estadual 12.262\96, nossa Lei Estadual. A gente discutiu
347 ontem sobre o benefício eventual e rapidamente a gente chegou a um entendimento que a
348 gente deveria fazer um convite. Então estamos encaminhando aqui para o plenário com
349 pauta única para o dia 20 de outubro, a partir das 14:00 horas. Convidar para a discussão a
350 ex-diretora de benefícios sociais do Ministério de Combate à Fome, Maria José de Freitas, e
351 ter na reunião um representante ou mais de cada Comissão; a gente sabe que por ser
352 simultâneo, não dá pra todo mundo estar, mas pelo menos um de cada Comissão pra buscar
353 as informações que estão sendo discutidas, a gente ficaria grato, senhora Presidente, a
354 palavra está franqueada. Desculpa. Neste ponto cinco eu esqueci, vocês me desculpem,
355 conforme deliberação da última plenária, agendar datas para reuniões com a Diretoria de
356 Proteção Social, não poderíamos deixar de chamar o Wagner, que compõe a discussão
357 desses benefícios eventuais. É isso, obrigado. **SIMONE** Vamos aqui com calma, porque tem
358 proposta de 12 Resoluções que não estão aqui no relato. Vou pedir ao Rodrigo pra gente
359 voltar no ponto um que resolução mesmo que é. Favor fazer a leitura dela. Porque ele não
360 fez a leitura e vamos fazer agora. **RODRIGO ASSPROM:** Eu pedi à técnica Rosalise, eu
361 mesmo posso ler? Eu queria fazer a leitura da Resolução o que dispõe e pular para o
362 “resolve”, pode ser, gente? Resolução 574\2016 SES-MG, dispõe sobre a alteração da
363 Resolução 341\2010, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Assistência Social - PAS
364 para a população atingida pela Construção da Pequena Central Hidrelétrica Água Limpa.
365 Resolve: Art. Primeiro – Revogar o parágrafo primeiro do artigo primeiro da Resolução nr.
366 341\2010, passa a vigorar a responsabilidade do Empreendedor do Posto de Assistência
367 Social, conforme disposto na Resolução 498\2014. Parágrafo primeiro – o Posto de
368 Atendimento Social, previsto no PAS, será instalado no Município de Antônio Dias, iniciando
369 suas atividades operacionais, imediatamente, após o recebimento do Alvará de
370 Funcionamento fornecido pela municipalidade local, conforme dispõe o artigo sexto da

371 Resolução 498\2014.O Empreendedor deverá comprovar para o CEAS o seu funcionamento
372 até dez dias após o recebimento do Alvará. Artigo segundo, esta Resolução entra em vigor
373 na data de sua publicação, Belo Horizonte De setembro de 2016. Maria... assina a
374 Resolução. **SIMONE:** Bem, agora está em discussão o ponto um da resolução. Não havendo
375 quem queira discutir, os conselheiros que aprovam a resolução, por favor, permaneçam
376 como estão. Os contrários, por favor, se manifestem com o crachá amarelo. Abstenções...
377 aprovado. Nós vamos passar para o ponto dois que também tem uma proposta de
378 Resolução. Volta para o conselheiro **RODRIGO ASSPROM.** Resolução número. 575\2016 –
379 CEAS-MG, dispõe sobre a revogação das Resoluções nr. 304\2010, nr. 307\2010 e nr.
380 308\2010 que dispõem sobre a aprovação, respectivamente, dos planos e Assistência Social
381 para a população atingida pelas construções das Centrais Hidrelétricas, Quartel 1, Quartel
382 dois e Quartel três. Resolve: artigo primeiro, revogar a Resolução CEAS 304, de 27 de abril
383 de 2010; Resolução CEAS 307, de 1º de setembro de 2010; e Resolução CEAS 308 \2010,
384 que dispõem respectivamente, da aprovação do Plano de Assistência Social, das populações
385 atingidas pela Central Hidrelétrica, PCH Quartel um, PCH Quartel Dois, e PCH Quartel Três.
386 Artigo segundo: esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, setembro de...
387 2016, Maria assina a Resolução. **SIMONE:** Vocês estão compreendendo aqui a discussão?
388 Quem não tiver compreendendo, pode falar. Tá, de fato, confuso. Calma, tem que falar no
389 microfone. Com calma. **DAYANE, CMAS DE JUIZ DE FORA.** Tá um pouco confuso,
390 principalmente pra gente está chegando aqui agora. Queria saber se houve uma discussão
391 antes, se teve discussão em plenária, como foi esse processo? Pode ser de forma resumida.
392 **RODRIGO:** Dayane, queria te pedir desculpas, a gente tem um suposto saber e, às vezes, a
393 gente atropela. Foi discutida, sim, na Mesa Diretora, e depois foi levada para a Comissão.
394 Enfim, a gente pode retornar ao ponto dois, explico novamente, sem qualquer problema. É
395 uma série de informações e pra ter certeza para aprovar algo a gente retorna. Pergunto à
396 presidenta se posso voltar ao ponto dois. O Ponto dois refere-se ao processo de
397 arquivamento do processo de Licenciamento ambiental da PCH Quartel 1, 2 e 3. O
398 Empreendedor fez um ofício solicitando sobre o processo de licenciamento das três
399 barragens, que foram arquivadas pela SUPRAM-Jequitinhonha. Ainda que devido o
400 arquivamento, foi suspenso até que novo licenciamento seja instaurada as atividades do
401 Posto de Assistência Social – PAS. Então, o PAS Barragens da PCH Quartel Um, em
402 Conceição do mato Dentro, Santana do Pirapama, e Gouvea, foram aprovadas pela
403 Resolução 304\2010. O PAS da Barragem da PCH Quartel Dois e o da PCH Quartel Três, a
404 ser instalado entre Santana de Pirapama e Gouvea, foram aprovados por meio das
405 Resoluções respectivas, 307\2010 e nr. 308\2010, em junho 2010. As três resoluções, juntas,
406 foram o Complexo Quartel Um, Dois e Três. A solicitação do empreendedor foi avaliada pela
407 Comissão de Normas do dia 16 de Junho de 2016, que solicitou um relatório final das
408 atividades dos Postos de Assistência Social dos empreendimentos. O empreendedor
409 apresentou o relatório solicitando que fosse avaliado tecnicamente. Aí, a Comissão faz a
410 seguinte consideração técnica do relatório das atividades: A partir da análise dos relatórios
411 de atividades das duas equipes, visto que foram instalados dois postos de Assistência
412 Social, um no município de Gouvea e outro no de Santana do Pirapama, o trabalho se
413 resumiu em ações da fase pré mobilizações da obra, como reuniões com órgãos
414 governamentais e entidades da sociedade civil, participações em eventos municipais e
415 visitas em propriedades a serem atingidas. Assim, considerando o exposto em relatórios
416 escritos, percebeu-se que não há nenhuma ação que possa ser prejudicada com a
417 paralisação do Posto de Atendimento Social. E como não há previsão do início da
418 construção, ou funcionamento do equipamento, ele pode estar criando uma expectativa de
419 geração de emprego com a construção da usina, porque no local há um cadastro de
420 currículos para possível contratação. Ainda, por ter se passado seis anos da aprovação dos
421 planos de assistência social da PCH Quartel Um, Quartel Dois e Quartel Três, e o não início
422 das atividades, devido ao arquivamento do processo na SUPRAM, sugere-se que o CEAS
423 revogue as três resoluções e aprovam o PAS\ barragem e o quando o empreendedor

424 retornar o processo de licenciamento junto a supram, ele deverá apresentar um novo PAS\
425 barragem, considerando a nova realidade do período. Após isso, a gente faz a minuta
426 solicitando essa alteração, e essa é a minuta que eu li. Leio novamente? Não? Tá tranquilo,
427 eu só queria fazer uma observação, que foi pedido pelo jurídico da Secretaria Executiva a
428 leitura dos considerando se vocês entenderem pertinente 2 parágrafo só Então vamos lá
429 considerando a resolução que é 75 e o processo de licenciamento ambiental das barragens
430 PCH Quartel 1 2 e 3, foram arquivados pela SUPRAM Jequitinhonha que devido ao
431 arquivamento foram suspensas as atividades no posto de assistência social. até que um
432 novo licenciamento seja instaurado, voltando aos encaminhamentos, a Comissão de Normas
433 faz o encaminhamentos de aprovarmos a resolução 575, que a gente acabou de ler, e dispõe
434 sobre a revogação das três resoluções que aprovaram o PAS barragem, e informar à
435 SUPRAM Jequitinhonha, da revogação das três Resoluções e aos Conselhos Municipais.
436 Sobre o ponto dois, se quiserem perguntar, a gente tá... **SIMONE:** Isabela. **ISABELA**
437 **SEDESE:** Rodrigo, só pra ver se eu entendi: o empreendedor tinha apresentado os Planos
438 de Assistência Social, o CEAS aprovou em 2010 o PAS que dizia quais ações que o
439 empreendedor deveria fazer, referentes à área de Assistência Social, da parte social do
440 empreendimento, aí passado seis anos eles entregaram um relatório final dizendo que o que
441 foi feito foi um trabalho do PAS referente ao trabalho de pré obras, e aí nesse ano de 2016
442 aconteceu o arquivamento da SUPRAM, do pedido de licenciamento pra início das obras? Eu
443 não entendi por quê foi arquivado pela SUPRAM. Não entendi foi o empreendedor que
444 desistiu de dar início às obras ou tem algum outro tipo de pendência pra isso, e aí se foi tá
445 ok, a SUPRAM arquivou e não tem previsão ainda de início pra Construção, a ideia é
446 suspender o PAS, porque as atividades estavam previstas Teoricamente não se adequam
447 mais à realidade. E aí seria mais interessante, quando for dar início às obras, fazer um novo
448 PAS, propor novas atividades que tenham mais a ver com a realidade do momento. É isso?
449 **RODRIGO:** Só respondendo a Isabela, queria pedir à mesa por gentileza a manifestação da
450 técnica, da Rosa, é mais ou menos isso, Isabela. Mas, como a Rosa esteve presente,
451 acompanhando. Quando há essas dúvidas, a gente traz a Rosa para poder evitar qualquer
452 dúvida. Venha, Rosa, venha! (Risos) **ROSA:** Bom dia, sou Rosa, técnica da Comissão de
453 Normas, e a técnica responsável aqui o CEAS, dos PAS\Barragem. Esses três
454 empreendimentos que é o complexo Quartel, é um empreendimento, apesar de serem três,
455 são de pequeno porte. Os três atingem cinco propriedades. O que aconteceu? Eles
456 receberam as licenças de instalação, assim que receberam a nossa resolução em 2010. Só
457 que eles não iniciaram a obra. A Licença de Instalação venceu. Agora, quando eles foram
458 renovar junto à SUPRAM, porque não há previsão de início de obras. Esses três
459 empreendimentos foram apresentaram os documentos todos na SUPRAM, mas porque três
460 deles optaram em não iniciar a obra, aguardaram mais um tempo e encaminharam pra
461 gente, informando que a SUPRAM Jequitinhonha arquivou sem previsão de início de obras
462 ou de negociação. O que nós fizemos? Quando chegou esse comunicado aqui, a Comissão
463 de Normas vem discutindo já a duas reuniões, nós solicitamos a equipe dos Postos de
464 Atendimento Sociais instalados, entre os três municípios, pra atender essa população, até a
465 comunidade do entorno, se houve alguma atividade iniciada, pra que paralisação pudesse
466 prejudicar a comunidade que já vinha trabalhando. Não houve trabalho nenhum. Buscamos
467 informação nos três Conselhos Municipais. Também alegaram a mesma coisa. Que apenas
468 eram cadastro de currículos. Houve, sim, algumas reuniões lá. Mas sempre com perspectiva
469 futura de quando se iniciar a obra, pudesse fazer uma parceria para uma ação. Então,
470 realmente, eles vieram apresentando relatórios semestrais tinham determinado na resolução.
471 Mas sempre falando a mesma coisa. Que havia só visitas domiciliares pra manter os cinco
472 proprietários informados sobre o processo e cadastro de currículos, que havia nos dois PAS
473 pra fazer isso. Então eles pediram a suspensão e nós fomos suspender. E quando se houver
474 uma possibilidade, fazer todo o processo inicial de novo. Obrigado. **SIMONE;** Tem mais
475 alguma dúvida? Podemos encaminhar pra votação? Senhor George. **GEORGE:** Bom dia
476 pra todos e todas, CMAS de Lagos Santa. Rodrigo, seguinte: essa demora deve ter gerado

477 uma espécie de trauma na população atingida, não é isso? Agora seria de bom alvitre a
478 gente comunicar ao Empreendedor o seguinte: quando ele for começar novamente as obras,
479 estabelecer um tempo pra fundar o PAS, pra o pessoal habituar com a notícia de novo.
480 Demorou a construir, não construiu. O pessoal tá bem tranquilo, de repente, vem o cara e
481 fala vamos começar a construção hoje. E o PAS está atrelado a isso. Assim que começar a
482 obra, vai criado o PAS. Não seria bom dar um tempo para as pessoas, começar em Julho do
483 ano que vem. Dar uns seis meses antes pra começar o PAS, pra preparar a população. Não
484 seria mais viável? **RODRIGO DA ASSPROM:** Respondendo ao Jorge, a gente tem a
485 resolução 498, então lá tem os procedimentos de audiência pública, tem os primeiros
486 contatos com a população que vai ser atingida. A legislação já contempla, agora, é claro que
487 o que o Jorge fala é uma preocupação nossa. O Volney estava até na última reunião que a
488 gente fez, com o empreendedor no dia primeiro do nove, a gente tem falado da história da
489 expectativa na ponta, não é só a expectativa do Empreendedor, de ter um ganho financeiro
490 por uma concessão, mas o ganho social que as pessoas que estão lá na ponta tem. E que
491 também esse conselho tem uma responsabilidade por ter uma legislação que vai sofrer com
492 uma possível lei estadual que está sendo discutida na Assembleia. E que é uma Lei que vem
493 pra resguardar os direitos sociais das pessoas que estão recebendo esses
494 empreendimentos. Eu queria deixar isso pro Jorge que tem um procedimento aí que deve ser
495 seguida. Então é isso. **SIMONE:** Ok, gente. Então vamos votar essa Resolução. Os
496 Conselheiros favoráveis a essa resolução, manifestem-se levantando o crachá amarelo,
497 podem abaixar. Contrários, abstenções. Eu esqueci de contar. Bem, tem alguma questão no
498 ponto três, no ponto quatro e no ponto cinco? Pois não, William! **WILAM:** O ponto cinco que
499 fala das recomendações dos benefícios eventuais. Eu queria fazer só um comentário. Aqui
500 em BH a gente está na Comissão de Benefícios, discutindo a regulamentação a nível
501 municipal. Há um fomento muito grande no município e até pra definir Benefício eventual.
502 Belo Horizonte passou por um processo bastante traumatizante que foi a cessação da cesta
503 básica no início deste ano. Desde antes estava sendo discutido se cesta básica era ou não
504 benefício eventual. O Conselho à conclusão de que não. É um direito garantido pra quem
505 passa fome. É Segurança alimentar. Hoje a gente está num nível de regulamentar esses
506 benefícios e coloca a cesta básica como um direito de transferência de renda para os
507 usuários. Ao invés de ser um benefício eventual. Eu acho interessante a gente discutir a
508 aprofundar esse debate que está a nível nacional, parece. A gente tem de tomar bastante
509 cuidado pra não colocar coisas que depois possa se arrepender. **ROSILENE – CRESS:** Não
510 sei como nós vamos organizar a Comissão de Políticas, mas é muito próximo, a gente
511 também já tem pontos pra próxima reunião. Eu tenho interesse, inclusive, de participar.
512 **RODRIGO:** Eu só queria reforçar o pedido aos demais conselheiros. A gente sabe que não
513 dá pra todo mundo participar. Tem aí um *Staf* que estava no MDS, Simone, Wagner, a Zezé,
514 então, gente, não dá bobeira esses caras aqui, não. Já falando o que o William tava falando
515 lá. A gente puxar, são pessoas que estiveram lá e construíram. Talvez, a gente pense algo
516 pra mudar essa concepção. Porque, eu sofro isso lá na minha ... na Centro\Sul, de saber que
517 foi pra segurança alimentar e que não foi nessa (adm da) Prefeitura de BH... tá vago, tá no
518 limbo, não existe a política pública mais, por uma questão de alguém, entendeu, não é? Que
519 não deveria isso mais, como assistência. Então, tirar pelo menos um representante de cada
520 comissão, puder acompanhar, que não vá desfaltar as outras comissões, mas que fica esse
521 registro aqui da importância da gente ter aí apoio político e financiamento, dentro das
522 possibilidades, não é? Mas, a gente aguarda vocês lá, com todo carinho. **SIMONE:** Eu o sou
523 cara mas não tem pra mim vem Simone, não, tá? (Risadas)... Pra mim, é só discutir
524 benefício eventual... Não entendi, olha só, eu concordo plenamente com os conselheiros,
525 primeiro, porque a discussão do benefício eventual é uma discussão muito importante.
526 Porque é uma mudança de paradigmas do modelo assistencialista pra um modelo sócio-
527 assistencial, na lógica do direito e, talvez, a gente deve pautar o debate no governo, que deu
528 uma direção pra gente na comissão, é uma forma de todo mundo poder participar e,
529 também, nos direcionar, porque, já que a gente vai chamar aqui pessoas que eu concordo

530 com você, que são muito importantes e podem contribuir, tem muita gente que tem interesse
531 no assunto. Talvez, a gente faça o contrário, comece o debate aqui e depois leva o debate
532 pra nossa Comissão. E no balanço das cabeças todo mundo concordou, então, Consola,
533 Vamos colocar como pauta no nosso próximo pleno o debate sobre os benefícios e eu quero
534 sugerir também que seja feito um convite pra... A SEDESE está... pra que possa também
535 apresentar os dados a realidade do Governo do Estado de Minas Gerais... nós temos dados
536 que são importantes também para a discussão. Então vou passar agora para conselheira
537 Isabela para proceder o relato da comissão de orçamento. **ISABELA:** Eu queria, antes
538 Simone, fazer uma consulta aqui porque o nosso primeiro ponto de pauta é a prestação de
539 contas e não sei se como já é meio dia... **SIMONE:** Então vou passar pra Comissão de
540 Políticas e deixar a comissão de financiamento pra parte da tarde, Isabela já tinha pedido
541 isso pra mim, mas eu esqueci... desculpa, Isabela. **MARTA SEDESE:** Ontem tiveram
542 presença na Comissão de Políticas a Érica, Luiz Jorge, vou falar mais alto... eu e a Rosilene
543 estávamos presentes... nós tivemos justificativas de ausências da conselheira Sandra,
544 inclusive tá representando o CEAS em um evento no CNAS. Primeiro ponto de pauta é que a
545 comissão vinha discutindo as inúmeras questões de denúncias de trabalhadores, em relação
546 às suas condições de trabalho, suas relações trabalhistas e a Comissão de Políticas, assim
547 como a Comissão de Conselhos, tomou como encaminhamento da gente elaborar e fazer
548 uma publicação de um caderno de orientações, com perguntas e respostas, sobre questões
549 afetas aos trabalhadores do SUAS. Ontem nós conversamos e discutir que conteúdo seria
550 este. Qual metodologia nós adoraríamos, como executaríamos essa proposta? Mas, como
551 encaminhamento da última reunião, já foi enviado ao Ministério Público do Trabalho, no
552 Ofício, solicitando que eles também nos apoiem neste processo, contribuir com conteúdo e
553 que tenha conhecimento das condições, a gente já alertou a eles sobre as condições de
554 trabalhadores do suas... estão sofrendo com pregão eletrônico, vínculos precários, a gente já
555 alertou e convidou o ministério público pra contribuir como primeiro encaminhamento. Nós
556 vamos fazer algumas tarefas pra começar a preparar. Então, nessas perguntas e respostas,
557 identificar quais são as principais denúncias que chegaram aqui no CEAS, essa é uma tarefa
558 da Secretaria Executiva pra gente tentar buscar quais são os assuntos e também pesquisar
559 junto às outras instituições profissionais e sindicatos e representantes de categorias,
560 algumas perguntas e dúvidas que também sejam frequentes a eles e que eles também
561 venham trabalhando recentemente, como o Sindicato dos Psicólogos, Sociólogos, CRESS,
562 OAB, pra gente também ter a contribuição deles no processo. Nós vamos nos basear na
563 resolução 09, na 17 e na 269, lógico que a NOB RH, é considerar as equipes de referência
564 do SUS. Vamos ver também se esses próprios conselhos e sindicatos já têm ou já
565 produziram alguma cartilha de orientação a isso. A gente sabe que o CRP já produziu
566 alguma. Então nós vamos na primeira fase de trabalho, pesquisa, leitura do material pela
567 comissão. Nós vamos também convidar a Denise |Cunha, do CRESS, que tem trabalhado
568 no acompanhamento disso, pra fazer um relato pra comissão, quais são as principais
569 situações que o CREAS os assistentes sociais tem vivenciado. Nos queríamos solicitar o
570 conselheiro Volney, que você nos indicasse pelo PSIND, quem da Diretoria, quem pudesse
571 também vir e fazer um relato pra gente com relação aos trabalhadores do SUS, o que o
572 Psind tem recebido também de situação, pra poder somar ao conteúdo da cartilha. Na
573 próxima reunião, dia 20 de outubro, nós vamos ter esses convidados, o depoimento deles e
574 as trocas de experiências. Enquanto isso, vamos fazer o compartilhamento de todo o
575 material que está sendo pesquisado. Inclusive no próprio site do Ministério do Trabalho,
576 sobre assédio, sobre várias coisas que a gente sabe que já tem produzidas, pra tentar ter
577 uma certa coerência. Os encaminhamentos nossos são fazer os convites pra próxima
578 reunião. Você quer ter uma fala ou aguarda o final. **SIMONE:** Conselheira, quando a
579 senhora quiser se pronunciar a senhora levanta o dedo e pega o microfone, por favor.
580 **MARTA:** Quer fazer a pergunta agora? **DAYANA CMAS DE JUIZ DE FORA.** Como eu falei
581 antes, sou CRESS de juiz de Fora. A Nancy é nossa fiscal do CRESS e ela fez um estudo
582 sobre esse tema e também fez uma tese de mestrado do CRESS. Ela tem muitos dados

583 onde ela fala que a política de assistência social é aonde mais se viola os direitos de
584 assistentes social. Ela é um bom nome para se compor. **MARTA:** Depois você passa os
585 contatos pra gente. Depois a Comissão se debruçou sobre outro tema, que é debater sobre
586 a supervisão técnica. O Conselho Nacional editou uma resolução neste ano sobre o assunto,
587 e a Comissão de Política quer se debruçar sobre a supervisão técnica. E a gente a princípio
588 tinha pensado sobre uma resolução do Conselho Estadual pra regulamentar a supervisão
589 técnica do Estado, mas durante o debate da Comissão nós ainda não temos clareza se o
590 caminho é editar uma resolução própria do Estado...o que que nós vamos fazer. Se tem uma
591 especificidade no processo com relação ao CEAS ao Controle social do CEAS, então vamos
592 convidar pra fazer exposição sobre o que a SEDESE já tem trabalhado, sobre supervisão
593 técnica, dentro do Qualifica SUAS, pra gente ter um balanço sobre como é que isso está.
594 Vamos convidar o superintendente Jaime, e também a Superintendente Maíra, que tem
595 experiência com supervisão técnica. Vão nos ajudar a pensar e refletir sobre o assunto e
596 depois a Comissão vai fazer reflexão sobre se a temática precisa de uma regulamentação
597 estadual, ou se a regulamentação do CNAS atende as especificidades de MG ou não. A
598 gente tem feito um monitoramento com relação a oferta de serviço de abordagem social em
599 BH. Isso é um pedido do MDS. Tanto em relação ao SEDESE, quanto em relação ao CEAS.
600 A SEDESE fez uma visita técnica, e a Conselheira Sandra acompanhou essa visita. Ela
601 também foi representando o CEAS para ver a situação em que estavam os serviços. A
602 SEDESE já encaminhou um relatório. Mas a Sandra havia pedido um prazo maior pra ela
603 concluir as avaliações e o relato que ela tinha. Como ela está assoberbada com outras
604 agendas, o que nós vamos encaminhar? Ela tem o conhecimento do relatório que a SEDESE
605 já elaborou, se ela concorda com as observações, com as conclusões, e se isso também
606 pode se basear no relatório da SEDESE, com recomendação para o CEAS. Aí a gente a
607 poupa de fazer mais um relato. Tiveram outros pontos que a mesa diretora encaminhou para
608 a Comissão ontem, que foi a entrega a conselheira Marta Elizabeth do Relatório de Vistoria
609 às comunidades Terapêuticas, do programa Aliança pela Vida e pede um posicionamento do
610 Conselho em relação ao Relatório que a Conselheira trouxe quanto à área de Saúde Mental
611 da Secretaria da Saúde do Estado, das visitas que foram colocadas. A Comissão propõe a
612 este Conselho que a gente discuta o relatório e tem uma discussão sobre as comunidades
613 terapêuticas, que nós reconhecemos que são Unidades da Saúde, dos serviços de saúde,
614 mas a gente não pode deixar de considerar que no relatório eles apontam algumas violações
615 de direitos de usuários e este Conselho, Não poderia se omitir ao que está ali relatado. Nós
616 vamos pedir à conselheira, qual foi a avaliação do Conselho Estadual de Saúde teve sobre
617 o relatório que ela apresentou. E aí a gente pode propor uma reunião conjunta de CEAS e
618 Conselho de Saúde, e pode discutir uma nota conjunta de CEAS e SES, orientativa com
619 relação à situação do que foi verificado na visita às comunidades terapêuticas. Lembrando
620 que já temos feito essa parceria, SEDESE e Educação, nessas visitas técnicas,
621 acompanhando nas visitas de equipes de saúde mental. O encaminhamento é este. Que a
622 Conselheira Marta nos dê um posicionamento e esclareça mais. Quando tiver uma proposta
623 um pouco mais clara, vamos trazer pra plenária. A outra foi a Portaria nr 3 do TJMG, da Vara
624 de Justiça de BH, que pediu que fosse discutida neste Conselho. É uma Portaria que foi
625 reeditada com relação a crianças recém-nascidas e mães que são dependentes de droga. É
626 toda uma orientação que a Vara da Infância faz, com relação aos serviços de Saúde das
627 maternidades aos conselhos tutelares, nós nos debruçamos, lemos a portaria, a gente achou
628 que ela contém algumas novas considerações, ela avançou em relação à anterior mas a
629 gente também queria pedir colaboração da conselheira Marta Elizabeth, com relação a isso,
630 porque também tem a ver com a saúde mental, mas nos preocupa também o afastamento
631 das crianças da convivência das Mães e dessas famílias. A gente preocupou que a portaria
632 em momento algum disse do trabalho intersetorial e do Trabalho em rede pra fazer proteção
633 a essas mulheres quanto a essas crianças, a gente acha que a portaria, apesar de já ter
634 colocado alguns procedimentos, ela ainda não avançou nisso. Então, a gente acha que tem
635 que pautar esse debate escutar um pouco a saúde, o conselho dos Direitos da Criança e do

636 Adolescente também parece que tem se debruçado sobre a essa portaria. E aí a gente acha
637 que precisa de mais acúmulo pra dar uma resposta e fazer alguma proposta pra essa
638 plenária Ainda não temos um encaminhamento final a propor. Recebemos um ofício da
639 doutora Paola do CAO, solicitando que a gente retome a discussão sobre serviços de
640 acolhimento institucional e de resoluções discordantes, do CEDCA número 52 e as
641 normativas do SUAS em relação ao acolhimento institucional, ela propõe e retoma isso e
642 como encaminhamento, a comissão já coloca que vai encaminhar o ofício ao CEDCA
643 dizendo que prontamente atende essa solicitação da Promotora, e nós vamos neste
644 momento consultar a conselheira Maíra, ou se ela tiver outra indicação de um representante
645 deste conselho para compor essa discussão junto ao CEAS, CEDCA, sobre a Portaria e as
646 normativas SUAS e a Portaria conflitiva, em relação ao CEDCA . E já temos uma pauta para
647 outubro, só lembrando que as Comissões de Normas, Orçamento e de Política, tem que
648 colocar em suas pautas a construção de um fluxo com relação ao monitoramento das
649 unidades de execução direta da SEDESE, mas à Luz da MIROSC e das novidades que virão
650 vir por aí. Obrigada. **SIMONE:** Conselheiro Volney. **VOLNEY PSIND:** Com relação ao
651 relatório apresentado, das Comunidades terapêuticas, pela conselheira Marta, acha oportuno
652 você enviar ao Conselho Estadual de Saúde, eu seria interessante ver o que que o conselho
653 antidrogas está se posicionando, o quê que vocês acham, gente? Eu acho necessário, é
654 minha observação e o meu complemento. Meu encaminhamento com relação a essa portaria
655 emitida pela promotoria da Criança e do Adolescente da infância de Belo Horizonte, também
656 acho que seria oportuno a gente pedir o posicionamento da Coordenadoria das promotorias
657 da Criança e da infância do Estado de Minas Gerais, porque essa portaria é apenas para
658 Belo Horizonte, ela não se estende às demais promotorias das outras cidades. Qual o
659 entendimento do CAO da infância, essa também é a minha sugestão, seria interessante que
660 os CEAS também comunicasse que está sendo discutida essa portaria, tanto no Conselho
661 da criança como no Conselho Estadual da Mulher, que a sua pauta no ano passado foi
662 convocamos uma coletiva de imprensa. Conseguimos derrubar a portaria no e o Conselho
663 Estadual da Mulher, que teve muito à frente na discussão desta portaria, é oportuno levar ao
664 conhecimento desses dois Conselhos da Criança e da Mulher, pra que eles também possam
665 estar atentos também .**MAYRA:** Tem que qualificar melhor essa discussão, então, a
666 resolução, a Portaria, inclusive, cita a portaria do Ministério Público, que o Estado tá fazendo
667 orientações aos serviços, não só de assistência, porque tem a Saúde, que participou da
668 discussão, os equipamentos da polícia, enfim, tem uma discussão sendo realizada também e
669 que, talvez, a gente possa compartilhar com o CEAS. **SIMONE:** Bem, eu me inscrevi para
670 parabenizar a comissão, acho que mudou bastante o debate, a comissão conseguiu
671 transformar as denúncias em proposições. Acho que esse debate de perguntas e respostas
672 aos trabalhadores vai ser muito importante. Os gestores não tem clareza explicitada, pública,
673 dos problemas que vivem os trabalhadores no SUAS. É muito importante esse debate do
674 pregão, da forma, do trato do sofrimento, da dor, da desvalorização, a que são submetidos
675 os nossos Trabalhadores. Vai ser muito importante dar visibilidade a esse debate. É claro, e
676 também importante, que a comissão de política traga pra sua responsabilidade a
677 regulamentação da Supervisão no Estado. Tenho certeza de que isso também vai ser muito
678 importante para os trabalhadores, tem algumas coisas que também a gente tem que ter
679 coragem de discutir e enfrentar o debate. Quero parabenizar e dizer que vai ser muito
680 importante a discussão na comissão de política. Não tem mais ninguém inscrito, é isso
681 mesmo? (Alguém fala fora do microfone) Não, Marta, no microfone, por favor. **MARTA :**A
682 Rosilene tá perguntando se Maíra perguntou sobre a indicação dela, de nos representar lá
683 no debate no CEDCA. Ela tá ausente e ela concordou, e eu entendi isso. **SIMONE :**mas se
684 não for a superintendente, pelo diretor da proteção especial, alguém da equipe, Não se
685 preocupe com isso. Então, vamos votar aqui o relato da Comissão de política. Os conselheiros
686 favoráveis ao relato feito pela conselheira Marta, pela Comissão de Política, por favor, se
687 pronunciem levantando seus cartões amarelos. Podem abaixar... e nós vamos, por favor,
688 chamar atenção aí dos conselheiros que saírem o que fica esquisito, eu peço para levantar o

689 cartão amarelo, a outra levanta o branco.Vamos de novo, pra cumprir o rito.Os conselheiros
690 na titularidade, faz favor levantar o crachá.Podem abaixar; os contrários; abstenções.
691 Aprovado. Vamos almoçar. Antes de almoçar Soyla, vai falar alguma coisa é muito rápido)
692 Eu duvido que vai ser rápido, e não vai ser simples. **SOYLA CMAS DE PARACATU:** Eu
693 queria me retratar e constar em ata, e agradecer todo esforço disponibilizado pela SEDESE
694 e pela Secretaria Executiva do CEAS, pelos profissionais envolvidos que correram atrás pra
695 eu poder fazer o curso em Patos, não vou poder estar indo por questões pessoais e
696 profissionais, infelizmente, eu agradeço demais; eu tive que me retratar, por isso, obrigada,
697 falei que era curtinho. **SIMONE:** Vamos retomar nossa reunião e, imediatamente, eu passo
698 pra controladora da Comissão de Orçamento, conselheira Isabela, por favor. **ISABELA:** Olá,
699 Isabela SEDESE. A gente tem dois pontos de pauta que discutimos na reunião da Comissão
700 de Orçamento final. Finanças é o principal deles e a prestação de contas do segundo
701 trimestre; e eu que já tinha apresentado na plenária anterior, mas a Comissão de Orçamento
702 não tinha conseguido finalizar a análise. A gente finalizou ontem; estiveram presentes na
703 comissão eu a Geisy ... **SIMONE:** Isabela, só um minutinho, vamos esperar a turma acalmar,
704 relaxar. Pode continuar, Isabela. ...**ISABELA:**O Leonardo Ladeira, que é o conselheiro da
705 SEPLAG, os outros representantes justificaram a ausência.Fizemos a análise da prestação
706 de contas e o indicativo da comissão é pela aprovação, mas tendo em vista que não tivemos
707 a oportunidade, é melhor fazer a apresentação pra todos os conselheiros pra que possam
708 tirar possíveis dúvidas, e que a gente preste maiores esclarecimentos.Os esclarecimentos
709 prestados na plenária passada foram prestados e tinham sido solicitada uma
710 complementação de documentação, que eram as ordens de pagamento dos Convênios de
711 execução Direta do Estado, do mês de abril, que foram entregues.Eu vou passar aqui, por
712 dotação, não vou me adiantar muito nos detalhes e focar mais na execução da parte física; e
713 se vocês acharem que precisa de aprofundar alguma questão, fiquem à vontade, a gente vai
714 conversando... tem será um PDF por problemas no computador. O Programa Qualifica
715 SUAS, a primeira ação orçamentária é a da Capacitação continuada do SUAS, como vocês
716 sabem, a gente tem um orçamento previsto de cinco milhões, duzentos e oitenta e oito mil,
717 novecentos e sessenta e oito Reais, que foi aprovado na LOA. Uma meta física de doze mil
718 participantes qualificados até o final do ano. O Objetivo e descrição dessa ação todos já
719 conhecem, então vou pular essa parte. De forma bem breve, essa ação foca a execução
720 financeira, principalmente do Capacita SUAS. A supervisão técnica que vai ser iniciada,
721 propriamente dita, a execução no ano que vem, que é de acordo com a política de educação
722 permanente e capacitação realizada por outros órgãos. Indo pra parte que interessa mais,
723 tem aqui, só detalhando, daquele orçamento de cinco milhões, duzentos e oitenta e oito mil,
724 a gente tem Dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, que são de recursos próprios do
725 Estado, do FEM. Temos três milhões, mais ou menos, que são do Fundo Nacional. Durante
726 os meses de Abril, Maio e Junho, porque esta prestação de contas é do segundo trimestre,
727 não houve execução nessa ação orçamentária, da prestação continuada tá tudo zero. Por
728 que não houve a execução? Porque durante este período estava sendo realizado o processo
729 de preparação para o início dos cursos do Capacita. Esse recurso todo, como já
730 conversamos em outros momentos, pra pagar o contrato com as instituições de Ensino
731 Superior e o contrato de hospedagem. Por isso, não teve a execução prevista para agosto e
732 setembro. Traremos na próxima prestação de contas. Em relação à meta física, são aqueles
733 doze mil participantes capacitados. Aqueles que participam do Programa Qualifica SUAS,
734 inclui ações de apoio técnico, quanto ações de capacitação. Nesse período, no segundo
735 trimestre, teve duzentos e duas pessoas que participaram de atendimentos técnicos e
736 externos, realizados fora da SEDESE. Atendimento técnico interno é realizado dentro da
737 SEDESE, recebendo os representantes dos municípios. No Capacita SUAS, é zero, porque
738 não tinha iniciado eventos técnicos que englobam mais de um município, foram 1453
739 pessoas. No Plano de apoio técnico, que é aquele específico, pra indução orientada de
740 gastos, que faz parte do eixo I, do Qualifica SUAS, tem 362 pessoas qualificadas.
741 Supervisão técnica é zero porque ainda não iniciou. Vídeo conferências 6 pessoas, que foi

742 específica sobre trabalho infantil sobre Trabalho Infantil, se não me engano foi direcionada
743 pra um município específico. Visitas técnicas, quando a SEDESE se desloca até o local e
744 atende mais de um município, foram 196, totalizando 2361 pessoas qualificadas no período.
745 Isso tudo corresponde a um total de 532 municípios. Aqui está mesclado porque, às vezes,
746 um mesmo município pode ter pessoas que participaram de ações diferentes. Capacitação
747 realizada por outros órgãos, geralmente, é quando a SEDESE participa de capacitação
748 realizada pelo MDS, principalmente, foram três pessoas. Eles não contam pra meta, porque
749 são pessoas da SEDESE que participaram, não foi a SEDESE que qualificou, por isso está
750 separado embaixo. Isso é pra gente ter uma noção do que isso significa. Durante esse
751 trimestre, dos participantes que foram qualificados, 62% deles participaram de eventos
752 técnicos, a gente vê que são números bastante substantivos. Se a gente juntar com as ações
753 de apoio técnico que é 15%, atendimentos técnicos externos e internos, visita técnica, a
754 grande maioria foram ações presenciais. Continua mostrando, então, essa priorização que o
755 SEDESE está dando para que as ações sejam feitas de forma presencial. A maioria delas,
756 tirando esse roxinho que está dando 6%, foram realizadas fora da SEDESE. É um ponto
757 importante pra ser ressaltado. É a equipe buscando ficar mais próximas dos municípios.
758 Aqui vocês já estão sabendo, não vou entrar muito na ação do Capacita Suas, a gente está
759 trazendo nos próprios informes as notícias, vocês estão acompanhando. Essa informação
760 está desatualizada. Aqui está explicando o que estava sendo organizado os Kits, lançado
761 caderno de orientações do piso mineiro, que foram lançados no mês de maio. Estava em
762 construção o caderno de orientações da Proteção Social Básica, que foi lançado em junho,
763 que está sendo utilizado agora também. E no eixo da supervisão técnica entra, tanto a
764 construção dos conteúdos que são dos dois cadernos que vão ser utilizados no curso em si,
765 mas depois na supervisão técnica vai ser aprofundado e a AMM está iniciando a articulação
766 da contratação de uma pessoa, que vai ser a que vai desenvolver a metodologia do Estado
767 de MG. Aí, também, é legal casar o que a Comissão de Política tem discutido, porque a
768 DECAP já está fazendo uma discussão sobre isso. Se a gente pega o total, até junho,
769 tínhamos feito 31% da meta prevista até o final do ano. Estão faltando 69% da nossa meta
770 pra cumprir de pessoas qualificadas. Acreditamos que mesmo sendo 31% até o meio do ano,
771 a meta vai ser batida, porque tem o Capacita, que está sendo realizada agora. Acreditamos
772 que vai dar, ainda tem a “telepresencial”, que vai dar um salto, e vamos conseguir cumprir a
773 meta. A execução financeira cumulada de zero por cento. Vai ser tudo pago agora no
774 contrato no Capacita SUAS. A aquela é só informação do acumulado, esse último
775 quadrinho, detalhado por trimestre. A gente já tinha uma execução que ficou com cifrão, são
776 nr absolutos, ignorem por favor. São 1.416 pessoas qualificadas no primeiro trimestre, 2.361
777 no segundo, totalizando 3.777 pessoas que corresponde a 31% da meta de 12 mil, até o final
778 do ano. Beleza? Passando pra próxima ação, mostrando pra vocês aquele anexo, que tem
779 um glossário, dando zoom, explica o que é considerada em cada um dos eixos, todos os
780 conselheiros receberam esse material. Vou pedir pra encaminhar de novo, Nilce, esse aqui.
781 Tem também detalhado, por trimestre, como está sendo feita a contabilização de municípios
782 e participantes. Depois tem de cada um dos eventos. Tem a data, qual foi a temática,
783 número de participantes, número de municípios e qual foi a diretoria que realizou a ação.
784 Tem aqui também os que foram realizados por diretores regionais. Passando pra próxima
785 ação, que é da vigilância e Apoio Técnico. Nessa ação, temos o orçamento de novecentos e
786 três mil (Reais) e uma meta física de 853 municípios apoiados. Aqui vão ser descritas mais
787 propriamente de todas as ações de apoio técnico, com um pouco mais de aprofundamento.
788 Parte do dinheiro: desses 903 mil, setecentos e noventa e um mil (791 mil) são recursos do
789 Governo Federal, fonte 56... Cem mil (100 mil Reais) de investimentos da fonte 56, também,
790 Governo Federal e doze mil (12 mil Reais) de recursos próprios, fonte 10, do Tesouro do
791 Estado. No período não houve nem anulação, nem suplementação nessa ação, manteve o
792 mesmo orçamento aprovado. No período teve uma despesa empenhada, de 214 mil de
793 recursos do Gov Federal que é essa primeira linha, no valor liquidado de 207 mil e um valor
794 financeiro pago de 159 mil. Esse valor pago, corresponde a liquidação de despesa com

795 viagens *coffee break*, eventos, estagiários, degravação das atas da CIB, e o convênio é MM
796 que teve duas parcelas pagas, no valor de 104 mil. Convênio da MM que a gente já explicou
797 que tá ligado ao convênio Qualifica SUAS, por isso que pagou aqui dentro. Em relação a
798 meta física, aqui a gente traz aquela mesma informação, com foco maior nos municípios,
799 porque que a meta dessa ação, é aquele negócio, nr de pessoas conta naquela ação
800 continuada e o nr de municípios que foram apoiados, entra nessa meta aqui. Aqui está
801 discriminado por cada tipo de ação de qualificação, totalizando aqueles 532 mil, não
802 corresponde à soma dessa coluna. Pode ser que um município participou de mais de uma
803 ação. Só pra gente detalhar também, vai ficar semelhante ao nr de pessoas, mas a gente
804 pega o percentual de municípios qualificados no período, 69 dos municípios participaram de
805 eventos técnicos, 14% deles são de atendimentos técnicos internos, 10% de execução de
806 Planos de Apoio Técnico, 4% atendimentos técnicos externos e o resto é bem pequeno. São
807 também a maioria aqui em eventos técnicos que são quando a SEDESE vai até o local. Aqui
808 entra uma parte mais detalhada sobre as ações de apoio técnico, realizadas por cada uma
809 das diretorias. A da Proteção Social Básica, tem desenvolvido atendimentos presenciais, na
810 SEDESE, pra orientações sobre o Serviço do PAIF, Serviço de Convivência, articulação
811 entre o Proteção e a Básica, foram realizadas oficinas de apoio técnico. A primeira com tema
812 de acompanhamentos familiares sistema de condicionalidades, a segunda com tema da
813 Proteção Básica de Enfrentamento da Pobreza no Campo, que tem a ver com aquela
814 estratégia lançada pelo Governador, e a construção do caderno, que ainda não tinha sido
815 lançado. Tem também os acompanhamentos de expansão, que a gente sempre traz aqui,
816 não vou falar deles com detalhes, mas tem no anexo, Equipe Volante, PAIF, Serviços de
817 Convivência, monitoramento da Resolução 21, que fala do aprimoramento continuado dos
818 CRAS. É tanto em relação ao senso de 2014 e 2013. Programa BPC na escola,
819 acompanhando quem aderiu e quem não aderiu, Bolsa Família, o BF tem realizado também
820 reuniões, orientações técnicas, contatos com os municípios que deixam de prestar contas,
821 com os grupos que são indicados como prioritários pelo Gov Federal, de acordo com a
822 fragilidades e indicadores de GT, condição básica convidou pra ir até o SEDSE fez
823 capacitações e o monitoramento com aqueles convênios antigos que ainda tem de Sabará e
824 São Joaquim de Bicas que são de 2011, e os de 2009 e 2010, que eram de CASE e dois
825 convênios de emenda parlamentar que foram de 2013. Na Proteção Especial, também tem
826 os acompanhamentos de expansão com CREAS, centro de acolhimento, acolhimento
827 institucional pra criança e adolescente, de pessoas com deficiência, residências inclusivas,
828 as novas expansões, 2013 e 2014, as ações no âmbito de PETE, em parceira com o
829 Ministério do Trabalho e monitoramento desses convênios antigos também. Na gestão do
830 SUAS, também tivemos apoio técnico pra esses municípios: Caetanópolis, Cordisburgo,
831 Paraopeba, muito voltado pra questão de Controle Social, pactos de aprimoramento de
832 SUAS, gastos de recursos funcionamento de Conselho, diretoria dá muito apoio. Dentro do
833 âmbito específico do Plano de Indução Orientada de gastos, a gente teve neste trimestre,
834 reuniões de apoio técnico com nove municípios, dos trinta daqueles que eram prioritários e
835 quatro dos que não prioritários, mas que fizeram parte daquele grupo dos 287, que
836 concentravam maior volume de recursos do estado. Foram feitos também seminários
837 regionais, como estratégia que está sendo realizada com parceria com as diretorias
838 regionais, chamam os municípios daquela regional que fizeram adesão a esse eixo de apoio
839 Técnico, e faz o seminário discutindo gestão orçamentária e financeira, construindo possíveis
840 alternativas. Teve também um trabalho envolvendo estagiários, não são estagiários, são
841 alunos da Fundação João Pinheiro, que estão ajudando nesse eixo, junto com a Diretoria de
842 Capacitação. Na parte da vigilância, aquece acompanhamento de rotina de preenchimento
843 de demonstrativos com serviços, preenchimento do Sim SUAS, tem um destaque do período,
844 a revisão dos questionários do SIM SUAS, que foi aprovado no trimestre seguinte. Mas, já
845 está em vigor os questionários novos estão disponíveis. Oi feita uma análise da Diretoria que
846 identificou que havia um baixo preenchimento dos questionários e que eles não atendiam, de
847 fato, as necessidades de monitoramento do Estado e replicavam informações de outros

848 instrumentos. Isso a gente já conversou e não vou repetir. Então, foi feito isso nesse período,
849 que foi levado pra CIB, mas foi pactuado só depois que o trimestre encerrou. As informações
850 de pendência de preenchimento do Sim SUAS, de 2016, em Junho, a gente tinha 516
851 municípios pendentes. Agora com a Resolução nova que foi publicada, essas pendências
852 são desconsideradas, passam a valer só o questionários novos. Os acompanhamentos das
853 manifestações que chegaram à Ouvidoria, de denúncias, a gente teve três que chegaram no
854 segundo trimestre, referentes à proteção social básica, dessas, duas eram referentes a
855 Recursos Humanos do CRAS e da Secretaria Municipal e o local da Secretária e bem como
856 inconsistência de prestação de contas, e uma referente a um CRAS que estava sem
857 coordenador e sem infraestrutura adequada. Na Diretoria de Cadastro de Entidades, foram
858 emitidos os documentos de entidades propriamente ditas, acompanhamento do CNEAS, que
859 está fechado, mas a gente recebeu uma base de dados do Governo Federal e estamos
860 trabalhando nela. Em relação à nossa meta de municípios apoiados, a gente já cumpriu 32%.
861 Em relação a chegar no Estado, conseguimos atingir bastante municípios, faltando 8% ainda
862 que não tinham participado até aquele momento, de nenhuma ação, mas achamos que vai
863 chegar por causa do Capacita. Todos, a gente não sabe, tem municípios que não estão
864 aderindo ao Capacita SUAS, por incrível que parece. Há os que não mandam ninguém. Mas
865 acreditamos que vai chegar bem próximo. Em relação à execução financeira, no total dos
866 recursos, a gente já gastou 22% do previsto. Falta 78% ainda à executar. No primeiro
867 trimestre como foi, no segundo agora, os valores que a gente executou e aí o total. Então no
868 primeiro pro segundo já aumentamos a execução, e no terceiro vai aumentar mais.
869 Fechando nesse percentual de 29% liquidados, e 22% pagos do orçamento. Agora vem os
870 anexos, com alista dos municípios que estão sendo acompanhados nas expansões, na não
871 adesão à BPC, monitoramento de convênio, aqui agora da especial a mesma coisa, nome de
872 todos os municípios. Então aí fica pra consulta ou pra ações da Comissão de Apoio aos
873 Conselhos, podem comunicar aos Conselhos Municipais, passando pro Segundo Programa,
874 que é o Ofertas de Proteção Especial, a gente tem uma primeira ação orçamentária, que é a
875 do Piso Fixo, que é com 58 milhões de recursos orçados e a meta de 853 municípios co-
876 financiados, essa informação já estão sabendo, já discutimos em plenárias anteriores, mas é
877 só pra mostrar aqui, daquele valor que a Simone mostrou hoje, de 17.999 milhões, durante o
878 segundo trimestre, foi empenhado e liquidado o valor de 13.778 milhões, pagos um
879 pouquinho menos, mas é erro de pagamento que já foi refeito. Totalizando a liquidação de
880 parcela de 852 municípios até o momento. Sendo que pagas mesmo, foram 851, por causa
881 daquela questão de Passa Vinte, que deu problema na conta do banco o pagamento foi
882 devolvido. Estamos aguardando o dinheiro pra pagar novamente. O Outro município é
883 Venceslau Brás, que não abriu CNPJ do Fundo. É pra vocês terem uma noção, ao longo do
884 tempo, a gente foi dentro do mês de abril foram 845 municípios, com parcelas liquidadas,
885 que é o mesmo critério utilizado no SIGPLAN, que é o sistema de monitoramento que
886 Assembleia acompanha e fiscaliza o Executivo no Estado. 843 municípios tiveram parcelas
887 liquidadas em maio; 847 municípios liquidadas em junho. No total, de um mês pro outro
888 muda. No total foram 852 municípios que tiveram parcelas liquidadas. Aqui é esse mesmo
889 valor, ao longo do mês, da meta física. E o financeiro, quanto que foi liquidada em cada mês,
890 quanto que foi pago em cada mês, totalizando 17 milhões que a Simone apresentou. Das
891 ações das diretorias, das transferências, a divisão apoiou na análise dos dados de
892 preenchimento de fundo, da questão do caderno de orientação, foi lançado, o decreto, e não
893 é nenhuma novidade aqui em relação a nossa meta. Total pro final do ano, está faltando 1%
894 dos Municípios para serem co-financiados. Por que a meta é cumulativa financiou uma vez a
895 metafísica vale, mas a financeira não vale financiar, a gente tá com 31% de recepção; então,
896 do valor pago falta 69% do orçamento de 58 milhões pra ser executado. Aqui é o
897 detalhamento por trimestre, quanto que foi executado no primeiro, que a gente já tinha
898 apresentado, e agora no segundo, totalizando, também aumentou um pouco execução no
899 segundo trimestre, passou pra 24% do orçamento total do ano; que seria o previsto; o
900 problema é que nos próximos meses teve essa dificuldade, que a gente não tá conseguindo

901 manter essa execução, totalizando 39% do orçamento, executado, 31% pago efetivamente;
902 o próximo anexo traz, por município, os conselheiros conseguem consultar qual o município
903 tem valor liquidado. Qual o valor pago em cada mês. Tem o valor liquidado, depois, valor
904 pago pros 853 municípios. Aqui vocês vão ver em amarelo, Venceslau Brás, zero, não foi
905 nada pago, aí passando pro Piso Mineiro de Assistência Social variável, a gente tem um
906 orçamento previsto de Treze milhões, duzentos e cinquenta e dois (13.252 milhões Reais)
907 meta de 230 municípios, co-financiados. Essas são, vocês já sabem, que tem a execução
908 mais delicada. Então, desse orçamento aprovado, ele é todo de recursos próprios do Estado,
909 recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, do recurso não teve nenhuma anulação no
910 período, apesar do contingenciamento que vocês já sabem, teve um valor empenhado de
911 trezentos e quatro mil (304.000Reais) liquidado igual e pago efetivamente duzentos e nove
912 mil (209.000 Reais) aí eu vou mostrar mais abaixo o que foi esse pagamento por mês. Quais
913 foram as entidades, quais foram os pagamentos de residência, inclusive acolhimento de
914 pessoa com deficiência e Residência inclusiva, é que tem um termo de aceite firmado pelo
915 município, com o estado e com GovernoFederal e a gente tem um compromisso de co-
916 financiar 50% do valor do Governo Federal; foram esses 13 municípios que receberam e que
917 são essa mesma explicação. Lembrando, o Centro Dia de Belo Horizonte vai começar a
918 receber a partir de outubro o valor de co-financiamento, em relação à meta que a gente tem
919 o detalhamento, traz a lista de todos os serviços. Qual o número de municípios que recebem
920 co-financiamento pra cada um dos serviços da série histórica, totalizam 101 municípios. E aí,
921 durante esse período, tudo zero, não houve pagamento.CentroDia que eu falei de Belo
922 Horizonte, que só no finalzinho, é um só também, tudo zero; não houve pagamento.
923 Residência inclusiva, foram as 13 que receberam pagamento, aqui tem o valor cento e
924 sessenta e cinco mil (165.000 Reais) em Maio; noventa mil (90.000 Reais) em junho e, este
925 último, é o município de Abaetéque tem aquele acordo de TAC com o Ministério Público e
926 eles recebem nove mil (r\$ 9.000) por mês.Receberam trinta e nove mil (39.000 Reais) em
927 maio de nove mil e novecentos e setenta e dois (9.972,00 Reais) em junho. Pegando isso, ao
928 longo do tempo, a gente tem 13 em Março que receberam residências inclusivas, Maio, 14,
929 Junho 14, com os valores aqui. EM maio caíram mais parcelas de vez só e no mês de junho
930 foi paga uma parcela só. Por isso tem essa diferença, do valor pago em cada mês e ao logo
931 dos meses. Isso significa o valor total que foi pago até esse momento do ano, corresponde a
932 uma execução de só 6% da meta física, prevista pra essa ação, do total de 230, só 14
933 municípios que receberam. O Financeiro é menor, do orçamento todo, executamos só 3%
934 até o dia 30 de Junho. É aquela questão que vocês sabem que é da SEDESE construir uma
935 proposta da Série Histórica de Reordenamento. Mas a gente está aguardando a negociação
936 da liberação dos recursos pra trazer proposta na CIB e no CEAS. Enquanto continuamos
937 sem resposta sobre o pagamento, estamos aguardando pra trazer essa proposta do
938 reordenamento, trazer a Série Histórica pra lógica do Piso Variável. Aqui é o acumulado do
939 ano. O primeiro trimestre, era o valor de 170 mil, no segundo, 304 mil liquidados e
940 empenhados; 209 mil pagos, totalizando 3%. Aqui, tem todos os municípios, por serviços.
941 Pra cada um dos os serviços da Série Histórica, quais são os que recebem, quantas
942 unidades ele recebeu pagamento naquele período e qual o valor liquidado por mês. Então
943 aqui, infelizmente, a maioria tá tudo zerado. Só no final que vai ter quais foram as
944 residências inclusivas que receberam os recursos. Lagoa Santa não tem recebendo e
945 Abaeté. A próxima ação e da Oferta Direta, as casas Lares, de pessoas com deficiência,
946 destino Febem. Essa Ação temos um orçamento previsto de 7.323 milhões, sendo 360 mil de
947 recursos do Gov Federal que são as duas residências Inclusivas, que tem o TAC com o
948 Governo Federal, e 6.966 milhões de recursos próprio do Fundo de Erradicação da Miséria.
949 No período foi liquidado e empenado e pago o valor de 120 mil de recursos do Gov Federal,
950 pra essas residências inclusivas, o valor de 2.167 milhões empenhados, 2.084 milhões
951 liquidados e o mesmo valor pago. Foram o pagamento de 47 Casas Lares e Residências
952 Inclusivas que receberam parte de recursos próprios do Estado. Tem o detalhamento de
953 cada uma das entidades, qual o nome da entidade, qual o serviço que oferece e a

954 modalidade, o número de unidades que aquela entidade recebe com financiamento do
955 Estado, que mês recebeu o co-financiamento e o valor por mês que recebeu o co-
956 financiamento. Varia um pouco a unidade, abril, outras maio... o valor, por causa das
957 mudanças de mês. Mas é o convênio, quase todo mundo foi pago. **SIMONE:** Isabela, não
958 precisa usar todas as estratégias que a gente combinou. Só algumas... (Risos). **ISABELA:**O
959 gente vocês não estão vendo ali? Creche Bom Pastor, Caminhos Pra Jesus e creche Nosso
960 lar, são três entidades que a gente não co-financia integralmente os serviços. Essas três
961 unidades, no período, por coincidência, estavam com problemas de prestação e contas
962 parcial. Elas não receberam até Junho a parcela devida, por não conseguirem resolver o
963 problema. Duas resolveram e a outra está resolvendo a prestação e contas parcial. Estão
964 com zero. Deram quarenta e oito unidades, o valor ao longo do tempo, isso corresponde a
965 uma execução financeira total do ano de 2.204 milhões efetivamente pagos às entidades.
966 Esses dois milhões correspondem a uma execução de 30% mas essa execução está
967 conforme o previsto, porque estou seguindo um cronograma quadrimestral de desembolso.
968 Essa explicação que o ... falou total do trimestre fechou em 30%. Passando pra próxima
969 ação que é da Regionalização. Maíra não está aí? Qualquer coisa ela dá informação mais
970 atualizada pra vocês, mas eu vou falar algumas coisas que eu me lembro. Nessa Ação,
971 temos orçamento total de Seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil (6.566 Reais),
972 divididos em: Um milhão e setecentos mil (1.700.000 Reais) do Gov. Federal, Trezentos mil
973 (300.000 Reais) Governo Federal - investimento, Quatro milhões e meio (4.500.000 Reais)
974 do Estado de MG.Foi executado no período, Cento e sessenta mil (160 mil Reais)
975 empenhados, Cento e Sessenta mil Reais (160.000 Reais) liquidados, Cento e vinte e oito
976 mil Reais (128.000 Reais) pagos do Gov Federal. Pagamento dos CREAS, vocês lembram
977 que temos quatro CREAS regionalizados, que já existiam, que vão ser reordenados, dois
978 municipalizados. Enquanto não acontece isso, continuamos repassando dinheiro que
979 recebemos do Gov Federal para os municípios. Esse valor é repassado, foi pago pra eles
980 nesse período, oito mil (8 mil) por mês. Nossa meta são 20 serviços regionalizados
981 implantados, mantidos, a gente já sabe que até o final do ano não vai alcançar esses 20,
982 estamos com a previsão de implantar quatro CREAS regionais, até o final do ano. Aqui, no
983 início, quando a gente previu agosto de 2015, eram 10, mas devido a várias questões de
984 dificuldade com imóvel, atraso na contratação da equipe, agora tem os profissionais
985 aprovados no concurso, a Maíra já deu a notícia. Os profissionais estão chegando em
986 outubro. Os coordenadores chegam em novembro, chegam as equipes técnica dos CRAS
987 de Águas Formosas, Peçanha, Almenara e Diamantina. Águas Formosas e Almenara já tem
988 contrato de aluguel assinado. Os outros estão finalizando. Ainda aí, o que que aconteceu,
989 vários outros tinham encontrado o imóvel que não atendeu a documentação, ou porque na
990 casa não tinha a acessibilidade, precisava de reforma, colocar placa identidade visual,
991 demoraria mais tempo um pouco do que o previsto. A gente tem na meta física,
992 considerando dois que a gente discutiu na comissão. O governo federal, vocês vão olhar na
993 última aba, que os recursos do Governo Federal estão considerando implantados os dois
994 CREAS regionais que já existem e vão ser reordenadas, então, deles nós estamos
995 recebendo co-financiamento Federal estão sendo considerados pra manter a mesma lógica,
996 estamos considerando eles aqui, também, como metafísica.Eu coloquei isso na observação,
997 em cima, essa notícia que eu não vou dar pra vocês, mas que já está um pouco atrasada, já
998 tinha sido feita uma recomendação, está tendo uma câmara técnica na CIB que tá discutindo
999 a implantação do serviço de família acolhedora no Estado, esta Câmara técnica já produziu
1000 várias coisas: a minuta de termo de inscrição das famílias, minuta de cadastro, minuta de
1001 termo de aceite, termo de adesão e responsabilidade das famílias.Está tendo uma discussão
1002 também sobre os serviços que são intermunicipais, que recebem crianças de origem de mais
1003 de um município,mas que não tem caráter regionalizado, então não entram como serviços
1004 regionalizados, no conceito que a gente tem na política hoje. Mas, que já existem por uma
1005 série de dificuldades, tanto técnicas como financeiras, como uma câmara técnica na CIB tá
1006 discutindo essa resolução, orientação para tentar ajudar a implantação desses serviços, que

1007 já estão implantados, na verdade, tem muito a ver com as inspeções que o Ministério Público
1008 tem feito nos municípios, e a Sedese tem participado, não da inspeção em si, que é
1009 atribuição deles, mas das evolutivas que é a parte que constrói ações. Então divida
1010 responsabilidade do Estado, dos municípios, pra tentar qualificar esses serviços, que estão
1011 sendo ofertados já, e que entram nesse caráter intermunicipal e não regional corresponde a
1012 2% da nossa meta, nossa meta financeira ainda está baixa, e a meta física também, como
1013 vocês viram. Meta física, os dois CREAS correspondem a 10% e a financeira, os 160 mil –
1014 128 mil correspondem a 2% só do orçamento. A gente provavelmente não vai executar esse
1015 orçamento todo, porque não teve a implantação dos 10 CREAS, como estávamos prevendo.
1016 Mas a execução vai melhorar. Aqui estão os CREAS que já receberam, aí está o valor,
1017 liquidado, não é o pago. Teve um que devolveu o pagamento, mas já foi refeito. A próxima
1018 ação é a Estruturação da Rede Sócio Assistencial Privada e Pública. Essa é aquela ação
1019 que tinha o valor previsto de 2,5 milhão de recursos do Fundo próprios do Estado. De
1020 investimentos, esses recursos foram totalmente contingenciados em sua totalidade, por
1021 Decreto, na primeira metade do ano e além disso teve a dificuldade do período eleitoral, que
1022 é fazer a dotação e transferência de recursos para as entidades, no período eleitoral existe
1023 essa restrição. Não temos nenhuma execução nessa ação. Nas justificativas está explicando
1024 o que falei. Tanto no contingenciamento, quanto do período eleitoral. O gráfico está zero,
1025 execução zero. Esse aqui, infelizmente, de ficar assim até o final do ano. A próxima Ação
1026 Orçamentária é a Transferência de Renda que é aquela do Banco, previsto o pagamento das
1027 Travessias, como transferência de renda previsto de 6 milhões pra essa ação e 9.403
1028 famílias beneficiadas. Nessa ação também não tem execução e sem previsão de executar. A
1029 Assessoria de Projetos Especiais está cuidando disso na SEDESE, vendo as questões
1030 legais, pra fazer esses pagamentos, tentando honrar com esses pagamentos, herdados do
1031 governo anterior. Mas até o dia 31 de junho não tinha nenhum andamento específico. Como
1032 informação, mais qualitativa, estamos trazendo um resumo do que aconteceu no âmbito da
1033 criação pra jovens e a situação de vulnerabilidade que vai ser lançado, ainda, e o da
1034 estratégia de pobreza no capoeira que já foi lançado. Tinha-se a ideia de que esses programas
1035 no futuro possam ter estratégias de transferência de renda, complementar o Bolsa Família.
1036 Por isso ele entra aqui. Mas aí a estratégia foi lançada, vocês sabem, não é? Já foram
1037 doados carros, por emenda parlamentar que a gente fez critério de partilha, no final do ano
1038 passado. Os veículos já foram doados. Tem a proposta de iniciar o financiamento de equipes
1039 volantes, para 41 municípios que concentram maior percentual de população rural em
1040 situação de pobreza no Estado. Mas é ainda uma proposta pra ser discutida na CIB quanto
1041 no Conselho. Por enquanto está sem previsão de liberação de recursos pra ela. Por isso que
1042 não veio. Passando pra outro Programa de Apoio e Controle Social e Gestão compartilhada
1043 do SUAS, a primeira ação é aquela operacionalização da gestão compartilhada que era pras
1044 instâncias que vão ser criadas junto com os CRESS regionais, com valor previsto de 50 mil.
1045 No período também não teve execução. A gente comentou na reunião passada, que os
1046 custos da CIB que a SEDESE mantém, de degravação, de lanche, vão ser executados
1047 dentro dessa ação. Já começou a partir do terceiro trimestre. Na próxima já virá com
1048 execução financeira. A ação chama Instâncias de Gestão Compartilhada, execução da CIB
1049 vai ficar aqui, fica mais transparente. Mas até este trimestre a degravação da CIB ficou lá na
1050 ação de apoio técnico. A execução da meta física foi zero, porque as instâncias vão ser
1051 criadas, na medida que forem implantados os CRES regionais. A execução financeira é zero,
1052 total é zero nessa Ação. Manutenção do Conselho, tem um orçamento de 287 mil. Durante
1053 esse trimestre temos um valor empenhado de 27.946,70, valor liquidado de 26.560,97 e o
1054 valor pago de 27.348,98. Aqui foi questionado à Comissão porque o pago está maior que o
1055 liquidado. Isso se deu por causa de um ajuste contábil. Quando pagamos diária pra viagem,
1056 fiquei sem saber, mas não tá errado, não. A soma é maior mesmo. Quando recebemos
1057 adiantamento de viagem, por exemplo: recebi 200, gastei 150,00, tenho que devolver 50,00.
1058 Na devolução, o SIAF tira da despesa empenhada e liquidada, e não tira do financeiro. O
1059 empenho, a liquidação anulação anula. Aí é o orçamento que a gente pode gastar de novo.

1060 No SIAF não tem essa coisa, quando a gente devolve dinheiro. Tem até o B.O. que a
1061 Claudinha já conseguiu fazer uma consulta que mostra exatamente isso, eu vou encaminhar
1062 pra vocês, pra ficar melhor. Esse valor que está aqui está certo. O Conselho é mantido por
1063 mês, aqui tem os relatos do que a gente fez. O pessoal que viajou para as barragens,
1064 plenárias. Execução financeira da ação do Conselho, até o momento, correspondeu a 17%
1065 do orçamento, tem 83% ainda a executar. Aí o planejamento que o Conselho tinha feito, a
1066 gente gastaria quase o recurso todo. Vamos ver se vamos ter fôlego pra fazer o
1067 planejamento todo. Agora, a gente passou por todo as dotações orçamentárias. Vamos
1068 detalhar os recursos do Gov Federal. Vamos falar do IGD Bolsa, GD SUAS, Capacita,
1069 Proteção Especial de Média e Alta Complexidade e PETI. Passando pro GD do Bolsa, tem
1070 os valores depositados em conta em cada mês e em qual conta caiu. Teve depositado no
1071 período desse segundo trimestre, Cento e seis mil (106.000,00 Reais) em maio e Cento e
1072 sessenta mil (160.000,00 Reais) em junho. Esse valor de Junho, são as duas parcelas juntas
1073 com valor menor, que é Simone comentou mais cedo. Nosso IGD tá em torno de Oitenta mil
1074 (80.000,00 Reais), totalizando Quatrocentos e oitenta mil (480.000 Reais) recebidos do IGD
1075 do bolsa. Neste período, também, formação nova que foi a transferência para as contas que
1076 o governo federal abriu dos blocos, recursos do IGD em duas contas do IGD do bolsa, abriu
1077 uma conta nova, essa que tá embaixo, é uma parte do pagamento já caiu na conta nova. Aqui
1078 o depósito de 2 milhões, e justamente o valor que estava nessas contas, que foi depositado
1079 na conta nova. Fechamos com saldo em 30 de junho. Na conta do IGD, de Três milhões,
1080 cento e setenta e quatro mil e trezentos e noventa e nove (3.174.399 Reais). Só lembrando
1081 que agente acrescentou nos informes, quero lembrar aos conselheiros que todo mundo
1082 consegue consultar a parcela no site, "parcelas pagas SUAS", é só selecionar no Google.
1083 Vocês conseguem acompanhar os recursos do estado e que qualquer município esteja
1084 recebendo, é uma informação transparente no site do MDS. Essas parcelas que a gente
1085 recebeu foram do mês de abril e junho, que pagou as parcelas de dezembro de 2015 e
1086 depois caiu de janeiro e fevereiro de 2016; o resto estava em atraso neste período; a
1087 despesa que foi feita no período foi de Cinquenta e dois mil (52.000 Reais) no recurso do
1088 IGD; esses 52.000 foram pra pagamento do convênio MM, do apoio técnico do caderno de
1089 proteção básica, que trabalha dados do CAD único, que tem a ver com o recurso do IGD e
1090 devolução de depósito de dois milhões, que eu falei, a nossa taxa do IGD em dezembro de
1091 2015, que estava disponível ,quando a gente fez a prestação de contas, tínhamos uma
1092 taxamédia de frequência escolar de 0,85, acompanhamento da taxa de saúde de
1093 0,79; cobertura qualificada de cadastro saiu do cálculo do IGD, atualização cadastral 0,70,
1094 totalizando o IGD do Bolsa de 0,76. Aqui tem a inscrição das ações que a gestão estadual do
1095 Bolsa fez no período que eu já falei rapidamente. Mas aqui tem mais detalhado com nome do
1096 município, quantos foram... O próximo é o IGD do SUAS, teve um valor pago em janeiro de
1097 39 mil, neste trimestre caiu 1,178 mil que é o valor que a gente começou o ano, que tava
1098 atrasado de 2015, foi depositado tudo de uma vez no mês de maio, totalizando um valor
1099 recebido de Um milhão e duzentos (1.200.000 Reais). O de 2016 recebeu depois, uma
1100 parcela neste trimestre e o resto está atrasado. O valor por conta, tínhamos quatro contas de
1101 GD SUAS. Foi aberta uma conta nova. Nos meses de maio, junho, foi feito o depósito dos
1102 saldos dessas contas pra conta nova, que é esse valor descrito aqui. O valor de 1 milhão que
1103 o MDS pagou de uma vez, já caiu na conta nova. Fechando um saldo em 30 de junho de Um
1104 milhão e trezentos e setenta e três (1.373.000) na conta do IGD do SUAS. Teve uma
1105 despesa realizada de 90 mil, depois 36.000 depois 44 mil. Essas despesas foram realizadas
1106 na conta do IGD. Vocês lembram que lá nas ações de apoio técnico e manutenção do
1107 Conselho, tem recurso fonte 56 que é conta do IGD SUAS e do IGD do Bolsa? É só pra
1108 mostrar. Uma parte que eu mostrei, antes, saiu do IGD SUAS. O que foi do CEAS foi
1109 despesa com viagem. Uma parte que já mostrei, foi tirado do IGD SUAS e também na parte
1110 de apoio técnico, teve despesas com viagens da SEDESE. Foram os técnicos que
1111 receberam diária, coffee break, evento pra essa parte de organização e os estagiários,
1112 degravação da CIB, saíram da conta IGD SUAS. E o convênio AMM foi uma parcela de 52

1113 mil, saíram da conta do IGD do Bolsa e outra parcela de 52 mil saiu da conta de IGD SUAS.
1114 Nosso IGD como estava: a gente teve um IDCRAS médio em abril deste ano de 0,71;
1115 execução financeira ajustada que a média de execuções de 88; totalizando o IGD SUAS do
1116 Estado de 0,74. Nosso teto era de 123 mil, a gente tem recebido 104, cento e pouquinho de
1117 IGD por mês. Tem recebido assim, faz jus, não estamos recebendo não. O que a básica faz.
1118 Analisa o dos municípios, identifica os que estão com maior fragilidade, manda e-mail, faz
1119 ligação, ação de apoio técnico específico pra esses que estão com mais fragilidade e tenta
1120 melhorar nosso IGD. Capacita: teve durante esse ano todo o valor de 1.485 depositados no
1121 mês de maio. Esse valor é a parcela do termo de aceite de 2014 e é o que a gente vai
1122 executar o do ano que vem. Estamos executando o termo de aceite de 2013 que está em
1123 conta. Normalmente são os recursos do governo do estado que vão ser necessários,
1124 também teve conta nova que o governo federal abriu. Mas esse dinheiro já caiu na conta
1125 nova. O que estava na conta antiga, que é esse 1.700.000 que está sendo utilizado neste
1126 ano já foi depositado na conta nova, dando saldo total de 3.212.000. Não houve despesa
1127 realizada porque vai começar a usar agora. A fonte 56 da capacitação continuada, vai tirar
1128 dinheiro da conta do Capacita SUAS, a gente vai trazer no próximo trimestre. Essa avaliação
1129 já conversamos sobre ela. Valores do bloco de proteção especial, a Simone já falou. Então
1130 não vou ficar repetindo. Porque já deu informação hoje cedo, ela está mais atualizada. Só
1131 pra vocês terem noção, até junho já recebemos 210 mil. Tivemos a questão da abertura da
1132 conta nova, do bloco de Proteção de Média Complexidade pro Bloco de Proteção da Alta
1133 complexidade, aqui. Os recursos da conta antiga foram transferidos para conta nova que
1134 ação esses valores de depósito. As despesas são aquelas de 128 mil e 120 mil que já
1135 mostrei. Os 120 mil são de residência inclusiva. Os 128 mil são os CREAS regionais.
1136 Fechando com saldo de 903 mil no final de junho. Os 903 mil na conta da média
1137 complexidade. 624 mil na conta da Alta complexidade. Também esses valores vocês
1138 conseguem consultar no site do MDS. Aqui aquela descrição que já falei. Por fim, conta do
1139 PETI: tem o termo de aceite, com valor mensal de 46 mil pra fazer as ações estratégicas, no
1140 âmbito do Estado. Nesse trimestre a gente recebeu uma parcela de 46 mil, totalizando 230
1141 mil no ano. Também teve conta nova. A gente pegou esses 46 mil de abril já caíram nessa
1142 conta nova, depositamos o recurso da conta antiga, saldo anterior mais rendimentos pra
1143 essa conta nova. Sem despesa, porque o seminário do PETI foi em Junho, essa despesa é
1144 do trimestre que vem. Fechando o saldo de 555 mil em 30 de junho. Preparação de
1145 seminário do PETI e foi muito legal; foi cheio, legal, sou da SEDESE, mas tô falando.
1146 Emendas parlamentares não tivemos neste ano, mas incluímos esse campo aqui na
1147 prestação de contas. E é isso, considerações finais, só esse resuminho aqui falando o que é.
1148 Os anexos são os extratos bancários. O Conselheiro que quiser a informação que está lá
1149 consolidada está aqui detalhada, do jeitinho que o banco manda. Quem quiser conferir, tem
1150 todos os extratos de todas as contas o que está na poupança, resgate, aplicação,
1151 rendimento de cada mês, tudo detalhado. Então, só pra vocês verem o final, como ficou a
1152 execução. A execução total dos recursos do FEAS, somando o primeiro e segundo trimestre,
1153 tivemos uma execução de 26%, faltando 74% do orçamento total do fundo pra executar e
1154 uma execução financeira com o recurso efetivamente pago de 21%, faltando 79% pra gente
1155 executar de pago, mesmo! Estou à disposição pra esclarecimentos. **SIMONE:** Obrigada
1156 Conselheira Isabela, eu vou passar pro conselheiro Jorge que está inscrito. **LUIS GEORGE:**
1157 Boa tarde! Oi tudo beleza? Boa tarde, Isabela. Gostaria de dizer o seguinte, depois do
1158 almoço e com esse calor, você prestar conta, com ninguém cochilando, nota dez pra você. A
1159 Simone falou de manhã numa quantia de despesa 58 milhões, que era pra distribuir em 12
1160 prestações, é 58 milhões, mesmo? Foram 17 milhões em quatro prestações, não é isso? Eu
1161 fiz uma conta aqui, se são 58 milhões pra dividir em 12 meses, quantias fixas, seriam 19
1162 milhões... variáveis? E o recurso que Lagoa Santa não está recebendo? Isabela: vou
1163 explicar. **ISABELA:** O Piso mineiro é o seguinte: a gente tem aquele lançamento de 58
1164 milhões, mas esses 58 milhões seriam com reajuste que seria dado quando construimos o
1165 PPAG no ano passado, fizemos aquele escalonamento pra atualizar a base de cálculo do

1166 piso mineiro, que seria passada a referência do mês de agosto de 2010 do número de
1167 famílias cadastradas, para as famílias cadastradas em março de 2015. Atualizando essa
1168 base de dados, vezes o valor de 2,20 por família, o piso mineiro daria um aumento de 72
1169 milhões. Passaria de 54 milhões, que é o valor hoje, pra 72 milhões. A gente escalonou esse
1170 amento em 4 anos. Então para 2016 a gente planejou foi 58 milhões. Porém com esse
1171 cenário de restrição orçamentária, não chegamos a trazer o aumento pra discutir, porque não
1172 temos, efetivamente, nem disponibilidade orçamentária, porque o recurso foi contingenciado,
1173 não tem financeira pra conseguir pagar regularmente o compromisso já assumido. O esforço
1174 que está sendo feito é pagar o já assumido, com valor teoricamente, teria sido atualizado em
1175 2014. Mas ninguém recebeu. Foi efetivamente pago em 2015, foi o que a Simone mostrou
1176 antes. Dá 54 milhões por ano, correspondendo a 4,5 por mês, hoje, sem atualização. Por
1177 isso que dá os 18 milhões, pois foram quatro meses pagos. Então, 4,5 X quatro são os 18
1178 milhões. Por isso que dá essa diferença. É importante explicar. A outra questão da
1179 residência inclusiva de Lagoa Santa, não está recebendo porque ainda não tinha
1180 comprovada a implantação até o mês de junho. Só recebe quem comprovou. Então quando
1181 comprovarem, vai ter 14 residências inclusivas que vamos financiar. No termo de aceite,
1182 fizemos para Lagoa Santa, só que eles não recebem por isso. **LUIZ GEORGE:** Eu sou do
1183 Conselho de lá e vou cobrar deles porque já foi implantado. **ISABELA:** Nós vamos ver lá
1184 com a Proteção Especial, não é, Maíra? Eles não demonstraram pra SEDESE. Temos que
1185 ver o que aconteceu. AO comprovarem, começamos a pagar. Mais alguém? Conselheiro
1186 **VOLNEY DO PSIND:** Com relação à residência inclusiva de Lagoa Santa, apesar que o
1187 senhor Jorge é conselheiro aqui, acho importante que este Conselho Oficie o Conselho
1188 Municipal. Pra estar ciente o que está faltando pra regularizar lá. As minhas observações são
1189 as seguintes, Isabela informou que alguns municípios não aderiram ao Capacita SUAS. No
1190 meu entendimento, quando aprovamos o Capacita Suas eu já tinha cantado essa pedra, mas
1191 fui voto vencido. Ora, é dinheiro público investido nos municípios. Acho necessário que os
1192 Conselhos municipais apresentem uma justificativa, porque eles não aderiram ao Capacita
1193 SUAS. O Governo de MG compra vaga da instituição que ganhou a licitação, me corrijam se
1194 eu estiver errado. Comprada a vaga ela fica disponível. O município não utilizando, é recurso
1195 público que vai pro ralo. É necessário uma justificativa para esses conselho sobre o por quê
1196 eles não aderiram ao Capacita. Hoje falamos pela manhã que as coisas não chegam aos
1197 municípios e eles não aderem, é uma incoerência. Precisamos contar com os conselheiros
1198 que aprovelem isso. É inadmissível, a gestão DG SUAS com a capacitação, com treinamento
1199 e tudo mais. Essa é a minha observação. Outra é a transferência de renda no Programa
1200 Travessia, foi instituído no governo anterior. Foi aprovado por este Conselho na época o
1201 Programa e não tem recurso para pagar os meninos que estavam no Travessia. Eu acho que
1202 esse Conselho enquanto controle social, deve responder ao usuários. É necessário que o
1203 órgão gestor envie uma carta para todos que estão no Travessia, justificando e explicando
1204 por que já tem dois anos que o atual governo está na gestão. O que acontece? Vai ficando
1205 cada vez mais desacreditadas as políticas públicas. Eu tive aluno que era usuário do
1206 Travessia e o dinheiro fez uma diferença à vida dele. Precisamos pedir ao órgão gestor que
1207 mande uma carta par esses meninos que estavam no Programa, dizendo que não tem
1208 recurso. Mas, que é uma dívida do Estado para com eles. Senão, a coisa vai ficando,
1209 passando... onde as pessoas, a cada dia que passa, vão desacreditando no Estado
1210 brasileiro. Queria contar com vocês pra que aprovelem aqui essa carta. Eu queria uma
1211 explicação nesse sentido. **SIMONE:** Tem mais alguém? **ISABELA:** No caso eu não usei
1212 esse termo, mas se usei me desculpe. Tem que aderir ao Capacita. Ele participa, ele envia
1213 aos seus trabalhadores pra ir lá. Mas, tem aquele termo de adesão, só pra não gerar
1214 confusão. As vagas estão sendo disponibilizadas, tem um processo intenso, tem equipes da
1215 SUBAS para mobilizar, os diretores regionais tem ajudado muito nisso, também, pra
1216 mobilizar, sensibilizar. Os sistemas de capacitação permite que acompanhe diariamente,
1217 como é que estão sendo feitas as inscrições, quais municípios se inscreveram, os
1218 profissionais que se inscreveram. Os diretores regionais acompanham e ligam pra os que

1219 não fizeram inscrição. Talvez a gente possa trazer a informação do Capacita, não tenho aqui
1220 atualizado, pra te dizer esse número, de municípios que tiveram vagas e não enviaram
1221 profissionais. Estamos fazendo esse acompanhamento. Outro ponto importante, mesmo
1222 quando acontece, de município não enviar alguém, a SEDESE disponibilizada aquela vaga
1223 para outros municípios que tenham interesse, justamente para não perdermos esses
1224 investimentos de recursos público, de tempo, pessoal, que tem sido feito no Capacita. Tem
1225 essa possibilidade. Não estão preenchendo, disponibilizamos essa vaga para aqueles outros
1226 mais próximos ou que são maiores e que tem nr. Maior de CRAS e podem mandar mais
1227 profissionais. Nesse sentido estamos cobrindo um número bom de vagas. **VOLNEY:** de
1228 qualquer forma, eu provoço os meus colegas, conselheiros, sobre qual é o posicionamento
1229 deste conselho em relação a este municípios que não está aderindo, precisando saber,
1230 sobre o que está acontecendo. **SIMONE:** conselheiro já registrei sua questão. Marta!
1231 **CONSELHEIRA MARTA:** Só pra completar a informação que a Isabela prestou, esse
1232 Conselho aprovou Resolução sobre isso. Sobre as vagas, transferências, critérios, perfis e
1233 todos esses possíveis situações, que nós poderíamos dedicar ao Capacita SUAS. A
1234 SEDESE tem acompanhado isso, personalizado e cumprido essas resoluções. Não temos
1235 ainda situação de vaga não preenchida, depois podemos verificar e trazer. Este Conselho
1236 discutiu exaustivamente duas resoluções neste sentido. **SIMONE:** senhor George LUIZ
1237 **GEORGE:** Eu combino com o Volney o seguinte: me considero o porta voz de pessoas mais
1238 carentes. E como a gente não briga por causa deles, o gestor faz o que quer. E como a
1239 gente fica? Fica desacreditado. Desacredita o Conselho municipal, aí vira uma bola de neve,
1240 que ao invés de tomar providência, o povo precisa de ajuda e temos de brigar por eles, está
1241 bem? **SIMONE:** Primeiro com relação ao Capacita Suas, conversamos na CIB sobre a
1242 questão das vagas e dos municípios. Primeiro, nós colocamos na Resolução e depois do
1243 diagnóstico que apresentamos, de que 500 municípios não tem uma pessoa responsável
1244 pela área da gestão financeira. Todo mundo sabe e está no nosso senso. O Conselho
1245 decidiu que colocar que os municípios deveriam indicar uma representação da área da
1246 gestão financeira. É claro que esse é o maior problema. Problema identificado, achamos que
1247 deveríamos fazer a capacitação. Constatado que o problema permanece, nós tivemos uma
1248 avaliação com a Associação Mineira de Municípios. A AMM soltou na semana passada uma
1249 carta para os prefeitos, dizendo do curso. **SIMONE:** Porque essa é uma reivindicação de
1250 conferência, é uma luta histórica dos trabalhadores, então, de fato, temos de valorizar o
1251 curso. Nada impede que o Conselho encaminhe para os Conselhos Municipais uma carta, É
1252 importante. Muitos Conselhos, muitas vezes, não sabem o que está acontecendo. Não vejo
1253 nenhum problema. Com relação ao Travessia Volney, a gente podia pedir a SEDESE pra
1254 prestar contas do Travessia pra nós, primeiro. Nós somos conselheiros, nem eu, nem Marta,
1255 nem Isabela, não temos condições, não nos preparamos, não chamamos ninguém da
1256 SEDESE pra vir aqui. Se os conselheiros concordarem, o Volney que fez a proposta...
1257 Primeiro a gente tem que ter conhecimento, pra depois tomarmos uma atitude, então se você
1258 concordar posso encaminhar assim? Então, nós vamos analisar, talvez a SEDESE até já fez.
1259 Eu sinceramente não sei dizer, se fez... se ela fez contato com os usuários, não sei mesmo.
1260 Então vamos pedir a SEDESE, a responsável por essa área, pra que ela possa vir aqui, e a
1261 gente pode conversar franca, honesta e fraternalmente sobre esse assunto. Pode ser assim,
1262 Volney? Então, nós tiramos dois encaminhamentos aqui. Primeiro, vamos votar, me
1263 desculpe, esqueci. Senhores conselheiros e conselheiras, na condição de titular, que
1264 concordam com o relato feito pela conselheira Isabela, da Comissão de Orçamento, favor
1265 levantar seus crachás. Podem abaixar, contrários, abstenções. Aprovado. Então, estamos
1266 encaminhando duas coisas, que vamos fazer uma cartinha para os municípios que não
1267 encaminharam alunos para o Capacita SUAS, informando a eles dos próximos cursos. Que é
1268 importante participar. Segundo, convidar a SEDESE para que ela possa fazer uma
1269 apresentação sobre o Programa Travessia. Muito obrigada pela comissão de orçamento,
1270 Isabela pois não, Isabela. **ISABELA:** Porque foi o ponto um Só pra terminar o relato que a
1271 gente discutiu na comissão. **SIMONE:** Não terminou, não? mas, já votamos tudo!

1272 **ISABELA:** é muito rápido. É só pra dar notícia. Foi feito o contato com o presidente da
1273 Loteria Mineira. A comissão vai participar, estamos aguardando o agendamento da reunião.
1274 O Segundo ponto é que o CEAS já está encaminhando o ofício ao Deputado André Quintão,
1275 como representante da ALMG, pra discussão do orçamento de 2017. O que ocorre e que o
1276 Gov do Estado de MG ainda não encaminhou a proposta final pra ALMG e, após esse
1277 encaminhamento, é que poderemos marcar essa reunião. Temos que ver qual é a proposta
1278 final que o governo vai encaminhar. Há o ofício pro Gov Federal falando dos atrasos dos
1279 pagamentos tanto do Estado quanto dos Municípios. Outro ponto, só pra dar notícia,
1280 conversamos na plenária anterior, que é a ideia de conversar um fluo e parâmetro de
1281 acompanhamento de execução direta. Tínhamos tirado de fazer uma reunião com a
1282 comissão de Normas, por causa da pauta desta semana. A gente fez uma discussão na
1283 Mesa Diretora e na Comissão de convidar também a Comissão e Política pra fazer parte,
1284 porque temos de construir esse fluxo e esses parâmetros. Não se pode fazer visita sem ter a
1285 noção do que vamos avaliar e que tipo de orientação vamos dar pras entidades. Estamos
1286 fazendo essa proposta, de incluir a Comissão de Política e agendar nos próximas reuniões
1287 de comissão. Também, a Nilce está lembrando que é pra ter dois membros da Comissão de
1288 Orçamento, pra fazer parte do Grupo de Trabalho pra que foi composto na CIB, pra
1289 discussão dos efeitos desses cotes e modificações que estão sendo feita no âmbito dos
1290 benefícios e orçamentos da Seguridade Social, feitos pros municípios e estado. Eu pela
1291 SEDESE, já estou participando desse grupo de trabalho, que foi na CIB. Eu coloco que
1292 precisa de dois membros da Comissão e Orçamento pra compor esse grupo. A gente decide
1293 agora ou depois, a gente indica? Pode ser, gente? Ok... **SIMONE:** Obrigada, Isabela. Agora
1294 vamos passar para o ponto de pauta de discussão da proposta de resolução, discutida pela
1295 Comissão de Acompanhamento de Conselhos, em conjunto com a Comissão de Política,
1296 que dispôs sobre a instituição das reuniões regionais de conselhos municipais de assistência
1297 social, como fóruns regionais, consultivos de controle social da política estadual de
1298 assistência social e dá outras providências. Como coordenador, ele não está presente, nós
1299 vamos pedir pra fazer um resgate rápido da discussão, pra que tanto os conselheiros novos,
1300 quanto os nossos convidados que estão aqui, tenham condições de rapidamente
1301 compreender o acúmulo que nós tivemos do debate desse tema. Segundo, várias pessoas
1302 durante o dia de hoje, vieram me perguntar se, de fato, o Conselho tem que deliberar hoje
1303 ainda sobre a Resolução. Nós vamos deliberar na hora que entendermos que estamos
1304 maduros pra isso. A comissão cumpriu o papel dela, já terminou o debate lá e ela entendeu
1305 isso e trouxe o debate pro pleno do Conselho. O pleno decidiu antes de deliberar, discutir
1306 mais, tanto que temos dois convidados para debater essa resolução conosco. É claro que
1307 essas pessoas, todos receberam, foram feitas várias discussões. Nós do Governo nos
1308 reunimos, ontem na nossa reunião discutimos a resolução, então vamos ter várias
1309 contribuições hoje. É muito difícil que a gente tenha um texto final ainda hoje, por causa das
1310 contribuições e dos debates que nós vamos fazer. O mais importante é o pleno se sentir
1311 esclarecido e preparado pra tomar a decisão mais acertada, tá bom? Então, eu quero
1312 agradecer muito os nossos convidados, temos o prazer e a honra de receber aqui mais uma
1313 vez no nosso Conselho, é sempre uma honra pra nós, receber a nossa querida Márcia
1314 Pinheiro, para o que não a conhecem, ela é Assistente Social, mestre em Serviço Social pela
1315 PUC SP, foi presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. É uma militante
1316 histórica no Serviço Social e na Assistência Social. Eu tenho a honra de ter como amiga,
1317 companheira e uma pessoa que tem estudado muito, mas do que já estudou, militou,
1318 acredita e vivencia no Estado Social que investe na participação social. Então Márcia, muito
1319 obrigada pela sua presença aqui. Quero também cumprimentar e já agradecer, a presença
1320 do Domingos Sávio de Araújo, colaborador sempre do Conselho Estadual, ele vem
1321 colaborando conosco nessa resolução e, amis uma vez, ele se dispôs a estar aqui. Sávio e
1322 Assistente Social e trabalha na Secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência
1323 Social de BH, é uma pessoa muito responsável pela vivacidade, pela forma democrática
1324 como conselho municipal, também, discute e tem as representações lá dentro,

1325 principalmente dos usuários e dos trabalhadores, das entidades, então Sávio, muito obrigada
1326 pela sua colaboração e disponibilidade, sempre. Quero cumprimentar também, não sei os
1327 conselheiros conhecem, esse é Jamil Amin Gallupo Mattar, ele é o Superintendente de
1328 Interiorização da SEDESE. A SEDESE tem vinte e uma diretorias regionais, que fica em
1329 todas as regiões de Minas e essa Superintendência é a que cuida, coordena as diretorias
1330 regionais da SEDESE. O Jamil é Assistente Social e também e uma pessoa que tem uma
1331 história grande, não só nas assistências sociais, mas também na Segurança Alimentar e
1332 Nutricional, na luta por direitos sociais e na construção do estado social e é uma pessoa que
1333 tem, muito tempo na luta pela democratização do Brasil. Acho que vai ser muito importante o
1334 debate com ele, que é uma das preocupações da Comissão, como essa Resolução tem
1335 repercussão pra dentro da SEDESE... Agora, vou passar para a Marta para que ela faça uma
1336 rápido relato sobre o acúmulo do nosso debate. Vamos passar pra Márcia Pinheiro, depois
1337 pro Sávio e em seguida o Jamil. A Marta vai fazer em 15 minutos e eu vou controlar o tempo
1338 dos nossos convidados de 20 a 30 minutos pra cada um. **MARTA:** a Resolução está
1339 propondo a instituição das urcmas em Minas Gerais, como fóruns regionais, consultivos, de
1340 controle e participação social da política e de mobilização e articulação dos Conselhos
1341 Municipais de Assistência Social. Essa é a proposta da Resolução que nós estamos
1342 discutindo. Como nós chegamos até aqui? O fortalecimento e organização da Urcmas é uma
1343 proposta recorrente das conferências estaduais de Assistência Social de MG, desde 1997,
1344 quando foi a Segunda Conferência Social. Isso já era uma deliberação da Conferência. Esse
1345 assunto retorna nas Conferências de 1999, 2001, 2003 e 2015. Na última Conferência
1346 Estadual, que foi a 11ª, no ano passado, nós tivemos uma deliberação, nos seguintes
1347 termos, de fomentar, potencializar a participação dos usuários e trabalhadores do SUAS, nas
1348 instâncias de controle social, com a atualização das Leis, referentes aos Conselhos, criação
1349 e reativação das URCMAS, com vista a um maior monitoramento e fiscalização do SUAS.
1350 Foi essa a deliberação da Conferência Estadual aprovou. O que o Conselho Estadual fez, a
1351 Comissão de Apoio ao Conselho fez? Mapeou quantas Urcmas nós temos no Estado. Ela
1352 tem conhecimento de que existem dez Urcmas no Estado de MG, mas efetivamente tem três
1353 que funcionam com maior regularidade que é Paracatu, Belo Horizonte e Juiz de Fora. A
1354 Comissão não conseguiu numa rápida enquete feita colher dados das outras sete Urcmas.
1355 Então não conseguimos estabelecer um contato pra saber como está a situação das
1356 mesmas. Mesmo quem respondeu essa pergunta, essa pesquisa que fizemos, era
1357 preparatória, inclusive, pra reunião ampliada do Conselho de assistência social, que
1358 aconteceu dia 17 de junho na Cidade Administrativa, em que esse tema também foi discutido
1359 com os Conselhos Municipais. Era importante conhecermos essas informações pra levar à
1360 reunião Ampliada. Eles colocaram algumas dificuldades, muita rotatividade na composição
1361 dos conselheiros municipais que vão representar as URCMAS. Muita dificuldade pra fazer a
1362 gestão. Sugeriram pra fazer o funcionamento das URCMAS, que houvesse apoio das
1363 diretorias regionais da SEDESE em relação à logística e que, também, se tivessem iniciativas
1364 quando tem mais organização e instâncias no SUAS, para que as proposições,
1365 recomendações da URCMAS, ganhassem um novo conteúdo. Identificamos que ela tem
1366 realmente um outro papel com relação à oferta do serviço regionalizado, de proteção sociais
1367 especiais de média e alta complexidade, que estamos implantando no estado. Fomos
1368 buscar no Senso SUAS, informações com relação à representação nos conselhos
1369 municipais, nós temos mais entidades que representam a sociedade civil nos conselhos
1370 municipais, se comparado com o segmento de trabalhadores e usuários. Temos mais
1371 usuários mais do que trabalhadores com assento CMAS, porque a identificamos, Simone
1372 sempre repete aqui, da dificuldade da identidade dos trabalhadores, da relação deles com
1373 a gestão. A outra questão é participação dos usuários é séria em alguns municípios. É
1374 cultura difícil a ser rompida, de acreditar que o usuário tem capacidade de saber o que ele
1375 quer, localizar e reivindicar, exigir mais os seus direitos. Então não acreditam, não investem
1376 na participação do usuário no conselho municipal. Isso foi tema da última conferência
1377 nacional, e como o Conselho tem o poder normativo, o que a Comissão de Conselhos trouxe

1378 e de, junto com a Política, construir uma Resolução para fazer a instituição das Urcmas,
1379 dando mais apoio a elas. Vimos que nessa perspectiva, que as Urcmas precisariam ampliar
1380 um pouco os seus papéis, além de acompanhar os serviços regionalizados, estão mais
1381 próximos dos usuários nas diferentes regiões do estado, e ser mais canais que poderiam
1382 ajudar a própria organização dos trabalhadores e usuários nos conselhos municipais de
1383 Assistência Social. Elas também teriam um papel estratégico importante neste processo. As
1384 URCMAS por terem uma característica regional de organização, o Conselho precisaria ter
1385 acesso a essas informações, às demandas, às dúvidas e questões que acontecem nas
1386 diferentes regiões do estado. Para o Conselho Estadual também é importante, estratégico,
1387 que as URCMAS sejam fortalecidas. Identificamos que vamos ter dois momentos no trabalho
1388 que estamos fazendo, que é construir a Resolução do CEAS que institui e normatiza as
1389 Urcmas. Outro, é orientar como é que esse processo vai acontecer. A orientação pode ser de
1390 diversas formas. Podemos ter capacitação, cartilhas, documentos pra que isso aconteça,
1391 incluir temas de capacitação. Sabemos que só a normativa do CEAS, necessariamente, não
1392 vai conseguir esgotar e cumprir essa deliberação da conferência estadual. A Outra questão é
1393 que apresentamos além de discutir aqui no CEAS, como a conselheira Páscoa já relatou,
1394 fizemos uma discussão com a CIB, com os gestores, sobre as Urcmas, porque o apoio dos
1395 gerentes ao funcionamento dos conselhos é relevante e esses também são importantes no
1396 apoio às URCMAS. Fizemos uma discussão na CIB, com o COGEMAS. Os gestores
1397 colocaram algumas questões, sabendo do caráter deliberativo deste Conselho, mas
1398 entendiam que precisamos aprofundar em algumas questões: quais são as competências
1399 das Urcmas, e que elas não sejam confundidas como instâncias do SUAS, de pactuação ou
1400 de deliberação. Porque elas não estão previstas enquanto instâncias de pactuação e de
1401 deliberação. Portanto, na CIB estava se entendendo que elas seriam mais um outro fórum,
1402 que congregaria os conselhos municipais, e que, no texto da Resolução a chamava como
1403 instancias, que atentássemos pra isso. Que ao discutir o texto, revisse esse termo. O
1404 conceito é diferente. Como estabelecer uma relação, como seria dar essa noção no corpo de
1405 Resolução, da Norma? É um desafio, já que elas não são subordinadas ao o CEAS. Como
1406 seriam as relações das diretorias regionais com as URCMAS? Seria apenas uma relação
1407 operacional e de logística. Isso seria reduzido, considerando a proposta que temos de
1408 atuação das regionais da SEDESE. A proposta de Resolução que eles tiveram contato não
1409 implica em que as Urcmas também se subordinem às Regionais nesse apoiológico e
1410 operacional, senão elas vão ficar subordinadas às regionais e isso não era interessante. Por
1411 fim, que o CEAS poderia estabelecer e ter poder normativo de estabelecer novas
1412 competências para as diretorias regionais. São competências administrativas e definidas em
1413 normas estaduais e que são próprias do Estado para SEDESE. Uma outra questão, dentro
1414 do debate das duas comissões, também nos questionamos. Acho que acabou, são essas as
1415 questões que no debate das comissões e com a CIB, do texto que encaminhamos para os
1416 conselheiros, tivemos como questões levantas pra colaborar no texto da Resolução.
1417 **SIMONE:** Obrigada, Marta. Passo a palavra pra Márcia Pinheiro, dizendo que aqui estão os
1418 Conselheiros Estaduais. Que desde o ano passado o CEAS convoca os titulares e seus
1419 suplentes; vai fazer dois anos que trocamos o momento de discussão de um estado policial,
1420 esse conselho tem a honra de discutir o Estado Social. **MÁRCIA PINHEIRO:** Boa tarde a
1421 todos! De tudo isso que a Simone falou, o mais importante é que eu sou uma militante
1422 histórica da política de assistência social. Essa é a minha característica. Milito nessa área
1423 com muito prazer político, com muita alegria, apesar de vários momentos a gente passar por
1424 vários perrengues. Queria dizer que no momento já percorri esse caminho e estou muito feliz
1425 de ter sido lembrada, convidada, agradeço esse convite. Dizer que também não fiz uma
1426 palestra. Eu li o documento e quero fazer alguns comentários nessa proposta que vocês
1427 estão fazendo. Em primeiro lugar, esse Conselho, essa administração, esse Estado de MG
1428 estão de parabéns. Eu tenho acompanhado a luta, pelas informações, pelos folhetos.
1429 Sempre mando pra mais gente pelo Brasil, pra ver que é possível fazer a Assistência Social
1430 a nível estadual da forma como vocês estão pensando, planejando algumas vezes

1431 recortando, algumas vezes não conseguindo. Mas, é possível pensar. Porque houve um
1432 tempo em que se discutia que os estados não faziam nada, porque o papel dos estados
1433 estava mal definido na LOAS. Essa discussão demorou muito tempo. Hoje nós estamos
1434 mostrando que não é isso, Na verdade, é outra coisa. Quero parabenizar vocês pelo longo
1435 caminho, que a sabemos, lendo, a Marta mostrando, cada item daquele o quanto custa.
1436 Quanta gente já viajou, debateu... então é um caminho longo que vocês fizeram pra chegar
1437 até aqui. Algumas questões vou começar a falar pra não passar meus 20 minutos. Claro que
1438 estamos debatendo. Eu tenho uma ânsia, se assim se pode dizer, da gente desmistificar o
1439 caráter muitas vezes hermético da nossa política, da nossa fala, muitas vezes falamos
1440 coisas... eu tenho muitos anos... fui noutra dia num evento da Secretaria Estadual e foi
1441 maravilhoso. Mas ficava a cada momento: o que é Urcmas, o que é isso, o que é não sei o
1442 quê? Gente vamos tentar falar na união dos conselhos uma recomendação. União dos
1443 Conselhos regionais. É muita sigla, muito CRESS, CRAS... depois a gente reclama que o
1444 usuário não participa. Mas é uma confusão, gente! Eu tenho não sei quantos mil anos e
1445 ficava lá... o que é isso? Nem sempre o usuário vai perguntar pra você o que pé Urcmas? Se
1446 é o que queremos mesmo. Não é uma crítica, eu também participo disso. Vamos tentar
1447 desembrulhar um pouco essas coisas. Do documento de vocês eu quero ressaltar um
1448 grande avanço que vocês conseguiram, numa ginástica que é fazer com que as uniões dos
1449 conselhos, me permitem falar assim, elas tivessem um caráter deliberativo do Conselho. Já
1450 passamos por situações no nível nacional que algumas reuniões, de repente não só queriam
1451 ter assento no Conselho, como queriam deliberar pro Conselho. Vocês conseguiram fazer
1452 uma ginastica de participação. Está muito bom. Parabéns pela definição. Uma das questões
1453 que me chamam atenção, é muita questão da diversidade. A região consegue ser diversa. A
1454 região metropolitana não é o Vale do Jequitinhonha. Tô falando uma coisa óbvia. A
1455 necessidade, a vontade, o desejo, a manifestação da participação no Vale do Jequitinhonha
1456 é outra coisa. Então, que essa diversidade venha também na participação e não fique só a
1457 nível dos programas, projetos, capacitação, que isso também chegue perto da participação.
1458 Que reconheçamos as vocações regionais e inclusive da participação. Isso é muito
1459 importante, vocês colocaram e eu quero acentuar. Vocês, ao colocarem aqui, o que é na
1460 verdade o controle social, tem por objetivo final, contribuir na formulação, articulação,
1461 acompanhamento, avaliação e controle da decisões da política, favorecendo a proteção
1462 social dos cidadãos, isso é uma frase que a gente vem dizendo, na Constituição, na LOAS,
1463 na Política, na Resolução tal... temos que debulhar mais isso. De fato, controle nas decisões
1464 da política... o que é proteção social dos cidadãos? Eu não estou querendo dizer que vamos
1465 cuidar da saúde, da educação, da assistência social. Que esse CEAS cuide de tudo. Mas, o
1466 CEAS é um lugar onde a assistência social é discutida em seu caráter de profundidade e
1467 esse caráter, eu chamei a atenção, quando se está dizendo de espaços de Controle Social,
1468 de uma política pública, quais são os assuntos que implícitos ali? Eu não estou convidando a
1469 não discutir os serviços e as necessidades do cidadão. Mas, as necessidades dos cidadãos
1470 passam, são maiores. Tenho essa preocupação de discutirmos política pública de
1471 assistência social. O mínimo que estamos falando é a seguridade. Esse assunto já rolou. O
1472 que é a seguridade brasileira? Quais são os limites? Quais os avanços necessários? Não
1473 acho que na reunião do CEAS possamos fazer esse debate aprofundado. Mas existem
1474 espaços novos pra serem explorados, onde o CEAS pode provocar o debate. Sobre quais
1475 são os direitos sócios assistenciais? A ampliação da seguridade, a ampliação da própria
1476 participação. A gente vem de uma cultura que, estar no conselho é participação! Sim, é uma
1477 das formas de participação. É a forma legitimada, consagrada. Mas existem outras. Mas se
1478 não discutirmos os direitos ampliados, nós não vamos chegar, no meu ponto de vista, não
1479 vamos chegar a criar novos direitos, porque já estão aí instalados, dados. A criação de novos
1480 direitos vai ser possível, se criarmos novos espaços de debate. Imagina uma região
1481 discutindo situações que são específicas deles, mas que são de Minas Gerais e que são do
1482 Brasil. Existem questões de você discutir a Democracia. O que é você ir pra rua e apanhar
1483 da polícia porque está participando. Ou isso não tem significado? Não tem a ver conosco?

1484 Além das novas frentes, queria chamar atenção pra uma coisa que a Marta falou. Eu escrevi
1485 essa frase uma vez. Que a Assistência Social foi possível, o movimento da Assistência
1486 Social foi possível porque sempre existiu um movimento por dentro do movimento. Esse
1487 movimento, por dentro, é que estamos criando. Neste momento dá pra criar fóruns. Na
1488 verdade, é não abandonar a perspectiva de luta pela participação e ampliação dela.
1489 Ampliação de direitos. Não sei se temos como por isso na Resolução, mas refletindo, se
1490 vocês concordarem com alguns apontamentos que eu tô levantando... Outra coisa muito
1491 importante e vocês estão colocando... é que as diretorias regionais da SEDESE tem que dar
1492 apoio a esses movimentos. O movimento não surge do nada. Controle social não é profissão
1493 de fé. É realização, é cartolina, pincel atômico, rádio, TV, rádio comunitária, são coisas que
1494 que concretizar. Senão não levaremos o usuário nas reuniões do Conselho e ainda gostar.
1495 Achar que ele vai gostar e voltar, trazer mais gente. Na verdade, quando vi um usuário na
1496 última conferência nacional... o usuário, quando ele levanta e fala assim: sopinha, nunca
1497 mais! É a síntese que a gente está falando. Quem fala nunca mais, é uma pessoa que já
1498 participou de movimento e sabe. O que é quando a gente fala "nunca mais"? E ele traduziu!
1499 Nós conseguimos fazer de alguma forma essa expressão: Sopinha nunca mais! Na verdade,
1500 as diretorias regionais não podem ficar como profissão de fé. A participação não acontece
1501 quando o Secretário de As vai às reuniões do Conselho. Aí parece que é o máximo. Nossa o
1502 Secretário vem em toda reunião. Ele tem que ir mesmo! É um conceito que nós temos, é
1503 uma formulação. Participar da gestão não é levantar a mão no dia de aprovar o orçamento. É
1504 entender, é tentar ajudar na discussão de prioridades. Esse negócio aqui é muito importante!
1505 A outra questão que vocês levantam, que eu ratifico, é registrar, qualificar e encaminhar as
1506 proposições dos conselhos regionais para o CEAS. Criar esse espaço de registro de
1507 informações. O registro da nossa história, da qual me penitencio, o registro de nossa história
1508 está muito aquém do que, de fato, nós construímos. É importante, também, encaminhar.
1509 Aquelas reuniões do Sul de MG ou do Mucuri fiquem parecendo que não adianta ir lá. É dar
1510 importância, fazer com que eu me sinta participante. O fato de trazer pro conselho é um
1511 momento onde fala isso, tem relatos, ou ter no site um momento de experiências exitosas.
1512 Eu vi em Brasília a uns três anos, no governo do DF, fui fazer uma pesquisa pelo MDS pra
1513 ver algumas experiências, fiquei absolutamente impressionada. Eu andava por um bairro e
1514 eu perguntava onde é o CRAS? É ali. Ali fazemos reuniões do conselho, do juizado, de... é
1515 uma coisa viva. É um espaço vivo. Fui em outros lugares também e vi coisas muito
1516 importantes. Aqui, eu pus que os respectivos fóruns, ressaltando uma coisa que você
1517 escreveram, prevalência de segmento de usuários, trabalhadores, entidades que compõem
1518 seus respectivos fóruns. Compor fórum, no conceito que nós temos e participação, não
1519 precisa de ser uma coisa formalizada. É um fórum de debates sobre determinada questão
1520 que se instala. Então os fóruns... temos que dar uma leveza para os movimentos. Me lembro
1521 de uma primeira reunião... eu não era da PBH quando sentamos e discutimos a necessidade
1522 de ter um fórum de AS na PBH. Todos davam palpite, falavam e a Simone falou gente, então
1523 está criado o Fórum... criamos. Não é essa confusão, não! Eu vinha de uma outra
1524 concepção. De outra administração. Eu olhei e percebi... É mesmo! Está criado o fórum!
1525 Meu tempo está acabando. Recomendo: vamos fazer reuniões abertas, participativas, pelo
1526 amor de Deus! Não adianta fazer reunião pra vereador de Lei 9.824 que contradiz a Lei 3.2...
1527 ninguém vai, gente! Ninguém vai! Então, vamos buscar formas! A PBH mostrou muito bem
1528 pra nós, antigamente. Fazer teatro na rua, bem vinda dona LOAS, café social nos bairros. la
1529 domingo de manhã. Aí tinha aquele grupo de mobilização social que era pra chamar a
1530 atenção. A juventude tá na rua hoje dando exemplo, acontece hoje, no outro dia as charges,
1531 o Whatsapp ferve. É fantástico! Todo mundo pega e entende. Só faltou uma palavra no
1532 Powerpoint. Tudo é novo, de hoje, é urgente, independente de você concordar ou não.
1533 Estamos dando exemplo de versatilidade. E eu gostaria muito não ficasse velha, antiga.
1534 Vamos aderir, vamos falar as coisas da nossa geração, da nossa juventude e da população
1535 de rua. A última coisa, talvez, essa que vocês colocam aqui: articular fóruns de usuários,
1536 trabalhadores, usuários e potencializar a participação popular no SUAS, nas regiões. É

1537 chamar a atenção disso que vocês escreveram para uma organização da população para o
1538 movimentos. Nós sabemos que depois de 500 anos de cale-se, de ditadura, é muito difícil
1539 pra população sair à rua e falar. Eu estava outro dia numa Universidade, a menina fala assim:
1540 eu não tenho coragem de sair na rua e levantar uma bandeira! Eu perguntei: Mas você tem
1541 coragem de conversar com uma pessoa que está ao seu lado, no ônibus... então a gente
1542 começa participando de acordo com a nossa possibilidade. No ônibus você conversa com
1543 três pessoas, no sábado, no cinema com mais algumas... a participação é um crescendo. A
1544 gente vai acreditando na nossa força, que somos capazes. E terminaria dizendo que nós da
1545 as temos de fazer parte dessa organização para movimentar e fazer com que o movimento
1546 de as seja cada vez mais movimento. Obrigada! **SÁVIO:** Pessoal, boa tarde! A satisfação de
1547 estar aqui é muito grande. Primeiro que comecei a minha vida profissional com Márcia e
1548 Simone Albuquerque. Sou concursado da PBH e cheguei na Márcia Pinheiro e ela disse:
1549 com o que você quer trabalhar? Eu: quero trabalhar com política pública... A Márcia ligou pra
1550 Simone na hora; Simone tá indo um aí... e até hoje a gente trabalha com a questão do
1551 Conselho. A satisfação é grande. Tô causando inveja em vocês. Foi muito bom! A segunda
1552 satisfação é que na segunda gestão desse Conselho eu fui conselheiro aqui representando a
1553 PBH. Sei da importância desse conselho. Márcia, Simone, Luisão estavam também. É muito
1554 bom ser conselheiro e eu espero que vocês aproveitem bastante. É muita informação, poder
1555 de decisão. Conselhos são deliberativos. Belo Horizonte tem 36 Conselhos, mas só seis são
1556 deliberativos e o CEAS é um deles. Eu dei uma lida na minuta de Resolução, grifei umas
1557 coisas. Eu achei que está ótima. Poderia comentar algumas coisas, não sei se terá tempo
1558 pra tudo. Queria fazer de antemão um reparo. Pelo tanto de coisa que temos de fazer, viu
1559 Jamil? Acho que de três em três meses é pouco. A regularidade dessas instâncias de
1560 controle teria de ser mensal. Então, uma observação, trimestral é muito longe uma de outra
1561 reunião, pelo tanto que temos de fazer. A necessidade de se fazer isso é imensa. Penso na
1562 Democracia Participativa, nos considerandos. No Brasil, desde o período republicano
1563 tivemos seis constituições. Intervalos de democracias sendo partidas, interrompidas.
1564 Recuperamos em 1988, de certa forma, ela possui uma certa estabilidade, muito por conta
1565 da democracia participativa, que promulgamos a parti de de 1988. A formação de fóruns é,
1566 nada menos, que aumentar esse conteúdo da participação da população, no caso da política
1567 de AS. Estou muito feliz com essa minuta. Tomara que seja aprovada aqui e comecemos a
1568 trabalhar logo. Tem muita coisa a fazer. Assistência Social, como diz a Maria LuisRisotti, ela
1569 teve quatro crises em sua vida da qualidade dos serviços. A questão do controle social está
1570 entrando em campo agora, praticamente. Vai ajudar bastante a resolver. Fizemos onze
1571 conferencias locais, municipais, estaduais e nacionais. Nove, tratando de serviços e
1572 financiamento. Só uma, no seu particular, tratou do controle e uma apenas tratou do
1573 trabalho. Estamos entrando em campo agora. Tenho certeza absoluta que esses dois
1574 ingredientes fundamentais da política tiveram em plena atividade, vamos contribuir pra
1575 superação da crise, que é a crise da qualidade dos serviços da política. O trabalhador, por
1576 experiência própria em BH... sempre teve o fórum de trabalhadores, mas ocorreu um
1577 concurso público, com 800 pessoas contratadas, o fórum é outro. O Conselho mudou muito
1578 com a participação desses trabalhadores no Fórum. Mudou muito. A gente percebe, hoje,
1579 que os conselhos não tem representação do trabalho. Até três anos atrás Nova Lima não
1580 tinha representação do trabalho. Hoje tem e está fazendo uma diferença enorme. Me lembro
1581 da formação fórum dos trabalhadores em Nova Lima, fomos conversar e perguntei: porque a
1582 reunião não pode ser na Prefeitura. Era na casa de uma pessoa à noite... aqui está muito
1583 escondido, tá parecendo uma sociedade secreta. Discutimos e passado o tempo, perguntei
1584 pelos sindicatos... Aí disseram... pelego até falar chega! Gente, não tem problema, diretoria
1585 muda de 4 em 4 anos. A coisa muda. Com relação aos usuários, é impressionante a nossa
1586 insensibilidade pra tratar usuários. Nos documentos, nas resoluções a fala sobre o
1587 financiamento, serviços... e controle social ... só faltou falar também. Fala do controle, mas
1588 não se faz nada pra ele existir. Uma coisa muito cara pra nós. Quando fala do usuário, fala
1589 de protagonismo e autonomia... A gente trabalha isso com usuário? Trabalha nada! É muito

1590 difícil Estamos desenvolvendo uma metodologia que estamos aplicando em BH e tem sido
1591 interessante. Antes, aquela coisa de professor, você falando sobre o serviço da para de
1592 assistência e falando pro usuário... nunca acaba, é eterno. É uma coisa de cima pra baixo, o
1593 usuário calado, sem participar. Hoje é bem diferente. A aplicação de dinâmicas, etc. Mas a
1594 Maria LuisaRisotti ainda fala uma coisa para além disso: ela fala em organização política do
1595 usuário. Pra mim era o máximo de o usuário ter o poder de crítica e reflexão em relação ao
1596 serviço, que é umagrande coisa. A questão das dinâmicas, trabalhando protagonismo e
1597 autonomia. E terceiro, a organização política do usuário. Tem que trabalhar a educação
1598 popular, análise de conjuntura, correlação de forças. A gente ainda está desenvolvendo. Tem
1599 muita coisa ainda a se fazer com relação ao trabalho e ao usuário. Isso a gente quer! O
1600 Conselho Nacional em 2014, 2015, várias resoluções recomendaram aos conselhos que
1601 mantenham a paridade. Na última reunião, da diretoria e da composição do Conselho, na
1602 última cidade que a gente foi da União dos Conselhos da Grande BH, a sociedade civil
1603 nunca chega a ser presidente do Conselho. Não tem paridade. Representante do trabalho
1604 não tem, usuário tem... A paridade é o pressuposto básico de ter uma qualidade decente.
1605 Parece simples, mas não é! Tem um gráfico do SEDESE que diz sobre a participação do
1606 trabalhador que é de 6%. Usuários 18%, entidade é de 26%. Essa é a média geral. Então
1607 tem no Conselho 75% de instâncias que ofertam serviços, as entidade e o governo. 25% é
1608 de trabalhador e usuário. Assim não dá! A união dos conselhos pode estar representando
1609 isso pra nós também. O documento fala, simultaneamente, à formação das uniões e
1610 dinamizá-las representaria a formação do fórum dos trabalhadores regionais, dos usuários e
1611 das entidades. Isso tudo fortalece a democracia participativa. Nos momentos de crise como
1612 agora, é mais do que conveniente. Esse perigo de retrocesso da democracia sempre vai
1613 existir. Vemos as histórias de muitos países. É preciso estar atento e reforçar essas
1614 instâncias de participação popular. As secretarias executivas de conselho são importantes.
1615 Eu já fui secretário executivo de conselho. Consolação está aí e sabe, é uma pessoa
1616 extremamente capacitada pra exercer a função, na assessoria, na resposta, repasse de
1617 informação. Essas pessoas estariam mais perto de nós e juntas. Desde o início a gente faz
1618 dois movimentos. Um é implantar política, com modelo descentralizado e participativo, de
1619 1994 até 2003, que do ponto de vista dos serviços era um esforço de transformar ações em
1620 políticas. Do ponto de vista do trabalho é a luta pela profissionalização.O usuário era uma
1621 participação de modo geral. Não havia a distinção. EM relação ao financiamento e a tentativa
1622 do cofinanciamento, existia desde o início. Com o SUAS, melhorou bastante. Principalmente
1623 na questão do trabalho, introduzindo o concurso público, interessa muito à política em
1624 primeiro lugar, depois ao trabalho; pra construir equipes de referência que tenham
1625 continuidade. Plano de carreira é a mesma coisa, primeiro pra política, depois pro
1626 trabalhador, porque a política precisa coadunar o trabalho com pessoas capacitadas pra
1627 assumir determinadas funções... e assim por diante. É uma necessidade. É muito difícil de se
1628 fazer. Instituir gestão de trabalho nas secretarias, eu nem vejo falar. Em BH estamos
1629 tentando, mas é difícil. Geralmente a gente introduz a política, ao mesmo tempo que
1630 combate o fisiologismo político. É uma doença, o interesse político sobrepondo ao interesse
1631 da política. A gente faz as duas coisas simultaneamente. Tem uma força que nos puxa pra
1632 trás que é o neoliberalismo e o estado mínimo. Como vai fazer com o Estado Mínimo com
1633 todas essas funções a cumprir? É impossível pensar nisso. Etrabalhar com isso com todos
1634 os compromissos a cumprir? Aqui falta tudo... Muito bom pensar em estado mínimo na Suíça
1635 que já tem tudo prontinho... Aqui falta escola, posto de saúde...Cada equipamento desses
1636 que se inaugura precisa de trinta, quarenta pessoas. O SUAS fixou na questão do usuário...
1637 Em BH temos feito reuniões nas comissões locais; estão dentro de cada CRAS. Tem sentido
1638 fazer com os usuários daquele CRAS pra discutir a política à qual ele está participando. Isso
1639 tem rebatimento na qualidade, tranquilamente; a SEDESE, o Governo do Estado, estando
1640 mais perto disso, tem implicações com o controle, no fortalecimento como profissional na
1641 organização dos usuários. Fico satisfeito e espero que vocês levem à frente isso aí e
1642 estamos aqui pra trabalhar também, dentro disso. Faço parte da organização da União dos

1643 Conselhos da Grande BH e que, muitas vezes, aos trancos e barrancos, não quer perder a
1644 possibilidade de estar fazendo, pensando. O Governo tem de ter suas implicações com o
1645 controle. Muita gente pensa que tem de separar, porque o governo pode cooptar. Bobagem!
1646 Não é assim! Dependendo do trabalho a ser feito, combatendo o fisiologismo político, isso
1647 não acontece. Estou muito motivado, tenho compromisso. Tudo de bom pra vocês!
1648 Obrigado, SIMONE. Obrigada, Sávio. Agora, vamos passar para o Superintendente de
1649 Interiorização da SEDESE, Jamil Amin. **JAMIL AMIN:** Boa tarde, a todos e todas. Queria
1650 agradecer a oportunidade do convite. É a primeira vez que venho, pretendo voltar mais
1651 vezes, porque aqui é um espaço importante e democrático da construção da política pública
1652 de Assistência Social que queremos e acreditamos. Vou falar rapidamente, vou ficar dentro
1653 dos 15 minutos, pra dar um tempo maior pro debate. Que é mais importante. Vou falar um
1654 pouco da divisão da SEDESE, nas suas diretorias regionais. Vou falar um pouco das
1655 competências legais, passar depois para os mapas das diretorias regionais e conseguirmos
1656 visualizar no estado, os mapas dos territórios de desenvolvimento que é o novo conceito que
1657 o governo do estado vem adotando para as suas políticas públicas, que são dezessete
1658 territórios. Rapidamente as principais ações da SEDESE e as implicações com as regionais
1659 e essas ações das regionais. E o apoio que a gente pensa que as diretorias regionais podem
1660 dar, não apenas para as diretorias regionais, mas também para as ações de maneira geral
1661 para a Assistência Social. Há um Decreto 45.767\2008, parece que a data está errada, acho
1662 que é 2014... Não sei se a Marta tem a data. É isso mesmo? Que fala um pouco, que
1663 regulamenta, descreve as competências. Esta desatualizado porque à época a gente cita
1664 ações ligadas a Diretos Humanos, que hoje tem uma secretaria própria. Já está sendo
1665 reformulado, atualizando à nossa realidade, dia a dia, com as ações pertinentes à SEDESE,
1666 que são as ações de políticas públicas de trabalho e Assistência Social. Aqui é só pra ter
1667 uma visualização. Atualmente temos vinte regionais instaladas. A região Metropolitana não
1668 conta com diretoria regional implantada. Esse é o quadro dos municípios com as vinte
1669 regionais. A gente percebe algumas disparidades. Tem regional que tem quinze municípios e
1670 outra com mais de oitenta. Tem regionais que tem dezessete municípios mas com área
1671 geográfica muito grande, o deslocamento e as viagens ficam um pouco difíceis, em função
1672 dessa realidade. Então são várias situações que precisam ser consideradas na situação do
1673 dia a dia. Aqui é só um demonstrativo das regionais, os municípios e a população, a base é
1674 do IBGE de 2010, se não me engano. Aqui pra vocês visualizarem, quando eu falei dos
1675 territórios de desenvolvimento, que o governo do estado dividiu Minas Gerais em 17
1676 territórios, considerando diversas características, vocação cultural, econômica, geográfica,
1677 climática e tal. Vários conceitos foram utilizados para definir o contorno desses territórios. A
1678 gente percebe o seguinte: em todos os dezessete territórios tem as regionais. Tem território
1679 com quatro regionais, algumas com vinte municípios, quatro, três, dois. Da maneira inversa,
1680 as regionais tem municípios nos territórios, obviamente. Então, a participação das diretorias
1681 regionais nesses conselhos de territórios porque as deliberações que o governo acata, vem
1682 frutos dos fóruns de governo que são nesses respectivos territórios. A população chamada a
1683 participar nos seus diversos seguimentos sociais para definir as prioridades de cada região e
1684 propor soluções para que o governo acate e execute essas ações. Nesse primeiro momento,
1685 as ações que o governo está fazendo, a SEDESE inclui-se nisso, são ações ligadas a gestão
1686 e custeio, investimento vai ficar pro segundo momento. Tô chamando atenção porque esse é
1687 um espaço importante de participação e deliberação das políticas. Inclusive, dentro do
1688 âmbito da Assistência Social, a regionalização da proteção social especial ela apareceu em
1689 90% dos fóruns de governo, onde estava levantando as prioridades. É um espaço importante
1690 que não se pode desconsiderar. Aqui também só pra ilustrar. Ali temos os territórios e as
1691 respectivas regionais com seis municípios questão dentro do território. Aqui é o contrário. A
1692 gente tem as regionais e os respectivos territórios e seus municípios dentro daquele contorno
1693 da regional. As ações, não vou entrar muito no detalhamento, porque nem é a pauta aqui
1694 agora da reunião. A gente tem como eu disse, três eixos que são importantes, que
1695 desenvolvem diversas políticas: 1- trabalho e emprego, 2- Assistência social e 3- Assessoria

1696 de Projetos Especiais, que desenvolve algumas ações ligadas à pobreza no campo e o
1697 trabalho com a juventude em situação de vulnerabilidade. Sendo que essas ações, tanto da
1698 pobreza no campo quanto à juventude em situação de vulnerabilidade, necessariamente,
1699 dentro das ações de assistência ou das ações de trabalho. Essas são as principais ações,
1700 porque são várias, mas é só pra ilustrar um pouco. O trabalho da proteção social básica, a
1701 especial, capacitação, qualificação, um dos principais carros chefes e dentro das ações do
1702 trabalho, da SubSecretaria do Trabalho, temos os programas de inclusão produtiva da
1703 pessoa com deficiência. Os trabalhos realizados da economia solidária e qualificação
1704 profissional, além dos trabalhos do SINE. Da Assessoria de Projetos Especiais, o Programa
1705 da Juventude e Combate à Pobreza no Campo. Outra ação também que fica a cargo da
1706 regional é com relação aos convênios. Quando é um convênio, com uma entidade ou
1707 município, com relação à aquisição de bens, carros, impressora, computador, a regional por
1708 restar mais próxima daqueles municípios tem a responsabilidade de acompanhamento
1709 fiscalização e o cumprimento do objeto do convenio, se o equipamento foi adquirido e usado
1710 para os fins propostos. Os outros convênios, por exemplo, a construção, obras, não fica a
1711 cargo da diretoria regional por não termos pessoas qualificadas para tal, tem que ser um
1712 engenheiro pelo menos. Quero chamar um pouco de atenção, a diretoria regional tem as
1713 suas atribuições legais. Mas, a gente tem de ir um pouco além. As diretorias regionais são
1714 para além da representação regional e institucional da SEDESE, responsáveis pela
1715 interlocução institucional com os municípios. São canais de fomento à participação social de
1716 entidades, órgãos colegiados, fóruns e demais instâncias regionais deliberativas e ou
1717 consultivas. SEDESE trabalha com Trabalho e Assistência social. Nesse caso, a função,
1718 quando falamos que a regional tem um papel importante a contribuir nesse processo de
1719 regionalização e fomento à participação social, basicamente no apoio às ações que esses
1720 organismos desenvolvem naquela determinada região. Apoiar as ações já desenvolvidas
1721 pela Secretaria e os parceiros contribuem no suporte, também, logística, divulgação,
1722 mobilização, articulação das ações públicas que são da competência da SEDESE e
1723 pactuadas nas instâncias competentes. Aqui tem um pouco das ações das regionais, mas
1724 acho que nem... discutir agora é mais importante... Até porque é um processo que está em
1725 construção, mas podemos citar rapidamente. Ações de apoio e assessoramento técnico aos
1726 municípios, são ações institucionais que a SEDESE já faz junto aos municípios,
1727 principalmente. Apoio à Subsecretaria de Assistência Social e no monitoramento e vigilância
1728 sócio assistencial. Apoio à subsecretaria de Assistência Social na divulgação,
1729 acompanhamento e mobilização dos municípios e para a gestão, capacitação,
1730 assessoramento e apoio técnico. Apoio a Subsecretaria de Assistência Social na
1731 implantação e manutenção dos serviços regionalizadas de proteção especial e da central de
1732 acolhimento. Apoiar a Secretaria de Assistência Social no monitoramento e assessoramento
1733 técnico de entidades sócio assistenciais, conveniadas com a SEDESE. Realizar ações de
1734 articulação do SUAS com as políticas de proteção social e garantia de direitos no nível
1735 regional. Apoiar a Subsecretaria de Assistência social na identificação de demandas e
1736 especificidades regionais nos municípios, o âmbito do SUAS a fim de orientar o
1737 planejamento e a gestão estadual. Isso é um pouco das ações institucionais. Mas nossa
1738 proposta é ir além disso, dentro do que a gente vai discutir agora... você podia voltar ao
1739 anterior... Acho que seria importante a gente ter claro, nós militantes, conselheiros, qual seria
1740 o papel real de uma união regional de conselhos que a gente, como militantes da área, ela
1741 deva cumprir? Papel burocrático, cartorial, de articulação e fomento? Então são várias
1742 concepções. É importante que ao instituir o tipo de apoio que uma diretoria regional vai dar, é
1743 preciso antes termos claro o que a gente espera de uma reunião regional de Conselhos
1744 municipais de Assistência social, para que não se crie expectativa, nem para cima nem para
1745 baixo. Outra questão que gostaria de chamar a atenção, é com relação à estrutura, tanto da
1746 própria união regional dos conselhos e também no âmbito da SEDESE a estrutura regional.
1747 Porque as nossas regionais estavam bastante sucateadas. Tivemos um período ruim em
1748 termos financeiros, mas estamos fazendo algumas ações pra qualificar e instrumentalizar

1749 adequadamente as regionais. Estamos no meio do processo. Estão inconclusos, ainda.
1750 Fizemos, em 2015, a nomeação dos técnicos concursados, é uma dupla, um Assistente
1751 Social e um psicólogo para cada regional, no sentido de instrumentalizá-las de um corpo
1752 técnico pra fazer frente às demandas da Assistência social e do trabalho. A questão e
1753 equipamentos, estamos fazendo esse processo, de reestruturação dos equipamentos.
1754 Intervenções físicas nas regionais, estavam quase pegando fogo, porque não havia contratos
1755 de manutenção e os trabalhadores estavam ali dentro. Isso demonstra um pouco a
1756 preocupação de dotar o espaço e dar aos trabalhadores as condições mínimas de segurança
1757 de realizar suas atividades. Mas eu queria voltar ao que eu estava falando da estrutura real
1758 e a ideal. Como estamos definindo o papel de uma regional, a gente aconselha duas coisas:
1759 uma a estrutura atual, real. ela dá conta daquilo a que se propõe? Por outro lado, a gente
1760 não pode ficar restrito à estrutura, porque vai ter uma ação muito tímida das ações. Por isso
1761 tem de pesar essa coisa do real e do ideal. Quando a gente tem claro o papel da reunião do
1762 Conselho, teremos claramente que tipo de intervenção e de apoio, contribuição que a
1763 regional pode dar a essa União. Isso é importante, porque inclusive, a gente pactuando
1764 algumas atribuições, isso facilita internamente, para que consigamos os recursos
1765 necessários para dotarmos as regionais para as condições necessárias para isso. Questão
1766 da subordinação: a definição do papel da Regional, não se dá por resolução do Conselho
1767 Estadual. Tem um Decreto com as competências; cada um no seu quadrado, em termos de
1768 competência legal. O que determina o que uma regional faz ou não, está disposto no
1769 Decreto. Ali estamos alterando o Decreto; ao alterar o Decreto a gente faz essa conversa.
1770 Porque daqui também vão emanar propostas que a agente possa levar internamente para o
1771 SEDESE para que esteja dentro do Decreto. Porque se não tiver, legalmente não podemos
1772 fazer. O que estamos conversando aqui é o melhor apoio que as Diretorias Regionais darão
1773 aos Conselhos e não substituí-las. Ainda assim é importante que fique claro pra todos nós,
1774 tanto para o Conselho e as Uniões, que serão constituídas e reativadas, o seu papel, seu
1775 limite e alcance e necessidades, também. Nem tanto como está, porque senão se faz muito
1776 pouco, mas não se pode considerar no momento atual como estamos, cria expectativa e
1777 depois frustrações, etc. Temos que ir equalizando no andar da carruagem para fazer as
1778 adequações. O importante é o que estamos fazendo aqui. Destacar qual é a estrutura atual e
1779 o que podemos fazer. No sentido de incorporar as necessárias demandas. Até porque, outra
1780 questão que precisamos considerar o momento político, e as políticas públicas que tem essa
1781 pasta, e as dificuldades pra nós, militantes, que faz mais necessária a nossa presença e
1782 entendimento sobre o nosso real papel, no sentido de garantir esses direitos que estão
1783 ameaçados. Hoje temos um governo do Estado e na direção do Conselho Estadual que
1784 pensam políticas de Assistência com muita convergência. Agora, nem sempre foi assim. Em
1785 muitos momentos teve a direção do governo que vai pensar em outras coisas, até em
1786 retrocessos, ou pode, se por ventura assumir aqui no Conselho uma direção que não tem
1787 essa visão que hoje, esse grupo, tem. Agora, o que é construído aqui tem que ficar,
1788 independente de quem seja o governante ou direção do Conselho, porque não pode ficar ao
1789 sabor do Estado, do momento político. O trabalho que mais importa é isso. É a gente ter a
1790 clareza do que queremos, e encaminhar a demanda para a SEDESE, porque estamos
1791 encaminhando essa questão. A Simone, a Secretária Roseli, tem interesse em fazer esses
1792 acertos pra fazamos institucionalmente possamos assumir a responsabilidade de apoio que
1793 o Conselho pretende, através de suas diretorias regionais. É isso; muito obrigado, estamos à
1794 disposição para o bate papo, agora! Simone: Obrigada, Jamil. Jamil: Eu falei muito rápido
1795 por causa do tempo. Todos entenderam direitinho? **SIMONE:** Tem algum conselheiro que
1796 quer colocar alguma questão, antes de entrarmos no debate? Conselheiros, Sônia, William,
1797 Volney... William cedeu sua vez para Soyla. **SOYLA DE PARACATU:** Gostaria de pontuar
1798 que as URCMAS já existem, o que este Conselho está buscando é legitimar, legalizar essas
1799 Urcmas e dar base pra elas, porque no passado, infelizmente, a gente vive contando essa
1800 historinha de que não tínhamos o apoio necessário das regionais. Eu, mesma, vivenciei
1801 alguns anos diretores de regionais participavam de 30 minutos das reuniões e falavam que

1802 tinham mais o que fazer do que ficar na reunião. Diretor regional me procurava pra saber
1803 número de telefone de CMAS porque não tinham nem cadastro. Eu sou crítica, mas a agente
1804 tem que lembrar o passado pra pensar nas pedras que trilhamos e no caminho de luta que
1805 militantes trilham, é triste. Mas tô feliz por outro lado, aqui **JAMIL**: A gente visitava
1806 Entidades, municípios, etc. A gente está mudando esse perfil. A gente não quer isso
1807 Queremos uma regional de portas abertas, e também itinerante. Estamos perseguindo esse
1808 objetivo também. Constatamos isso e estamos trilhando nesse caminho. **SIMONE**:
1809 Conselheiro William. **WILLIAM, CMAS BH**: Antes de entrar nessa questão das Urcmas,
1810 queria ratificar o que o Sávio colocou. Desde 2013, quando a gente assumiu por meio de
1811 concurso, a Assistência Social em BH, enquanto trabalhadores, é que conseguimos nosso
1812 protagonismo. Concurso público é um dos pilares fundamentais. Em relação às URCMAS, aí
1813 me chama atenção o que o Jamil expôs, em relação a essa questão da infraestrutura. A
1814 Soyla a também já explanou um pouco. Você disse que pode ter alterações na gestão.
1815 Estamos sujeitos a isso, tem alguns trechos na Resolução. De uma forma geral, queria saber
1816 se há uma dotação orçamentária pra esse tipo de trabalho para o ano que vem. Segundo, é
1817 uma pergunta aos universitários, por favor, eu sei que no Conselho Municipal temos 3% a
1818 5% e autonomia para destinar recursos do IGD para custear o controle social. Queria saber
1819 se no Estado é a mesma coisa e, se for, podemos tentar alguma coisa nesse sentido.
1820 **SIMONE**: todos os conselheiros vão falar, depois vou abrir pra vocês, vão anotando aí,
1821 senão não entramos na Resolução. Volney, por favor. Tem mais alguém? Primeiro, é
1822 obrigatório que todos os Conselhos, no mínimo 10% do GD e concretização, que me honra
1823 muito ter feito junto com Jaime Rabelo e Adriana que está ali sentado, e com Antonio Rosa
1824 de Oliveira Jr, que colocamos na Lei e no Decreto dosIGDs o recurso pros Conselhos de
1825 Assistência Social. É a única política no Brasil, que tem dinheiro específico pros Conselhos.
1826 Aqui também é, no mínimo 10%. Mas pra gente concretizar a Resolução ela tem que sair.
1827 Depois a gente tem que transformá-la em Decreto da SEDESE. Estamos começando a
1828 discutir, da importância de descentralizar ou regionalizar dotações orçamentárias para as
1829 Diretorias Regionais pra facilitar a vida. Até hoje tudo é controlado aqui da sede. As
1830 Diretorias regionais tem um pronto pagamento, mas para pequenas coisas. Estamos
1831 construindo as coisas e vamos chegar lá. Temos de discutir também que essa perspectiva,
1832 do Conselho deliberar, ser uma Resolução do Conselho e ir pra Decreto, é claro que abre
1833 toda uma possibilidade do Conselho fazer previsão orçamentária pra isso. Mas, primeiro,
1834 temos de institucionalizar pra gente conseguir colocar essas questões. Antes de passar pra
1835 vocês, quero passar três apontamentos que fiz: a democracia é fundamental, quanto mais a
1836 gente discute, melhor é. Dá um trabalho danado, mas é fundamental. Olha só as
1837 observações que nossos convidados colocaram aqui: Márcia disse que só isso: As
1838 competências colocadas são ótimas, mas vocês esqueceram de discutir o direito e
1839 seguridade social, nas competências das regionais de Conselho. O Sávio pôs uma questão
1840 absolutamente importante, que é a participação nas URCMAS, das Secretarias executivas,
1841 que já participam, mas não colocamos aqui. Nós vamos colocar a contribuição do
1842 companheiro. Na hora da leitura, é bom ficar atentos às observações que eles trouxeram pra
1843 ter concretude. Vou passar agora pra nossos convidados pra fazerem as contribuições.
1844 Passe o microfone pra Conselheira Silvana, por favor. Silvana **SECRETARIA DE**
1845 **EDUCAÇÃO**: sou da Comissão de apoio e estamos a algum tempo discutindo sobre a
1846 URCMA, e não se esgota, uma das coisas que me chamou atenção na fala da Márcia é a
1847 questão de empoderar as Urcmas. Não basta fazermos resolução, a SEDESE criar decretos
1848 e os CEAS não empoderar as Uniões. Tem que dar importância pro papel delas. Temos uma
1849 comissão de apoio e a gente não busca as Uniões, quando vamos chamar os Conselhos pra
1850 conversas. Temos que mudar a postura do CEAS, em relação às Uniões e empoderar as
1851 Urcmas pra que dê resultado lá na frente. Rose e depois Rodrigo. **ROSILENE, CRESS**: falar
1852 da importância, Márcia e Sávio, das falas de vocês. Concordo muito com você sobre a siglas.
1853 Me lembro numa reunião onde os trabalhadores rurais falaram CRAS, CREAS... são muitas
1854 siglas, devemos simplificar essa fala, muito são rebuscadas. A gente fala num nível alto e

1855 quem é o mais interessado, o usuário, não entende o que a gente quer. Tem outras
1856 profissões que estão na luta, mas eu encontro representante do CRESS aqui e quero falar
1857 do orgulho de ter militantes da Assistência Social aqui, na luta e sempre tentando pegar os
1858 desafios. Parabéns pra nós. **RODRIGO ASSPROM:** Queria uma pergunta pra Márcia:
1859 quando você fala da heterogeneidade, já somando ao que Sávio falou, na sociedade civil a
1860 gente tem as entidades, trabalhadores e usuários; você pensa ou sugere um avanço de
1861 grupos, como ciganos, organizações que estamos vendo pelas ruas, de coletivos. Coisas do
1862 tipo, levando em consideração as localidades locais. Lembro-me de lugares onde trabalhei que
1863 tinha quilombolas. É isso que você tocou pra nós? **SIMONE:** Volnei. **VOLNEY – PSIND:**
1864 Associando à resolução, com relação a alguns territórios de desenvolvimento e diretorias
1865 regionais, tem até 85 municípios, outras tem menos. Então, a Sônia que tanto fala da Urcma
1866 de Paracatu, tão atuante... essa resolução, será seguida de Decreto pra regulamentar, acho
1867 que é necessário levar para essas Urcmas mais ativas, de BH, Paracatu, Ouro Branco, Juiz
1868 de Fora, pra que essas Urcmas possam colaborar nesse resolução e com a gente. Quando
1869 coloca que você tem uma Urcma pode ser subdivida até três micro regiões... quem fará essa
1870 divisão? As regionais poderão definir? Elas poderão escolher aonde querem ficar
1871 vinculadas? Nós precisamos discutir mais e levar isso pras Urcmas, pra ser discutido pra
1872 quem está na ponta colaborar com essa resolução. Hoje é muito cedo pra gente levar isso
1873 pra aprovação neste Conselho. **SIMONE:** Peço aos conselheiros pra ter muita paciência que
1874 ainda nem começamos a ler a Resolução, muita calma. Vamos ler, destacar, discutir. Vou
1875 passar ao Jamil pra responder e fazer as considerações. **JAMIL:** com relação às dotações
1876 orçamentárias, na SDESE a Superintendência de Interiorização tem uma única dotação para
1877 todas as ações de todas as regionais. Isso está sendo discutido de forma interna, no sentido
1878 de dar uma agilizada, dotando cada regional para suas ações recorrentes do dia a dia.
1879 Realmente é muito centralizado. Isso já está em processo de discussão interna. Essa
1880 dotação daria muita agilidade na regional. Por exemplo, quando quebra um parafuso num
1881 carro, demora quase dez dias pra resolver. Se a regional tivesse isso... Isso é burocracia. A
1882 burocracia tem que ficar ao nosso serviço e não o contrário. Fazendo isso, naturalmente,
1883 recurso pra essas ações que a gente tá construindo aqui, de apoio às uniões regionais, isso
1884 virá necessariamente. Não temos preocupação com isso. Construindo o modelo do
1885 orçamento pra cada regional, no âmbito dessa discussão, discute também os gastos que
1886 cada regional terá, essas observações serão consideradas. Nessa questão que Volney falou
1887 das divisões, vamos ler primeiro, ver o entendimento e o melhor modelo. **SÁVIO:** Rodrigo
1888 falou dos movimentos sociais de ciganos, quilombolas e muito outros. Isso enriquece
1889 bastante. BH tem a representação do fórum de população de rua. O rapaz é vice presidente
1890 do Conselho, atualmente, e faz uma diferença enorme. Se a gente fala em organização
1891 política dos usuários para que ele estes, atendidos nos CRAS, façam a organização e
1892 pressão. É igual ao feijão, tem que haver pressão. Tendo vontade política e pressão popular
1893 são duas coisas importantes. Vontade política é oportunidade, como essa gora que estamos
1894 vivenciando, o governo sinalizando pra que a organização da sociedade civil se faça a nível
1895 de estado, tem que aproveitar. **MARCIA:** Queria pedir licença pra vocês para depois dessa
1896 fala, eu seja dispensada porque em estou em convalescença de uma cirurgia. O Sávio
1897 chamou atenção pra uma questão pra uma coisa importante que é uma certa subestima,
1898 quando os técnicos reúnem os usuários pra aprender as maravilhas da política das
1899 maravilhas de assistência social a que eles têm direito, sem ouvi-los. Nós falamos que é
1900 diferente. Acho importante isso, porque tem vários exemplos que nos mostram que é
1901 possível fazer diferente. Eu trabalhei em BH num gabinete, em que eu era representante
1902 nessa luta de assistência social. Eu os estagiários, um treinamento introdutório, em cada
1903 comissão local pra discutir o que era a política de assistência social, foi ótimo, o povo
1904 entendeu e perguntamos, qual o tema que eles queriam discutir. Eles queriam saber o que
1905 era a Reforma Política. Eles foram listando coisas, que na verdade não era pra aquele dia.
1906 Organizamos um seminário, levantados pelos usuários locais de Assistência Social. Ranulfo
1907 foi fazer o debate sobre a Reforma Política. Na verdade, o que estava acontecendo no Brasil,

1908 naquele momento. Eu acho que empoderar ... tem um exemplo que gosto dele:fomos pra
1909 primeira conferência municipal... vocês são delegados, delegadas, delegado de polícia... aí vi
1910 uma confusão lá fora... o que é isso? O que está acontecendo. Esse moço tá aqui dizendo
1911 que é delegado da conferência e quer conversar, não marcou agenda... Ai eu disse, vamos
1912 entrar e conversar. Eu tôcontando causos da nossa política. Essa subestima está, desde a
1913 gente botar os caras sentados pra fazer discurso, até níveis mais alto, de achar que pobre só
1914 pode discutir isso e quanto à organização, essas organizações novas, eu imagino um Vale
1915 do Jequitinhonha, sem representante do campo, não existe, esse conselho é mentiroso e
1916 esquisito. A população não está ali, não está representada. Além da população estar
1917 representada, tem lutas, programas de Assistência Social que já teriam envergadura pra
1918 organizações muito grandes. Ainda quero estar viva pra ver uma assembleia de usuários do
1919 BPC desfilando em Brasília pra falar com os deputados, pra eles dizerem que ganham um
1920 salário mínimo. Eles não conhecem, não sabem, a gente perde oportunidade de organizá-los
1921 pra isso. Tem "N" trabalhos a fazer na participação popular. É inesgotável esse caminho. As
1922 bolsas famílias, é coisa demais que temos de fazer. É um caminho duro, não vem pra ser
1923 flores. Mas, traz muita felicidade. Quando vejo a organização dos CRAS, o whatsaap dos
1924 Mineiros na Luta, só faltou morrer de orgulho. Porque entendem, sacam, vai na hora, é
1925 orgulho. Lembro que a gente fez o fórum mineiro de política de assistência social. É um
1926 fórum ampliado, discutindo política. Vamos criar novas formas. O caminho é duro, mas dá
1927 muita plenitude. Muito obrigada. Não estou aguentando de dor. **SIMONE:** Obrigada, Márcia,
1928 você nos enche de utopias! Obrigada Jamil e Sávio. Agora a gente vai pegar a resolução, ler
1929 tudo, discutir destaque por destaque. Mas já tem conselheiro que já me falou no ouvido que
1930 muitas propostas... Então vou abrir pra gente conversar sobre qual é a melhor forma. O
1931 Volney já falou que melhor é mandar prasUrcmas. Já teve sugestão da Márcia Pinheiro, do
1932 Sávio, do Governo... então vamos abrir aqui pra discutir qual é a melhor forma de
1933 encaminhar essa resolução. Quem quer fazer proposta? Marta. **MARTA:** depois do debate
1934 que tivemos hoje, na CIB, que eu tentei registrar ali, ser fiel a ele, Páscoa, acho que nós
1935 conseguimos ser fiéis ao debate. Quero propor que essa Resolução nasceu do esforço do
1936 trabalho conjunto das duas propostas, que é de Apoio aos Conselhos e de Apoio Político,
1937 que a gente se debruçasse novamente ao que está aqui proposto, o que ascontribuições
1938 estão colocando, muda de alguma forma o primeiro caminho, entendimento que a gente
1939 estava tendo em relação ás Urcmas, dá um outro conceito. Eu proporia que, ao invés de
1940 buscar a primeira versão, começar a fazer debate. Que as duas Comissões fizessem uma
1941 segunda versão de um documento e a gente trouxesse pra plenária com mais tempo pra
1942 debater na próxima plenária de outubro. Todos receberam pelo e-mail a primeira versão. Aí a
1943 gente incorpora todas as falas de hoje e a Secretaria executiva ajuda nisso. Podemos
1944 adiantar por e-mail aos membros das Comissões, trocando e-mail pra ficar mais fácil pra
1945 fazer uma reunião conjunta no mês que vem pra trazer outra redação. Desculpe, gente a
1946 gente tá inscrevendo: **ROSILENE CRESS:** Tem representante da URCMAS aqui e também
1947 concordo com o que Marta apresentou. Já temos representação de três uniões que podem
1948 contribuir mais ainda. Não precisaria mandar pras Urcmas, entender, discutir o conteúdo e
1949 comprometer o documento. **ISABELA** por favor: não sei, pode ser uma ideia. A Marta
1950 propôs discutir nas comissões, mas pelo que estamos burilando por aqui e o Elder também,
1951 fizemos uma reunião dos Conselheiros governamentais e discutimos ponto a ponto, dos
1952 destaques em relação á Resolução, e chegamos a um acordo, seria interessante rever tudo
1953 o que conversamos. Mas é importante a sociedade civil ter a oportunidade de chegar a esses
1954 destaques. Talvez facilitaria nosso trabalho na plenária. Nas reuniões de Comissão da
1955 plenária que vem a gente ter essa pauta em cada um dos dois encontros, na proxima reunião
1956 da sociedade civil e na do governo. Não impede, claro, que façamos leitura em casa e traga
1957 os pontos. Mas em comissão a gente consegue otimizar. **VOLNEY PSIND:** Primeiro quero
1958 parabenizar a comissão de política que se desdobrou pra propor essa resolução. É difícil.
1959 Acho interessante que fosse enviada à comissão de política uma fotografia das diretorias
1960 regionais, qual é a fotografia geográfica. A Sôyla fala que em Paracatu é tudo muito longe.

1961 Essa fotografia cai facilitar, Marta, pra estarmos visualizando essas estradas, pra onde vai,
1962 ou não vai. Sugiro que isso venha pra comissão e política pra facilitar. **PÁSCOA:** eu estava
1963 concordando muito com a Marta, mas passei a concordar com a Isabela. A Comissão de
1964 política e de Apoio estão trabalhando na questão das Urcmas. Temos muito orgulho disso,
1965 não é meninas? Cada hora que a gente fala a coisa ... então, eu penso se a gente mandar
1966 pra Urcmas agora, não é legal. Nós ainda estamos elaborando, então vai confundir. Mas eu
1967 tô bandeando mais pro seu lado, além de discutir na Comissão de apoio e na de Política,
1968 depois reunimos os conselheiros governamentais, depois vem essa apresentação aqui da
1969 Márcia Pinheiro, fantástica, aí eu penso que a gente podia ver os nossos destaques estão
1970 bem dentro do que ela colocou também. Os cuidados que precisamos ter. **LUIZ GEORGE:**
1971 boa tarde, tem seis anos que eu faço parte da Urcma de BH, durante esse tempo todo, a
1972 reunião que conseguimos o maior número de municípios de foi de 50% com 17 municípios.
1973 O Brasil é muito machista. Não pensa que vão chegar muitos homens lá que não vão.
1974 Maioria são mulheres. Umas tem vergonha de ser usuárias e mulher que tem de trabalhar
1975 em casa, fora de casa e não tem tempo de participar de reunião. Elas se cansam de
1976 participar e não resolver nada. Deixam que outra fale em nome dela. É difícil. Tem que
1977 colocar as coisas num atrativo, e transformar as Urcmas em centro de convivência de
1978 conselhos e trocar ideias. Pra começar a atrair o pessoal. Já cheguei em reunião a pé. Andei
1979 feito condenado porque não tive condição. Agora não, a gente reúne toda primeira terça-feira
1980 de cada mês. Espero o carro para me levar à lagoa Santa. **CONSOLAÇÃO:** A proposta é, a
1981 gente fez a gravação, tá gravado o que foi de hoje aqui, além disso a proposta também do
1982 governo, que se reuniu. A secretaria executiva pegaria tudo isso e faria um encontro por
1983 área, visual, com vocês, saber o que está entrando, porque está sendo proposta, com
1984 justificativa e poderia mandar para vocês partirem desse novo lugar de observação, para
1985 análise. Seria interessante porque se deixar separado, sem a visualização disso, a gente vai
1986 iniciar de novo. Obrigada. **SIMONE:** Você quer falar, Soyla? **SOYLA, PARACATU:** Só
1987 gostaria de acrescentar, eu adorei a fala da Marta, mas eu voto na Isabela. Faz muito
1988 sentido, tanto a questão que foi colocada pela Consolação, de produzir esse material, vai
1989 embasar demais e não vamos perder tempo com isso e daí, em casa, a sociedade civil e
1990 governo é um só, na verdade. A gente vai dividir para ficar mais fácil de estudar. A questão
1991 das Urcmas, eu estava falando para Consolação, tem quatro conselheiros dentro do CEAS,
1992 que representam as quatro em funcionamento. Então temos representação, sim. Dentro da
1993 Comissão de Apoio e das Políticas, não estão são quatro. Mas se compreendermos a
1994 sociedade civil, o CEAS inteiro, tem essas quatro representações. Casa também com a
1995 proposta do Volney. **SIMONE:** vou tentar lacrar esse casamento. Eu informei ao Volney, que
1996 depois do xaveco não tem mais cinto de castidade (risos). Eu concordo com a conselheira
1997 Soyla. Claro que não vamos fazer reunião com essa confusão de papeizinhos. A Consolação
1998 tem que reunir e dar um tratamento para tudo que discutimos aqui. Não faz sentido vir na
1999 próxima reunião com esses papéis. Vou ver se sistematizo: reúne a contribuições com a
2000 degravação, manda para os conselheiros, que vão consultar suas bases, claro. Nós vamos
2001 reunir as Urcmas para discutir o assunto e vem todos aqui já preparados. A gente divide,
2002 então, como já está na pauta, bancada da sociedade civil e a bancada do governo, discute
2003 em cima do novo documento e viremos pro Pleno só para discutir aquilo que for novo.
2004 Senão, não avançamos. Entenderam a proposta? Posso encaminhar, conselheiros?
2005 Compreenderam? Então, vamos votar. Conselheiros que concordam com a proposta feita
2006 pela Presidência do Conselho, por favor levante os crachás amarelos. Podem abaixar,
2007 contrários, abstenções. Palmas para nós! Lacrou! Obrigada, gente! Vocês podem continuar,
2008 à vontade. Mas agora eu quero chamar o nosso convidado, o Superintendente de
2009 Monitoramento, Capacitação e Vigilância da SEDESE, Jaime Adriano, que vai discutir
2010 conosco o Curso de Conselheiros do Capacita SUAS. Retomando, obrigada, Jaime, por ter
2011 aceito o convite do CEAS, que espera há muito discutir esse assunto, que é o curso de
2012 Capacitação para conselheiros. O Conselho aprovou o Programa Estadual de Qualificação
2013 dentro dele tem o Capacita SUAS e prevê a realização do curso. É interessante que você

2014 traga o desenho para nós para aprofundarmos aqui. A metodologia utilizada que estamos
2015 implantando de que os cursos tenha um caderno específico do Estado de MG para o
2016 Conselho. Jaime, por favor, fica á vontade. **JAIME:** Boa tarde. Quero agradecer o convite.
2017 Vocês deliberaram o Capacita e estamos em plena execução do Programa que está sendo
2018 um sucesso, com todo o esforço que a gente fez. Agradeço ao Jamil, em nome dos diretores
2019 regionais, as regionais tem sido fundamentais nesse processo de execução do Capacita.
2020 Como vocês sabem estamos acertando que ele será executado em duas fases. A primeira
2021 tem dois cursos que é da Proteção Básica, em andamento, e da Gestão Orçamentária e
2022 Financeira. A intenção é de qualifiquemos em 2016 em torno de três mil trabalhadores. A
2023 ideia é de qualificar e capacitar mais de nove mil técnicos e gestores e conselheiros
2024 municipais de AS e para 2017 e 2018 termos pactuado, deliberado pelos CEAS, que vamos
2025 executar mais três cursos que fazem parte do Aceite com o Governo Federal que são os
2026 curso de Controle Social e o de Proteção Social Especial, mais o de Vigilância Sócio
2027 Assistencial. Como a Simone havia dito, foi uma decisão de MG, para cada curso do
2028 Capacita, estamos desenvolvendo o que estamos chamando de Conteúdo Específico do
2029 Estado. O Curso de Gestão Orçamentária e Financeira. O Específico do Estado é o
2030 Cofinanciamento Estadual, que é o piso mineiro fixo e varável. Temos bastante novidades
2031 hoje na questão da gestão orçamentária e financeira, estamos fazendo o fundo a fundo, de
2032 fato, a partir de 2016, editamos um Decreto que autoriza o gasto do Piso Mineiro em Capital
2033 e em investimento e Custeio, essa é uma novidade. O específico do Curso de Gestão
2034 Orçamentária e Financeira em MG é as orientações para execução do Piso Mineiro,
2035 principalmente voltado para essa ideia de podermos gastar os recursos do Piso em custeio e
2036 investimento, de acordo com as provisões estabelecidas para edificação nacional de
2037 Assistência Social. Os municípios estão autorizados a gastar, estruturar o serviço, comprar
2038 equipamento, colchão, cama e fazer os investimentos necessários. Esses é o específico. Na
2039 questão da proporção básica, fizemos uma discussão na SEDESE, para dentro do Sistema,
2040 junto com os gestores municipais e a prioridade na proteção básica é fortalecer o caráter
2041 preventivo dos CRAS, do PAIF. Nós elaboramos também um caderno de orientações,
2042 voltado justamente para fortalecer esse caráter preventivo do CRAS. Em complemento
2043 àquilo que o Gov Federal elaborou de conteúdo para os cursos do Capacita SUAS, como os
2044 senhores sabem o Gov Federal desenvolveu uma matriz pedagógica para cada um dos
2045 cursos, com caderno de orientações para os alunos e um para os professores, aonde tem
2046 todo o conteúdo acertado para cada curso, com exercícios e com atividades para os alunos e
2047 para todos os cursos. E MG adotamos a possibilidade de inserir os conteúdos do Estado.
2048 Fizemos duas parcerias, uma com a Fundação João Pinheiro, que tem nos ajudado muito na
2049 adequação das matrizes pedagógicas para incluir na matriz o conteúdo estadual,
2050 associamos aquilo que o gov federal mandou de conteúdo com as prioridades do estado de
2051 MG. A FJP está sendo muito importante nesse alinhamento dos docentes. É um desafio
2052 enorme, executar o Capacita SUS de forma descentralizado, como foi deliberado pelo
2053 Conselho. Estamos executando o Capacita em 21 polos. São três instituições de ensino
2054 credenciadas que venceram o pregão, com diversos docentes. O que precisamos é dar uma
2055 uniformidade para os conteúdos e a concepção que a gente quer passar para os alunos.
2056 Fizemos uma parceria com a AMM que tem colaborado com a elaboração dos cadernos com
2057 conteúdo específico do Estado. Temos dois cadernos publicados e lançados e já fazem parte
2058 dos cursos em execução. Hoje estamos terminando cursos em Uberlândia, Varginha,
2059 Divinópolis, Araçuaí e outro que me esqueci. Na semana que temos mais uma gama de
2060 cursos a serem executados. Domingo vou a SJDR onde começaremos os cursos naquela
2061 regional. O importante é que a gente precisa discutir são os conteúdos dos próximos cursos.
2062 Acertamos a execução dos cursos para 2017 para que a gente possa iniciar rapidamente a
2063 execução, principalmente lembrando que teremos conferência no ano que vem. É
2064 fundamental executar esses cursos do Capacita. É fundamental começarmos a pensar o
2065 conteúdo específico dos próximos cursos, para o curso da Vigilância Sócio Assistencial, qual
2066 será o conteúdo específico para o Controle Social para MG. O caderno do gov federal está

2067 disponível para todos no site da Sedese, está acessível para todos conhecerem. É um
2068 caderno que trata de três módulos da participação do controle social, controle democrático,
2069 sistema de controle da Adm Pública, controle interno e externo, controle social. Depois ele
2070 trata da política de AS e passa pros conselheiros o que é a política, diretrizes e princípios e a
2071 base de organização do SUAS e, por fim, o módulo três trata da estrutura do financiamento
2072 do SUAS e as funções e instrumentos que o controle social tem para exercício do controle
2073 social. O caderno é basicamente isso. Precisamos aqui em MG dar esse tom especial do
2074 Capacita para o curso de controle social no estado. Ouvindo as discussões feitas sobre as
2075 Urcmas aqui, todo o debate que foi feito em torno da gestão democrática e da democracia
2076 participativa, talvez a gente pudesse discutir o que é há de novo em MG para complementar
2077 esse curso. Andamos pensando numa proposta para discutir com vocês que é, quando
2078 fazemos análise dos dados sobre o controle social que o Sávio fez menção, lembrou bem
2079 com relação às participações; quando estávamos no Gov Federal discutimos muito isso.
2080 Uma das prioridades estabelecidas nas metas estabelecidas no âmbito do pacto e
2081 aprimoramento na gestão do SUAS, era a de fortalecer a participação dos usuários e
2082 trabalhadores. Talvez, o caderno do Controle social de MG possa tratar também disso,
2083 discutir a importância e as estratégias para que se possa fortalecer essas participações.
2084 Precisamos valorizar outras questões importantes na organização dos usuários e dos
2085 trabalhadores. Vocês fizeram as discussões das Urcmas que são de extrema importância
2086 para esse controle social em MG. O que há de novo aqui, talvez seja isso, além de valorizar,
2087 a Urcmas é uma estratégia importante para também fortalecer os fóruns dos usuários e
2088 trabalhadores, como foram colocada nas resoluções, como espaço do controle social. Quem
2089 já viveu o conselho municipal, principalmente nos municípios pequenos, tem percebido que
2090 os conselheiros ficam sós nesse debate do controle social. São uniões importantes para
2091 empoderar os Conselhos, dando suporte necessário para que o conselheiro possa exercer o
2092 trabalho de controle social. Conversei com a Consolação e a Simone para que pudéssemos
2093 fazer um caderno que valorizasse a questão de como se construir representações e
2094 representatividade, fortalecendo o papel do usuário, dos trabalhadores, que é a mais frágil
2095 que temos hoje na política, como fortalecer esses fóruns regionais, como Sávio lembrou. A
2096 grande dificuldade que temos no controle social é ter organização do usuário que permita
2097 que ele tenha sua representação legitimada, para ter assento no controle social. Devemos
2098 convidar pessoas que possam elaborar esse conteúdo e criar estratégias necessárias em
2099 MG para fortalecer essa participação e criar espaços de legitimação. A nossa ideia, para
2100 provocar vocês para esse debate, seria isso. Fizemos um convênio com a AMM para
2101 elaborar os cadernos, temos a possibilidade de contratar um “conteudista” que elabore esse
2102 conteúdo. Na medida em que ele elabora, a gente vai discutindo e depois faremos uma
2103 oficina que faça uma discussão sobre esse conteúdo, fazendo a incorporação com a FJP
2104 dentro da lógica da matriz pedagógica, para darmos a direção necessária. Não é muito
2105 tempo, será uma semana seguida de execução do curso. Esse é um desafio importante par
2106 envolver o conselheiro. A prioridade é a sociedade civil e a secretaria executiva do Conselho.
2107 Cada município terá três vagas no curso. Será uma vaga para a secretaria executiva, nem
2108 todos os conselhos tem secretaria executiva. Vocês deliberaram que há uma
2109 excepcionalidade do município indicar alguém que será a referência para o Conselho e as
2110 outras duas vagas que são para sociedade civil. A garantia da participação desse
2111 conselheiro no curso será um desafio importante, tornando o conteúdo do Controle social
2112 bastante importante para esses conselheiros no exercício de traduzir esse conteúdo de uma
2113 forma que seja facilmente absorvida. Faremos um alinhamento com a FJP e os docentes
2114 para que o cursos seja compreendido e o conteúdo repassado com linguagem acessível,
2115 incluindo algo de novo nesse curso específico de MG. É isso. **SIMONE:** vamos abrir para
2116 discussão e é claro que nós...depois que a pessoa escrever, nós vamos poder discutir numa
2117 oficina, convidando os conselhos, pessoas que a gente achar que deve poder contribuir com
2118 o conteúdo e validá-lo. Depois, é uma oportunidade porque o tema se transformar num
2119 seminário, que é uma oportunidade muito importante. Só pro ano que vem, temos poucos

2120 eventos. Já temos oficina, seminário, além das conferências, além da execução do curso. O
2121 Conselho precisa pensar na sua agenda de 2017. Essa é uma questão importante para
2122 gente discutir. Depois, é muito difícil fazer curso para conselheiro, principalmente para todos
2123 vocês da sociedade civil, porque trabalham, não podem ficar uma semana fora, tem vários
2124 motivos. É um desafio que nós vamos ter que discutir aqui. Como vamos fazer esse curso
2125 que caminhos vamos percorrer para fazer o curso com êxito? Senão vamos fazer todo esse
2126 trabalho para pensar o curso e ocorrer um esvaziamento de participação. É importante
2127 discutir sobre as 40 horas, o Conselho tem uma Resolução, onde discute o cargo de
2128 Secretário executivo, que nem todos os conselhos tem. E define que deve ser
2129 preferencialmente da sociedade civil, não é exclusivo, mas preferencialmente da sociedade
2130 civil. É importante pensar no conteúdo e linguagem. Senão chega lá no curso de gestão
2131 financeira tem uma linguagem orçamentária e a pessoa não aguenta ficar no curso. Temos
2132 de dedicar a importância que o assunto requer. Tem uma tendência natural de quereremos
2133 colocar de um tudo no caderno. É super legítimo isso. Porque o Conselho nunca produziu
2134 um caderno, e a gente sabe que tem mil demandas; a gente quer aproveitar a oportunidade
2135 e tudo isso é muito legítimo. Mas, nós estamos trabalhando com o padrão de caderno.
2136 Depois, é a primeira pergunta que vou fazer pro Jaime, quantas páginas tem esse caderno?
2137 Quantos módulos estamos trabalhando com ele, que já tem um padrão? Os dois últimos
2138 cadernos tem o nr de páginas, módulos, porque a gente não precisa trabalha com o mesmo
2139 assunto o caderno todo. Claro que terão um fio condutor, mas podemos tratar de eixos,
2140 módulos variados nos cadernos. O caderno de gestão financeira, a gente trabalhou com dois
2141 eixos dois módulos. Um é o orçamento, planejamento e o outro com o que eu posso gastar.
2142 Foi a opção que fizemos. O da Proteção Básica nós decidimos que iríamos propiciar com
2143 que os técnicos discutissem as informações que tem nas secretarias municipais do Brasil
2144 inteiro e que eles não utilizam para fazer proteção pró ativa. Abre a porta do CRAS e fica lá
2145 esperando a família chegar, como se a família fosse bater na porta do CRAS e dizer que tem
2146 situação de violência e violação de direitos. Esta é uma opção que fizemos. O Conselho
2147 pode fazer a opção que ele achar mais adequada. O que não podemos é correr o risco de
2148 colocar tudo que é importante, num único caderno. Isso não é aconselhável. Tomar cuidado
2149 porque já tem um conteúdo nacional, não podendo repetir o que já está no conteúdo
2150 nacional. São essas as ponderações que eu queria fazer. Estão abertas as inscrições.
2151 **SOYLA CMAS PARACATU:** Jaime, faz muito sentido a sua fala a respeito da
2152 representação. Acredito que vamos amarrar toda essa fala que estamos desenvolvendo a
2153 respeito dos fóruns. É uma demanda dos municípios, quando fomos na reunião do Capacita
2154 de Gestão, participamos da mesa. Os municípios começaram... porque fóruns? Uai, gente,
2155 tem que trabalhar a representação dentro dos Conselhos. Eles não entendem isso. É uma
2156 cultura! Sempre a gente coloca alguém usuário... Isaac até na brincadeira colocou assim. é
2157 tudo usuário legalzinho que eles colocam no conselho... Sempre a representação foi uma
2158 coisa suscetível ao lado governamental, de indicar. Então, é politicagem mesmo. Me agrada
2159 muito a questão da representação que vai casar com toda essa fala e podemos introduzir a
2160 explicação dos fóruns. Pode ser uma linguagem bem acessível! Uma outra coisa que venho
2161 falando desde o início, quando começou a se falar sobre o Capacita, é a questão que dentro
2162 do Controle social tem uma linguagem clara, quase que simbólica, desenhada, sobre o
2163 orçamento... porque os conselheiros não entendem. É muito legal ir no sistema e aprova o
2164 SIM SUAS. Só que eles não entendem que tem que acompanhar o extrato do Fundo, que
2165 eles são responsáveis pelo Fundo de Assistência Municipal. É muito importante essa
2166 informação, de uma fala bem clara e desenhada. Obrigada. **ISABELA SEDESE:** Eu nem ia
2167 falar, mas vou pegar um gancho na fala da Suelane. É porque, na Comissão de Orçamento,
2168 estávamos pensando numa orientação ajudar os Conselhos Municipais na análise de
2169 prestação de contas. Eu tava olhando conteúdo que vem do MDS. Achei que a parte que fala
2170 da prestação contas é muita sucinta e talvez possa ser um tema, não sei se no conteúdo
2171 específico do caderno, mas como material complementar, que precisa ser melhor
2172 aprofundado, no conteúdo do curso, no que a Soyla falou. **MAÍRA SEDESE:** Quando a

2173 gente faz um caderno específico e de conteúdo complementar, estamos elegendo uma
2174 prioridade. Estamos dando o tom do que queremos levar para o Capacita, para aquele
2175 determinado público. A Simone resgatou quais foram as opções da SEDESE, nos outros
2176 cadernos. E no caso da discussão do controle social, qual é o tom, qual é a marca que
2177 queremos trazer, de forma muito clara. Essa discussão que estamos fazendo sobre as
2178 Urcmas, por exemplo, como temos serviços regionalizados, as Urcmas são espaço de
2179 organização, de discussão e exercício do controle social, podendo ter impacto na qualidade
2180 de serviços do SUAS. Tem outro aspecto que estamos num movimento de institucionalizar,
2181 não sei o termo correto, mas de trazer uma formalidade às Urcmas e trazendo para gente
2182 uma responsabilidade na organização e no apoio das Urcmas. Fico pensando se essa não é
2183 uma grande característica dessa gestão do Conselho, uma questão importante para
2184 ressaltarmos. **William DO CMASBH:** Duas coisas, acho interessante essa ideia de ter um
2185 caráter continuado. Você citou o Jaime, que citou o começo de 2017, a gente vê a coisa mais
2186 rara é ter capacita nessa época. Marcam as capacitações só pro final do ano. Se for pensar
2187 no trabalhador, a gente está na ponta, são várias capacitações. E o nosso trabalho? No
2188 início do ano é interessante. A questão metodológica que o Sávio colocou é importante, Não
2189 colocar como aluno e sim como coparticipante. EM qualquer capacitação que participamos é
2190 importante isso. **ROSILENE:** Uma semana, 40 horas, principalmente para o usuário...
2191 quando é entidade, ele vai participar como representantes e trabalhador ao mesmo tempo.
2192 Mas, o usuário, uma mãe de família, tem as crianças, tem o trabalho. É um desafio, que a
2193 gente precisa pensar. Talvez fragmentar, ou dias alternados, tem também a questão dos
2194 professores... é um processo. Eu não consegui pensar nisso. A participação do usuário é um
2195 desafio. O SEDESE deve mandar uma carta. Para o trabalhador é simples, pode ser
2196 liberado. Mas, pro usuário não consigo pensar numa saída para garantir a participação do
2197 usuário. **MARTA:** Desculpa se eu disser uma besteira muito grande. Mas é preciso dizer
2198 algumas vezes. Todos os temas que o Jaime colocou, inclusive o que a Simone disse,
2199 lembrando que muitos conselhos não tem secretaria executiva, e o quanto existem dúvidas
2200 dos municípios em relação á função da secretaria executiva dos conselhos, que pode
2201 favorecer a participação, formar, prestar informações... Será que isso é só em MG, a
2202 secretaria executiva dos conselhos a gente não forma só os conselheiros, temos de formar
2203 as secretarias executivas, também? **ISAAC:** pensando nessa especificidade de MG, que tem
2204 cerca de 600 comunidades quilombolas, inúmeras comunidades indígenas e outras
2205 comunidades tradicionais, não seria cabível para esse curso algum conteúdo específico,
2206 tratando dessas comunidades nessas capacitações também? **RODRIGO ASSPROM:**
2207 aproveitando o que Isaac falou, Jaime, talvez até lembrando o que o Sávio e a Márcia
2208 disseram, da atratividade que, talvez, encaminhar com duas metodologias. Vocês já
2209 pensaram nisso? Uma metodologia para essa turma que já está escolada que são os
2210 trabalhadores e as entidades e outra como o Isaac falou, diferenciada, que acredito que
2211 neste estado tem alguma universidade ou escola que possa desenvolver, e que sirva de
2212 exemplo para fora. Valorizaria demais o trabalho de vocês, uma vez que estão quebrando a
2213 cabeça para tentar chegar as informações na ponta. Esse fazer diferente de Márcia e Sávio,
2214 talvez venha impactar o nosso público, para que ele possa permanecer e se vai refletir na
2215 evasão, e que possa fazer uma diferença nos temas que são correlatos ao que eles pensam.
2216 **SIMONE:** eu penso que de fato a gente vem desde o ano passado, o Conselho Estadual
2217 vem discutindo seriamente as conferências regionais, conferências municipais, estadual a
2218 questão da participação e está no nosso planejamento a prioridade para isso. Nas reuniões
2219 ampliadas com os conselhos municipais, atemos procurado um caminho para a participação.
2220 Não tem muita escapatória, nem nós queremos escapular do debate da representação e da
2221 representatividade. É um debate absolutamente sério. Temos muito pouca experiência de
2222 propostas que traduzam concretamente a discussão da representação e da
2223 representatividade. Nesse sentido, penso que o que a gente mais ouve é o contrário disso:
2224 ahh, o meu conselho não tem ninguém para participar. Ahh, o meu conselho só tem três
2225 entidades. Pega o modelo do conselho e enfia o modelo lá na cidade dele. Uai, se não tem

2226 entidade, como você coloca na Lei a representação da entidade. Porque não divide 50%
2227 trabalhador e 50% de usuários. Ora, se tem só dois trabalhadores, porque não põe 20% de
2228 trabalhador e 80% de usuários. A única coisa que a LOAS fala é que metade é do governo e
2229 metade é sociedade civil... o resto é invenção nossa. Como um conselho não tem ninguém
2230 para participar? É claro que tem! O que ouvimos muito é que os nossos técnicos, não por
2231 causa deles, mas o modelo e gestão leva a isso. Não consegue olhar que no território dele
2232 tem comunidade quilombola, assentados, atingidos por barragem, ciganos... porque ainda
2233 tem uma visão da Assistência social antiga, assistencialista, tradicionalista. Então, não
2234 devemos perder essa oportunidade porque o caderno, a partir do momento que lançou...
2235 estamos chamando ele de caderno de orientação, tem um caráter maior do que a aula.
2236 Estamos dando orientação, direção e é também uma oportunidade. Vamos colocar nesse
2237 caderno, todo CRAS tem que ter um conselho de usuários. Vamos colocar que esse
2238 conselho de usuários tem que estar no CRAS, no CREAS e em todas as entidades?
2239 Oportunidade de discutirmos isso. No conselho de usuários deve ter os usuários de acordo
2240 com o território: contemplar quilombolas, indígenas, ciganos os que recebem benefícios, os
2241 que ainda vão receber, os que precisam e os que ainda vão precisar. É uma oportunidade
2242 ímpar da gente orientar como a gente achar que deve. Essas pessoas que estão aqui, os de
2243 ontem, misturados com os de hoje. O MDS perdeu na CIB, na pactuação, foi o capítulo da
2244 NOB do controle social. Perdemos a discussão porque a discussão da democratização
2245 assusta demais os estores. Se você quer matar um gestor, é colocar um conselheiro tipo
2246 William, Consolação, Soyla... no debate da participação e um debate de modelo de estado.
2247 Não adianta o gestor pular fora desse debate não. É um debate nosso! É uma oportunidade,
2248 sim, pro Conselho estadual, porque somos metade governo, metade sociedade civil, o
2249 Caderno não vai passar por instância. Vamos discutir aqui e penso que esta é uma temática
2250 importante, que podese a direção das outras. Eu sei que a Isabela colocou, a Soyla também
2251 colocou, várias vezes, a prestação de contas poderá ter um conteúdo importantíssimo que
2252 tem a ver com transparência. É dever do gestor, mas e dever da entidade também. Tem
2253 entidade que não gosta da tal de prestar contas. Tem que agir como se pública fosse. Tem
2254 que ter transparência. Nós podemos dar um conteúdo para prestação de contas muito
2255 interessante com conteúdo e concretude. Podemos dar transparência colocando no site,
2256 levando ao conselho a cada três meses, escrever no muro da comunidade do Isaac, prestar
2257 contas, tem várias maneiras de prestar contas. É uma obrigação nossa fazer isso, prestar
2258 contas. Acho também, quem vai estar nesse curso, porque se nós decidimos que o
2259 Secretários executivos vão fazer esse curso, temos que ter um negócio para eles também.
2260 Secretário executivo sofre para caramba. Sofre horrores. Acompanham tudo e muitas vezes
2261 tem que acompanhar calado. São os profissionais, talvez, os mais perseguidos. Não estão
2262 no CRAS, no CRES, porque acompanho vários que trabalham com controle social e não
2263 abrem mão de jeito nenhum das decisões do conselho, preservam o Regimento Interno. São
2264 pessoas absolutamente comprometidas com o Conselho. Dar visibilidade para esse
2265 trabalhador seria muito bacana. Tem que discutir, escutar. É uma primeira sugestão o que
2266 Jaime falou. Não vamos fazer o caderno... saio daqui e volto daqui a cinco meses e chega
2267 com o caderno... O método é de faz, discute e vamos precisar muito, para que o caderno
2268 fique bacana prazeroso, gostoso, precisaremos muito debater com o Conselho. Aí, eu acho
2269 que escutei uma outra coisa. Sou psicanalisada e tenho uma escuta apurada. O Isaac falou
2270 um negócio ali que ele sacou! Pulo do gato! Não, acho que foi o William. Tem que planejar,
2271 se chegar depois de amanhã na regional, quantos usuários querem participar na semana
2272 que vem? Se a gente pegar o compromisso de estabelecer um prazo maior, já ir dizendo
2273 pros conselhos: nós vamos ter curso na data tal... tenho certeza que todo mundo poderá se
2274 organizar. Fica mais fácil. Nós mesmos, não precisa falar do usuário. Qualquer um de nós
2275 para depois e amanhã, não é assim tem filho, namorado, marido, sua vida, seu trabalho. O
2276 Willian sacou o negócio. Devíamos prestar mais atenção no que ele falou conosco. Se for no
2277 princípio do ano, se conseguirmos o compromisso de fazer com tempo. A gente avisa com
2278 mais tempo, inscrições com mais prazo, pode ser que tenhamos um sucesso maior para que

2279 os usuários possam ficar uma semana por conta de discutir a Assistência Social. É isso.
2280 **GESIANE:**A Consola fez inscrição para fazer uma contextualização: **CONSOLAÇÃO:**
2281 Queria fazer coro na proposta, porque se pensarmos na resolução que estamos
2282 encaminhando hoje aqui e fechar, depois disso, esse caderno da forma que está sendo
2283 proposto com a participação e falar da questão das Uniões nele, vai ter essa forma, inclusive,
2284 mais operacional, vamos chegar na Conferência do próximo ano, dando um retorno super
2285 qualificado do que foram as deliberações da conferência do ano passado. Na prática, vamos
2286 conseguir entregar um produto de referência para o Estado de MG. Isso tem um caráter até
2287 maior. A questão da prestação de contas, podemos fazer orientações e mandar para os
2288 municípios e não impede de produzir outras coisas. Mas, dá esse marco qualitativo, de falar
2289 temos uma resolução e um caderno da participação. Com a fala da Márcia hoje, dos direitos.
2290 Casar essa questão dos trabalhadores e usuários com a União, que vai ser tudo se
2291 chegarmos à conferência e dar esse retorno. **JAIME:** Bom gente, esse é um chute inicial
2292 bastante importante. Algumas questões foram colocadas aqui que já apontam a direção para
2293 nós. Quando olhamos pro caderno feito pelo Gov Federal, percebemos que ele praticamente
2294 dá conta desse conteúdo que a gente precisa, o que é política, financiamento e tal. Simone,
2295 acho que colocando para vocês, é importante que conheçam esse caderno. Se a Simone
2296 puder disponibilizar para vocês... na hora de contratar esse “conteudista”, temos dois
2297 caminhos. Um é de pegar isso daqui e transformar em algo mais “palatável” para o
2298 conselheiro, Que ele consiga trazer alguns conteúdos numa dinâmica mais interessante para
2299 o conselheiro. Será uma tarefa da pessoa que vier... não vai só desenvolver... alguém que
2300 olhe para esse caderno e transforme ele em algo didaticamente mais interessante, com
2301 alguns exercícios. Rodrigo falou que não precisamos ter um aluno coparticipante. Essa já é
2302 uma direção que temos dado à educação permanente do SUAS. Se vocês derem uma
2303 olhada no Programa Capacita Suas, já estamos trabalhando com essa lógica, de valorizar a
2304 experiência do aluno. A intenção é que façamos um curso onde o conselheiro se envolva e
2305 possa expor sua opinião e sua experiência e, a partir dela, a gente possa fazer a discussão.
2306 Faz muito sentido o que vocês estão dizendo, olhar para esse conteúdo e transformar em
2307 uma linguagem mais acessível e pensar nas estratégias didático-pedagógica, que transforme
2308 em algo atrativo. Tem um outro lado, que a Simone chamou atenção, que temos uma
2309 oportunidade aqui. Temos trabalhado os cadernos mais do que o conteúdo do Capacita. É
2310 um caderno de orientação técnica que aponta uma direção. Foi assim com o caderno da
2311 gestão orçamentária, foi assim fortemente na Proteção Básica. Então além e agregar um
2312 conteúdo novo, que é especificidade de Minas, é uma direção que estamos dando. Esse
2313 debate da representação e da representatividade do fortalecimento, são em função do
2314 fortalecimento do controle social. Nosso horizonte último é o fortalecimento desse controle
2315 social, empoderar o conselheiro para que ele exerça o controle social. Fortalecer a
2316 representação do usuário e do trabalhador e discutir quais são os espaços onde eu crio
2317 legitimidade, representatividade é de suma importância. É uma forma de fortalecer a
2318 democracia participativa e fundamentalmente fortalecer esse controle social. Urcma nada
2319 mais é o que uma estratégia de fortalecimento dos conselhos. O conselho, no seu
2320 isolamento, precisa estar encontrando outros conselhos para troca de experiência, se
2321 empodere, e quais são as melhores estratégias. Esse pode ser um novo de Minas, Como um
2322 caderno de orientações técnicas que sirva para o gestor, pro conselho e para o técnico, mais
2323 do que o Capacita. Também estamos com estratégia de supervisão técnica nesse sentido,
2324 Temos duas oportunidades muito interessantes que podemos caminhar, melhorando o
2325 conteúdo nacional, dando um trato nele, trazendo aqui, fazermos umas dinâmicas que sejam
2326 interessantes e criar para alguns temas que são centrais, que torne mais atrativas e
2327 compreensíveis pro conselheiro. É isso. **ROSILENE:** Complementando com a proposta que
2328 Marta trouxe, da importância de fazer uma discursão da secretaria executiva, é um espaço
2329 ocupacional, discurso de PAIF e CRESS, e secretaria executiva, não tivemos ainda essa
2330 oportunidade de discursão. Vai ser uma contribuição muito grande, Minas vai sair na frente.
2331 É dar condições para que a secretaria executiva trabalhe com mais firmeza e com

2332 fundamentação que valorize esse trabalho. É isso. **SIMONE:** Mais alguém? Quero agradecer
 2333 a presença do Superintendente. Depois eu quero fazer com ele o que a Rose fez com o
 2334 Sávio. Vou dar um beijo de trabalho. Ela inventou isso agora, tem beijo técnico e de trabalho.
 2335 São interpretações. Muito obrigada, uma salva de palmas. Vai ser bacana demais esse
 2336 caderno e as oportunidades que eles vão criar para nós. Terminamos? Pois não William,
 2337 microfone: **WILLIAM CMAS BH:** Gente desculpa, mais cedo eu acho que foi o Leo... quem
 2338 foi que citou aquele grupo que vai discutir o assédio moral? **SIMONE:** É na Comissão de
 2339 Política que vai fazer as orientações para os trabalhadores. **WILLIAM CMAS BH:** A gente
 2340 tem uma indicação no fórum municipal de BH. Podemos indicar? Simone: Ok, é só indicar
 2341 colaboradores. As reuniões são abertas e todos podem participar. Os fóruns vão
 2342 acompanhar os debates nas comissões. Fiquem todos à vontade. Bom final de semana para
 2343 vocês. Foi uma reunião maravilhosa, até a próxima...FIM

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Cristiane Felipe	IMNNS	
Dayana Cristina Lourenço de Assis	CMAS/ JF	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Fabricia Ferraz Mateus	SEAPA	
Gesiane L. soares	CARITAS/MG	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/PARACATU	
Isabela de V. Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Josiany Vieira de Souza	ACONESQUITAC	
Luiz George M. de Trindade	CMAS/LAGOA SANTA	
Maira Coiores	SEDESE	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Maria C. V. da Silva	SEDESE	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Roseane Gustina dos santos	FENEIS	
Rosilene AP. Tavares	CRESS/MG	
Silvana Campos	SEDESE	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Soyla R.S. Pereira	CMAS/PARACATU	
Volney L.A. Costa	PSIND	

Wiliam de Souza Franco	Associação Q. Marques	
Willan Santos Franca	CMAS/BH	

2344